

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**APRENDER A DESAPRENDER O MODELO NA
EXPERIÊNCIA GRUPAL**

Leonidas Roberto Taschetto

Orientadora: Dr^a Regina Maria Varini Mutti

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Dra. Regina Maria Varini Mutti

Porto Alegre, agosto de 2007

Leonidas Roberto Taschetto

Aprender a Desaprender o Modelo na Experiência Grupal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 21 de agosto de 2007

Dra. Regina Maria Varini Mutti – Orientadora

Dra. Margarete Axt - UFRGS

Dr. Pedro de Souza - UFSC

Dra. Tania Mara Galli Fonseca - UFRGS

Dra. Dóris Maria Luzzardi Fiss - UFRGS

Esta Tese vincula-se à Linha de Pesquisa “Educação: Arte Linguagem Tecnologia”, Área Temática: “Educação e Estudos da Linguagem” e ao “Grupo de Pesquisas sobre Educação e Análise de Discurso” – FACED/PPGEDU/UFRGS/CNPq

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**A117T**

TASCETTO, Leonidas Roberto.

Aprender a desaprender o modelo na experiência grupal /

Leonidas

Roberto Taschetto. – Porto Alegre: 2007.

6175 f.; 30 cm.

Orientação: Dr^a Regina Maria Varini Mutti.

Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação Programa de Pós
Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do
Sul, 2007.

Inclui bibliografia.

1. Trabalho em Equipe. 2. Programa de Saúde
Mental. 3. Segurança Pública I. Título.

CDU 374:616-84

Alexandre Ribas Semeler

CRB10/1900

Agradecimentos

À professora Regina Mutti pelo estímulo e acolhida amiga, pela liberdade de trabalho e dedicação.

À CAPES que possibilitou, financeiramente, a dedicação exclusiva durante o período de doutorado no Brasil e pela concessão da bolsa de estudo que me permitiu desenvolver parte dos estudos na França.

Aos professores Eric Lecerf e Jacques Poulain, co-orientadores franceses, pela calorosa acolhida no Departamento de Filosofia da *Université de Paris 8*.

Ao Nicolas, Juan e Miriam, amigos franceses, pela companhia alegre durante minha permanência em Paris.

Aos amigos e colegas de equipe do Programa de Saúde, responsáveis em parte pela demanda deste estudo.

“... na matilha, cada um permanece só, estando no entanto com os outros; cada um efetua sua própria ação ao mesmo tempo em que participa do bando...

Não somente existem bandos humanos, como também, entre eles, alguns particularmente refinados: a ‘mundanidade’ distingue-se da ‘socialidade’ porque está mais próxima de uma matilha, e o homem social tem do mundo uma certa imagem invejosa e errônea, porque desconhece as posições e as hierarquias próprias, as relações de força, as ambições e os projetos bastante especiais. As correlações mundanas jamais recobrem as correlações sociais, não coincidem com estas”.

Gilles Deleuze & Félix Guattari
Mil Platôs, vol. 1, 2000, p.47-8

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
RÉSUMÉ.....	8
CAPÍTULO I	
LINHAS DE PARTIDA.....	9
Da experiência anterior.....	10
O mapa do percurso da pesquisa: objetivos e questões.....	18
Experiência-rizoma: um pressuposto.....	23
O Programa de Saúde e sua <i>duração</i>	29
CAPÍTULO II	
EXPERIÊNCIAS DA LOUCURA NO TEMPO.....	34
Cenário brasileiro.....	40
A luta antimanicomial.....	43
Surgimento e caracterização do Programa de Saúde.....	46
Construção e desconstrução dos campos disciplinares.....	50
CAPÍTULO III	
CARTOGRAFIAS DO CUIDADO.....	59
Resistência na Filosofia da Diferença.....	87
A <i>ecosophia</i> guattarriana como cuidado.....	92
CAPÍTULO IV	
NOMADISMO E MÁQUINA DE GUERRA.....	96
CAPÍTULO V	
A EXPERIÊNCIA – RIZOMA.....	107
O deslocamento do sentido para novos territórios.....	108
O folder de divulgação do Programa.....	123
Posição do Programa representado no folder.....	126
Vozes dos usuários.....	136
Alguns efeitos de sentidos.....	138
CAPÍTULO VI	
AS TECNOLOGIAS DE CUIDADO NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DO PROGRAMA.....	154

<i>Intercessores: um diferencial do Programa</i>	157
As áreas implicadas.....	163
Modalidades grupais de cuidado.....	173
Grafitagem no muro: um sentido outro para o espaço.....	182
As reuniões coletivas de equipe.....	186
O acolhimento em dupla.....	188
A visita-intervenção.....	192
A escrita como exercício de cuidado.....	195
EPÍLOGO.....	199
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207

RESUMO

A tese enfoca uma experiência de trabalho em equipe de um programa de saúde mental instituído na área da segurança pública gaúcha, em 2002. Estuda-se a intercessão de práticas cuidadoras de três diferentes áreas: a medicina, a psicologia e as artes, congregando diferentes profissionais, os quais mobilizaram esforços no sentido de potencializar práticas de cuidado implicadas com o fazer transdisciplinar. O programa de saúde funcionou em nível estadual, com a criação de oito unidades de trabalho, denominadas genericamente de Centros de Saúde. Esta pesquisa concentra-se na movimentação de uma das equipes, como funcionou, como se constituíram as práticas grupais de cuidado, como as áreas dialogaram entre si. O acesso à memória da experiência ocorreu por intermédio de documentos escritos diversos, tais como: folder de divulgação, relatório, depoimentos de usuários e profissionais implicados. Estes documentos foram estudados à luz do campo conceitual da Filosofia da Diferença, com ênfase no pensamento de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, buscando também subsídios na Análise de Discurso de origem francesa. Os resultados se evidenciam no aprofundamento da dimensão teórica tal como foi objetivado, o qual possibilitou, na dimensão analítica da tese, a compreensão da experiência, visibilizada como um acontecimento: as práticas grupais de cuidado analisadas são representativas de alguns modos de rupturas àqueles instituídos e estabilizados, funcionando, em determinados momentos, dentro da lógica do rizoma e da máquina de guerra; ressalta-se que a transdisciplinaridade numa equipe profissional se dá num entre lugar educativo e heterogêneo de aprender e desaprender.

RÉSUMÉ

Cette thèse rend compte d'une expérience de travail menée en équipe, en 2002, dans le cadre d'un programme sanitaire institutionnel, appliqué au domaine de la sécurité publique. Ce programme était piloté par l'état du Rio Grande do Sul. L'objet central de cette étude est la transdisciplinarité. C'est à dire qu'elle s'intéresse aux interactions de trois disciplines : la médecine, la psychologie et la pratique artistique, sur la base d'une collaboration des différents professionnels concernés, qui ont mobilisé leurs efforts et combiné leurs savoirs et leurs pratiques pour obtenir une efficacité transdisciplinaire. Le programme sanitaire en question a fonctionné au niveau de l'état (Rio Grande Do Sul), avec la création de huit unités de travail, toutes dénommées Centre de Santé. La présente recherche se concentre sur l'une de ces unités, et s'attache à comprendre la dynamique de l'équipe, à comprendre comment se sont élaborées les pratiques thérapeutiques, comment les différentes disciplines ont dialogué entre elles. L'accès à la mémoire de cette expérience s'est fait à partir de divers documents écrits – entre autres : des brochures, des rapports, des témoignages d'usagers de la structure, et de professionnels impliqués. L'ensemble de ces documents a été analysé à la lumière du champ conceptuel de la Philosophie de la Différence, particulièrement à partir de la pensée de Gilles Deleuze, Félix Guattari et Michel Foucault, et plus généralement avec les outils de l'école française d'Analyse de Discours. Les résultats de cette recherche s'établissent dans l'approfondissement de la dimension théorique, ce qui était son objectif et ce qui a permis la dimension analytique de la thèse, la compréhension de l'expérience, rendue visible comme un événement. Les pratiques groupales de soin ici analysées sont représentatives de certains modes de rupture par rapport aux pratiques instituées et établies, lesquelles fonctionnent par moments dans la logique du rhizome et de la machine de guerre. Il en ressort que la transdisciplinarité dans une équipe professionnelle émerge dans un lieu éducatif et hétérogène, où on apprend et où on désapprend.

CAPÍTULO I

LINHAS DE PARTIDA

As questões levantadas e problematizadas nesta tese decorrem, fundamentalmente, de duas diferentes experiências de trabalho que tivemos na área da Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

A primeira delas compreendeu o trabalho como professor/coordenador de três disciplinas do campo da psicologia – *Saúde Mental; Abordagem Sócio-Psicológica da Violência; Desenvolvimento Humano e Social* – em cursos de formação e de atualização de agentes de segurança pública, no período entre 2000 e 2003 ¹, resultando na pesquisa de mestrado intitulada *Profissão policial: efeitos de sentidos de ambivalência nos dizeres de alunos-policiais (o que dizem, como dizem e por que dizem?)*.

A segunda experiência – também na área da Segurança Pública e que resultou nesta pesquisa de doutorado – refere-se a um trabalho na área da saúde mental, mais especificamente da movimentação do trabalho das equipes multiprofissionais de um Programa de Saúde Mental criado, durante o ano de 2002, para atender a demanda de sofrimento psíquico dos funcionários da SJS-RS² e de seus familiares.

Estas duas experiências compuseram o cenário de mudanças da nova política governamental na área da segurança pública implementado entre 2000 e 2003, na qual foram colocadas em discussão, pela primeira vez, alternativas e soluções ao desenvolvimento de recursos humanos capazes de operar

¹ Pesquisa de mestrado defendida em 2002, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, intitulada *Profissão policial: efeitos de sentidos de ambivalência nos dizeres dos alunos policiais (o que dizem, como dizem e por que dizem?)*, orientada pela Dr^a Regina Maria Varini Mutti.

² Secretaria da Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul..

transformações de vulto no funcionamento das polícias gaúchas, almejando melhor capacitá-las e atribuindo-lhes novos sentidos e designações.

Começamos, pois, retomando alguns fragmentos da primeira experiência. Com isso, acreditamos poder melhor situar e justificar a área de interesse de que trata a presente pesquisa, explicitando os pontos de convergência entre estas duas experiências, assim como mostrar que os encaminhamentos da tese são, de certa forma, uma continuidade, ou melhor, um prolongamento da problemática suscitada e trabalhada no percurso do mestrado.

Da experiência anterior

Nossa atuação na área da Segurança Pública começou como professor, em 2000, na disciplina *Desenvolvimento Humano e Social*, no *Curso de Ações Básicas de Segurança Pública: Uso da Força e da Arma de Fogo*. Concomitante a esta experiência, trabalhamos com formação de policiais, nos *Cursos de Formação Integrada*, nas disciplinas *Saúde Mental* e *Abordagem Sócio-Psicológica da Violência*, onde também respondemos pela coordenação da área de psicologia durante uma edição do curso.

A pesquisa de mestrado limitou-se a estudar nossa experiência pedagógica no *Curso de Ações Básicas*, na disciplina *Desenvolvimento Humano e Social*. Elegemos esse foco de estudo justamente por ter se traduzido numa experiência impactante e conflituosa, tanto para nós na posição de professor como para os alunos-policiais, uma vez que o curso se propunha a redimensionar o trabalho policial à luz dos tratados internacionais sobre o uso da força e da arma de fogo. Essa perspectiva, por sua vez, provocou inflamadas discussões, haja vista que a maioria dos alunos era policial com longo percurso de profissão e não habituada a um perfil de atuação voltado ao respeito à dignidade da pessoa humana, nem tampouco havia familiaridade com o contexto de sala-de-aula; isso por si só já configurava a sala de

aula como um cenário de conflito, traduzido nas palavras de uma colega de curso como “uma trincheira, uma batalha, uma guerra de ideologias”. Um cenário onde a sala-de-aula também foi um espaço no qual eles podiam explicitar a sua aceitação ou o seu repúdio à nova política de segurança pública em andamento.

A partir de um *corpus* discursivo de mais de trezentos pronunciamentos escritos, todos decorrentes de temas discutidos na disciplina *Desenvolvimento Humano e Social*, durante os anos de 2000 e 2001, foi possível compreender o curso como um dispositivo que acionou os mais diferentes posicionamentos acerca da condição de ser policial naquele contexto histórico. Constituímos um recorte desse *corpus* discursivo que nos serviu de ponto de partida de análise. Produzidos em situação de sala-de-aula, tais pronunciamentos foram analisados a partir do referencial teórico-metodológico da Análise de Discurso Francesa de Michel Pêcheux. Através da identificação de marcas lingüísticas de ênfase, surpreendemos alguns efeitos de sentidos no discurso escrito dos alunos-policiais, enfatizando, em especial, efeitos de sentidos de ambivalência, referentes à condição de ser policial.

Por se tratar de um curso fundamentado em acordos e tratados internacionais sobre o uso da força e da arma de fogo e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, interessava-nos observar como as ressonâncias da proposta e da experiência vivida por intermédio das discussões suscitadas em sala-de-aula apareciam no discurso dos alunos. Uma vez que no Brasil as ações e procedimentos policiais não são tecnicamente padronizados e normalizados, a ação policial de ponta fica mais vulnerável a erros, equívocos e distorções, traduzindo-se, com bastante frequência, em abuso de poder. As conseqüências dessas distorções acabam sendo os principais alvos das críticas e denúncias de organismos nacionais e internacionais de proteção dos direitos humanos. As proposições de mudanças introduzidas via conteúdos programáticos das disciplinas do curso foram acolhidas diferentemente pelos policiais, revelando e expondo, como já dissemos, a fragilidade da polícia e a sua dificuldade de assimilar a necessidade de mudanças.

Assim, a questão central da pesquisa de mestrado se situava a partir do que diziam os alunos-policiais e sobre como enfocavam a sua condição de ser policial naquele contexto de mudança. Para tal, buscamos uma reflexão sobre os processos que intervinham na constituição da subjetividade do policial, à luz de referenciais discursivo, psicanalítico e filosófico, tendo em vista promover subsídios à educação continuada do policial.

As enunciações formuladas pelos alunos-policiais em um contexto de mudança foram indispensáveis como suportes para a construção de nossa análise, assim como para subsidiar nossas escolhas teóricas. Por intermédio das enunciações, eles mobilizaram a língua, pois falavam de si e de sua condição profissional, de um lugar de alunos no curso. A ocupação desse lugar, concebido como um acontecimento, foi caracterizado pela novidade e imprevisibilidade de efeitos, que conduziram, por sua vez, à diversidade de efeitos de sentidos.

Identificamos marcas lingüísticas que submetemos a um processo de questionamento que as vincularam a novas relações, nas quais sentidos outros apareceram, articulados a outros enunciados discursivos. Dessa forma, o que foi dito pelo aluno-policial na sua formulação foi capaz de remeter, via memória histórico-discursiva, ao que foi dito em outras historicidades, resgatando-se a presença de outros dizeres – não evidentes, mas possíveis – como constituintes do que foi dito.

Constatamos, de um lado, que policiais civis e militares reclamavam da falta de reconhecimento social da sua atividade profissional, da inexistência de democracia nos vários âmbitos da hierarquia institucional, da escassez de espaços institucionais dialógicos, da rígida estrutura hierárquica, das desigualdades salariais, das condições técnico-operacionais precárias e da *loucura do trabalho*; de outro lado, verificamos que a sociedade pede eficiência do policial, quer sentir-se

segura e protegida. A pessoa leiga no assunto desconhece o funcionamento das instituições policiais e acredita que a redução dos índices de violência e criminalidade depende tão somente de uma polícia bem equipada e com volumoso aporte de efetivos.

Assim, associa-se o aumento e a banalização da violência a uma suposta deficiência da polícia. Essa lógica de raciocínio concebe a violência como um mero reflexo do déficit policial e não como um problema social ou como uma mazela da sociedade, a qual deveria ser por todos enfrentada e tratada. Essa mesma lógica de pensamento também acaba atribuindo à polícia um trabalho de cunho muito mais reativo do que preventivo, demandando-lhe quase sempre nos momentos críticos ou limítrofes nos quais o uso da força física seria imperativo. Reforça-se, portanto, a idéia de que *caso de polícia* seria todo e qualquer procedimento policial o qual conduziria ao uso da força física, produzindo-se uma polícia com fraca vocação ao crime do *colarinho branco*, à corrupção, à violência doméstica etc.

Com certa freqüência, ouvia-se dos alunos em sala-de-aula que a polícia deveria reconquistar o velho *poder de polícia* que teriam lhe retirado em decorrência do progressivo controle externo de suas atividades através das Ouvidorias, do Ministério Público, dos movimentos sociais, da Polícia Federal e mesmo da própria população que não entenderia o verdadeiro sentido do seu trabalho. Para muitos, ela deveria voltar a ter uma maior autonomia de ação, traduzida em vozes do tipo: “nossas mãos estão atadas”, “desse jeito não dá pra trabalhar, não podemos fazer nada”, “nós prendemos, a justiça solta”, “esse pessoal dos Direitos Humanos quer que a gente trate bandido a pão-de-ló”.

Como destaque e mesmo como uma forma de explicar a freqüência com que as reclamações de policiais acerca do tema *perda de poder de polícia* surgiam, tomamos como ilustração a declaração de Bisol sobre o funcionamento das polícias

estaduais, explicando, em certa medida, o recorrente comportamento regressivo e saudosista:

“Algo semelhante a uma idéia querendo nascer, simples e estranha em sua emergência, me persegue desde que me foi possível observar, dia a dia, as polícias em ação: a de que são instituições cuja principal característica consiste em se situarem como que fora do conjunto das demais instituições. Operam como se fossem instituições de outro Estado. Ou, mais precisamente, assumem-se como exceção institucional em relação à institucionalidade como conjunto ou universo. Esse postular-se como exceção parece um fenômeno político demasiado grave para que não se procure convertê-lo em objeto do discurso das ciências políticas e sociais”³

Forclusão institucional é o termo cunhado por Bisol para explicar o *complexo de exceção institucional* do qual ainda se servem e com o qual se identificam as instituições policiais. A *forclusão* é tomada de empréstimo da terminologia lacaniana e empregada no sentido de que as instituições policiais, em especial as polícias militares dos Estados federados, valem-se de dispositivos autorreguladores para preservarem seu estatuto de exceção institucional, cercando-se de instituições-satélites, como a Justiça Militar, o Cárcere Militar, o Ministério da Defesa, o Direito Militar, a Casa Militar, os Regimentos Disciplinares Internos, dentre outras. Continua:

“Não fosse assim, por exemplo, como efeito de estrutura, as instituições militares estariam, como as outras, interinstitucionalmente comprometidas com a justiça comum e perderiam o estatuto de exceção institucional e com ele o poder de se situar no lado de fora da institucionalidade civil”.⁴

³ José Paulo Bisol, *Foraclusão institucional*. In: FREITAS, Isabel; MARIANO, Benedito Domingos (orgs). *Polícia: desafio da democracia brasileira*. Porto Alegre: Corag, 2002.

⁴ José Paulo Bisol, 2002, p.12.

Destacamos, ainda, a pesquisa de Amador (1999), que analisou entrevistas semiestruturadas com policiais militares gaúchos com o objetivo de observar o impacto dos aspectos institucionais e organizacionais do trabalho sobre a subjetividade e a saúde mental. Os resultados da *categoria*⁵ que ela denominou *entre o bandido e o mocinho* corroboram alguns dos resultados da nossa pesquisa:

“No limiar entre o controle e o descontrole articula-se a categoria *Entre o Bandido e o Mocinho*, a qual integra depoimentos reveladores de uma tensão, associada ao exercício do trabalho sobre uma linha tênue, entre o bem e o mal, que pode ser rompida a qualquer momento, impelindo o policial à prática da violência (...) Esse limite tênue lhe parece existir pelos seguintes aspectos: pela própria realidade de exercerem uma profissão misturada com a marginalidade, o que no convívio cotidiano influencia o policial, caso ele não possua uma boa estrutura psíquica e uma boa formação, pelo envolvimento emocional do policial com a ocorrência que o leva ao julgamento do combatido, pela dificuldade de chegar até seu objetivo e, também, por exercerem uma profissão que os situa frente a frente com o perigo, levando-os ao poder de decisão de matar ou morrer”.⁶

Atualmente, pode-se dizer que existe uma dupla visibilidade com relação ao trabalho policial, em especial ao trabalho de policiamento ostensivo: a visibilidade da ação policial em si que é feita quase sempre em ambientes públicos e a visibilidade decorrente do progressivo controle externo das ações policiais. Essa dupla visibilidade entrecruza-se com aquele aspecto que já abordamos e que voltaremos a discutir mais adiante: o suposto enfraquecimento do poder de polícia referido pelos policiais mais antigos. Mas também pode estar relacionado com outra categoria citada por Amador, a *vivência da humilhação*, em que eles precisam demonstrar autocontrole com situações com as quais se sentem *mexidos*, uma vez que experimentam a condição de desvantagem com relação aos combatidos, demandando-lhes ações estritamente técnicas, dentro da mais rigorosa lei. Essa vivência é conjugada a outra categoria que Amador denomina *missão impossível*, em que o exercício da profissão não produziria resultados concretos, pois eles se

⁵ Termo empregado pela autora em sua análise de conteúdo.

deparam diariamente com graves problemas sociais que não são efetivamente resolvidos pelo Estado, como o caso dos menores infratores de rua, dos pobres e dos mendigos, usuários e traficantes de drogas, dentre outros.

Outro aspecto interessante do estudo de Amador diz respeito à sensação de confusão do exercício do trabalho descrita pelos policiais. A maioria manifesta o desejo de fazer algo produtivo, que surta um bom resultado, mas não consegue porque atribui uma desconexão entre o conhecimento adquirido na formação e nos espaços de treinamento e a realidade das ruas. Dessa forma, eles revelam sentirem-se frustrados, inúteis e improdutivos. Essa incapacidade de lidar com a frustração colocam-os em constantes embates entre o que teoricamente sabem que é permitido e legal e o que não é. Talvez em decorrência disso mesmo ocorra um deslocamento dessa sensação de frustração para o campo social, traduzindo-se em comportamentos transgressivos das atividades que envolvem o contato direto do policial com as situações de rua que podem culminar em descontrole verbal, excesso de uso da força, abuso de autoridade, atos explícitos de vingança e corrupção.

Embora não tenhamos elegido o *Curso de ações básicas* especificamente para estudo, consideramo-lo como um importante espaço de ressonância nos pronunciamentos dos alunos. Caracterizava-se como algo de impacto, um acontecimento que em certa medida desenhava o novo mapa na política de formação e de atualização, frente ao qual o policial não poderia ficar inerte. O *Curso* despontava como um inaugural e tenso dispositivo de normalização e padronização das ações policiais referentes ao uso da força e da arma de fogo, levando em consideração os acordos e tratados internacionais, conforme já foi dito.

A proposta do curso partia do marco teórico que propugnava pela construção de um perfil de atuação para seus órgãos – em nível de planejamento e

⁶ Fernanda Spanier Amador, *Violência policial: verso e reverso do sofrimento*, 1999.

administração – e seus agentes – em nível de execução, direcionado para o “respeito à dignidade da pessoa humana e o direcionamento das suas ações para a promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação, dentro dos propósitos de Estado Democrático de Direito”.⁷ Isso por si só provocou fortes discussões em sala de aula justamente porque introduzia uma nova lógica ao trabalho e à ação policial, exigindo daquele policial com mais tempo de profissão e identificado com o poder de tipo *fazer justiça com as próprias mãos*, uma resignificação de seu agir e mesmo um repensar da função social de sua atividade à luz dos direitos humanos. Foram exatamente esses conflitos que terminaram por orientar o trabalho de pesquisa em torno de eixos articulados às instituições policiais, à educação e ao processo de subjetivação dos policiais.

A dimensão técnica foi colocada a dialogar com a dimensão ética do trabalho policial, na medida em que estava ocorrendo um progressivo investimento na formação e atualização com a inclusão na grade curricular de disciplinas de cunho humanístico e que propiciavam uma discussão, no contexto de sala-de-aula, dos princípios subjacentes à dimensão técnico-operacional e sua relação com o corpo social e os direitos humanos. A dimensão técnica foi redimensionada e repensada a partir de paradigmas pouco familiares à tradição das instituições policiais, o que de resto trazia significativas implicações para o campo da ética profissional, posto que dessacralizava o agir policial enquanto um procedimento meramente técnico, afinal trata-se de um atendimento público e deveria ser pensado na complexidade do enredamento entre áreas como a da técnica e a da ética. Interessava-nos verificar de que forma os efeitos dessa nova *racionalidade técnica e humanística* interferiam nos processos que envolviam a formação e atualização dos policiais.

Ouve-se dizer, com certa regularidade, que nossas polícias teriam regredido ao estado de barbárie, que estariam em evidente declínio, que teriam perdido a

⁷ Apostila do *Curso de ações básicas de segurança pública: uso da força e da arma de fogo*, 2002, p. 1.

credibilidade e que não seriam mais capazes de resolver satisfatoriamente ao problema da criminalidade e da violência. Somando-se a esse cenário de desconfiança, fala-se também de um suposto aumento da violência policial, de corrupção e extorsão, da associação de policiais ao tráfico de drogas. Essa lógica de causa e efeito atribui à polícia a complexa tarefa de resolver o problema de aumento da violência e da criminalidade.

A crença de que tivemos outrora uma polícia melhor é facilmente refutada, basta retrocedermos no tempo e analisarmos com objetividade para concluirmos que o fator visibilidade não se colocava tal como hoje se coloca. A imagem negativa que hoje é atribuída à polícia pode ser justificada por um fator relativamente recente e decorrente da ainda jovem democracia brasileira: a visibilidade. Ora, cada vez mais as instituições policiais deixam de ser caixas-pretas às quais muito poucos têm acesso. A maior visibilidade das ações policiais está diretamente associada ao processo de redemocratização do país depois de um longo período de governos ditatoriais, ao progressivo controle e a fiscalização externa das polícias, como já foi referido anteriormente, o que, em consequência, exige-lhe uma maior transparência nas ações. Sempre que se fala de violência e de corrupção policiais é preciso não esquecer para o fator da maior visibilidade de suas ações atualmente permite falsa impressão de um crescimento significativo desses índices, pois há duas décadas atrás não se falava disso de forma aberta, portanto as informações sobre o trabalho das polícias eram limitadas, censuradas.

O mapa do percurso da pesquisa: objetivos e questões

A discussão feita nesta tese focaliza a interseção entre o campo da saúde mental coletiva e o campo da educação. Essa interseção está representada nas experiências de pesquisa de mestrado já referida, assim como na participação na

unidade de trabalho coordenada por nós no referido Programa de Saúde Mental. Esse Programa, financiado pelo Ministério da Justiça e executado pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de sua Secretaria da Segurança, implantou oito unidades de trabalho, denominadas genericamente de Centros de Saúde, abrangendo todas as regiões do RS. A experiência envolveu, de um lado, profissionais da área da saúde - mental e física - e artistas; de outro lado, o público alvo: policiais civis e militares, agentes penitenciários e bombeiros.

Queremos destacar a complexidade da área temática da pesquisa, à medida que supõe a imbricação profunda de diferentes âmbitos do modo de governar: o político, eis que se trata de uma política de governo direcionada a educar o cidadão, tornando-se educador o Estado, por meio de sua Secretaria; o da saúde, centrado na corporação, ao mesmo tempo agente e paciente dos efeitos da violência, a qual é também uma produção da sociedade; o do sujeito-policial em seu modo de constituição, num resgate da pessoa que nele habita. Buscamos trazer à tona as vozes dos policiais e também as vozes dos sujeitos que atuam na Secretaria, nas novas práticas ensaiadas e suas potencialidades de mudanças.

O referido Programa permitiu a constituição de equipes implicadas com micro-eventos diversos no percurso, modos inventivos e experimentais, por exemplo, de acolhimento em dupla, planos terapêuticos conjugados, visita-intervenção, oficinas de expressão corporal e artística, pensados e propostos sempre de forma participativa entre acolhedores e acolhidos. Em se tratando de um Programa de Saúde Mental composto de profissionais de áreas diversas, portanto, com olhares também diversos sobre o objeto saúde, nosso objetivo é a análise das implicações, em outras palavras, a análise dos coeficientes de transversalidade manifestados na experiência do trabalho grupal da equipe que coordenamos. A análise das implicações compreende um descentramento radical do instituído que faz emergir o que Guattari chamou de *um novo espírito científico*, uma vez que nesta perspectiva o analisador é convocado a se situar em relação a todas as

determinações institucionais, sociais, políticas, ideológicas, econômicas. Não se vê mais a separação entre um e outro, o analisador é atravessado pelo universo do objeto de sua pesquisa, ele é parte de seu objeto, participando de suas determinações, seus fluxos, agenciamentos. Por isso chamar-se análise das implicações.

Esta perspectiva nos obriga a situar não somente um problema de pesquisa, mas sim um conjunto, um feixe de questões. Assim, elencamos, de forma abrangente, as questões investigadas na tese:

- Como se movimentou transdisciplinarmente a equipe do Programa enfocada, constituindo uma pedagogia do percurso;
- Como funcionaram as práticas de cuidados conjugadas, no sentido de problematizar a aproximação entre as disciplinas e áreas, não interessando saber como se movimentaram as disciplinas, mas os efeitos surtidos, através do registro dos atos, das intervenções feitas;
- Como se diferenciou o grupal do trabalho, em suas estratégias de negociação, de resgate do humano por meio do fazer educativo da equipe.

Para proceder à investigação das questões supracitadas, elegemos documentos diversos, tais como folder de divulgação, relatório, depoimentos escritos de usuários e profissionais implicados na experiência. O acesso à memória da experiência ocorreu por intermédio destes documentos, que foram estudados à luz do campo conceitual da Filosofia da Diferença, com ênfase no pensamento de Gilles Deleuze, Félix Guattari e Michel Foucault, buscando também subsídios na Análise de Discurso de origem francesa.

Como objetivos gerais, este estudo de doutorado pretende:

- Contribuir para a desmistificação da idéia de que seja possível a constituição de um modelo gerador de práticas de cuidado a ser seguido, mesmo quando constituídas a partir de uma experiência bem-sucedida;
- Contribuir para estimular a criação de dispositivos grupais que promovam a nomadização das fronteiras disciplinares, permitindo um trânsito mais livre entre elementos estéticos, psi e da sensibilidade corporal;
- Reforçar a necessidade de os programas públicos de saúde promoverem práticas grupais de cuidado mais implicadas com a afirmação da vida, respeito à dignidade, liberdade de escolha e participação ativa dos usuários;
- Também consideramos a importância deste estudo estimular e promover interfaces com outras áreas como a sociologia, a criminologia e a antropologia, áreas estas que têm um histórico de dedicação ao estudo da segurança pública, contribuindo, desse modo, ao alargamento do seu horizonte de compreensão.

Como objetivo específico, queremos dar visibilidade às práticas de cuidado que promoveram agenciamentos, que se transversalizaram, que conjugaram diferentes saberes, procedimentos e disciplinas.

O Programa rompeu com a perspectiva de ciência régia, em consequência, rompeu-se também com a necessidade de uma disciplina-régia, com unidades ou fidelidades teóricas, potencializando-se um trabalho coletivo de maior liberdade, flexibilidade e, conseqüentemente, de hibridismo teórico e de procedimentos, promovendo um tipo incomum de implicação grupal em equipe.

Uma aventura experimental que provocou ranhuras nas arraigadas identificações profissionais, uma vez que o reinado de uma disciplina ou área

como referência ou coordenação do trabalho, como de costume ocorre, foi posto em questão. Em se tratando de um programa de saúde mental, as competências da psicologia e psiquiatria se imiscuíram nas outras áreas.

Em certo sentido, pode-se dizer que estávamos todos lançados numa aventura tateante, numa *experimentação tateante*⁸, que implicou, também, a experimentação de um tipo incomum de pedagogia; assim, queremos pensar como os profissionais implicados com o Programa aprenderam a trabalhar em conjunto e como se construiu a micro-pedagogia do percurso.

Com apoio no referencial teórico da filosofia da diferença, cartografamos neste estudo o funcionamento do Programa em uma das equipes, descrevendo como nasceu e se desenvolveu, como se constituíram os micro-eventos, os deslocamentos, as desterritorializações das fronteiras entre as disciplinas e as áreas envolvidas, os processos que promoveram agenciamentos com o que compôs o entorno do Programa na construção do percurso da experiência: agentes políticos, instituições policiais, instituições públicas como universidades, hospitais, postos de saúde e funcionários da SJS; mas também desenhar o mapa das reterritorializações conservadoras da subjetividade⁹, as linhas duras, os recuos, os engessamentos provocados pela ideologia da política institucionalizada. Pensamos estas questões sem respondê-las no sentido de dar conta do que foi ou do que significou a experiência; tomá-las mais pelo *como* do que pelo *o quê*. Pois não se trata de saber o que aconteceu, o que isto é ou o que foi, ou o que aquilo significa ou significou, mas interrogar como isso ou aquilo funcionou no percurso da experiência. Assumir a perspectiva de um trabalho rizomático implicado em valorizar e potencializar os pequenos eventos e seu funcionamento.

⁸ Termo usado por Deleuze e Guattari, em *O que é a filosofia?*

⁹ Cf. Félix Guattari, em *Caosmose*, p.13-15. Para Guattari, as reterritorializações conservadoras da subjetividade são o resultado de muitas reivindicações de singularidade subjetiva. Tal problemática

Assim, procurar-se-á fazer a cartografia do Programa, considerando-se o contexto político àquela época, os dispositivos acionados, a geografia dos movimentos e a ocupação dos espaços físicos e subjetivos, as rupturas, as resistências à mudança. Uma *máquina de guerra*¹⁰ foi posta a trabalhar no segmento mais duro da máquina estatal: o aparelho policial. *Linhas duras e linhas de fuga*, molares e moleculares dançando no entretempo do acontecimento.

Experiência-rizoma: um pressuposto

Para trabalharmos a partir da referida experiência não podemos depender só de esforço rememorativo, de um trabalho sistemático de rememoração. Se se quer mais do que simplesmente contar ou recontar uma história de trabalho vivida - considerando a experiência vivida como pano-de-fundo ou inspiração - é preciso esquecer ou então deixar em segundo plano as lembranças mais evidentes - aquelas mais enraizadas na memória - e desesperançar-se com a memória recapituladora, a de tipo mais longa. Não se trata de uma recusa radical dos *produtos da história*, da sua matéria-feita, mas de uma recusa dos *seus* sentidos prontos, acabados, mesmo daqueles de consistência forte ou de tipo ambivalentes, e tomá-los em sua assinificância, injetando-lhes um novo fôlego, devolvendo-lhe a possibilidade de uma outra existência. Afinal:

“On écrit avec la mémoire courte, donc avec des idées courtes, même si l’on lit et relit avec la longue mémoire des longs concepts. La mémoire courte comprend l’oubli comme processus; elle ne se confond pas avec l’instant, mais avec le rhizome collectif, temporel et nerveux. La mémoire longue (famille, race, société ou

introduz a seguinte questão: Como se faz para evitar uma reterritorialização de tipo conservadora? É possível evitá-la?

¹⁰ Máquina de guerra entendida aqui segundo a perspectiva de Deleuze e Guattari, desenvolvida ao longo da tese.

civilisation) décalque et traduit, mais ce qu'elle traduit continue d'agir en elle, à distance, à contretemps, 'intempestivement', non pas instantanément".¹¹

É preciso um exercício do pensamento menos em termos de história - ou de construção histórica - e mais em termos de geografia. Por quê? Pelo simples fato de a história ter o hábito de apropriar-se da imagem da árvore como *bela interioridade*; a geografia parece não ter este tipo de preocupação porque tem mais a ver com um espírito de tipo nômade, como o *flaneur*, com uma relação mais afeita ao mapa, com o rizoma, perspectivas estas adotadas por Deleuze e Guattari na extensão de toda a sua obra, mais pontualmente em *Mille Plateaux*. Nas palavras de Deleuze e Guattari:

"Para sair das percepções vividas, não basta evidentemente memória que convoque somente antigas percepções, nem uma memória involuntária, que acrescente a reminiscência, como fator conservante do presente".¹²

Mais do que transformar uma vivência de trabalho em uma experiência conceitual é preciso arrancar, surpreender sentidos novos da matéria-feita, retirá-la de sua consistência molar, extraindo-lhe virtuais. Isso não se faz com memória histórica, com memória recapituladora, nem mesmo com memória involuntária.

Extrair o *percepto* das percepções vividas e o *afecto* das afecções vividas, para Deleuze e Guattari, a arte consegue fazer bem:¹³

"A memória intervém pouco na arte (mesmo e sobretudo em Proust). É verdade que toda a obra de arte é um *monumento*, mas o monumento não é aqui o que comemora

¹¹ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille Plateaux*, 2004, p. 24-5. Tradução nossa: "Escreve-se com a memória curta, logo, com idéias curtas, mesmo que se leia e releia com a longa memória dos longos conceitos. A memória curta compreende o esquecimento como processo; ela não se confunde com o instante, mas com o rizoma coletivo, temporal, nervoso. A memória longa (família, raça, sociedade ou civilização) decalca e traduz, mas o que ela traduz continua a agir nela, à distância, a contratempo, 'intempestivamente', não instantaneamente".

¹² Gilles Deleuze e Félix Guattari, *O que é a filosofia?*, 1993, p. 218.

um passado, é um bloco de sensações presentes que só devem a si mesmas sua própria conservação, e dão ao acontecimento o composto que o celebra. A ato do monumento não é a memória, mas a fabulação”.¹⁴

Mas não somente a arte deveria assim proceder, a filosofia também deveria se esforçar para se implicar de forma semelhante. A dupla não cansa de repetir as ações de ordem do *Mille Plateaux*: desapegar-se do pensamento-árvore, do pensamento-estruturalista, como fazem os nômades, abandonando o território.¹⁵ Levar essa aposta a termo implicaria plantar ervas de efeito/tipo rizoma nos territórios das *redundâncias molares*, mas também implica *calcular* o quanto o território suporta ser desterritorializado. E como funcionaria uma metodologia capaz de potencializar *afectos* e *perceptos*? Certamente que seria preciso começar evitando a permanência do pensamento nas redundâncias das percepções vividas, abandonando o território delimitado da identidade e do jogo do significante, do campo da linguagem como centralidade e fundamento do humano, das consistências molares.

Esta perspectiva nos aproxima do ato de fabular criativamente. Para Deleuze e Guattari, toda “fabulação criadora libera a vida lá onde ela é prisioneira”, lá onde ela é prisioneira das formas constituídas, das formas vividas, das formas protocolares, sabidas, determinadas. Assim, o fabular lançaria o homem numa zona de indeterminação, numa zona de indiscernibilidade do *entre*, o que não significa que sejam propriamente zonas de ambivalência. Este conceito já era trabalhado por Bergson, entendido como uma faculdade visionária totalmente distinta do que se habituou chamar de imaginação, que consiste em fabricar deuses

¹³ Referimo-nos aqui à discussão travada em *O que é a filosofia*, em especial no capítulo sobre percepto, afecto e conceito.

¹⁴ Idem.

¹⁵ Cabe sublinhar que abandonar o território não é o mesmo que abandonar a terra. Deleuze e Guattari distinguem terra de território. Assim, a desterritorialização será vista como o movimento que se percorre do território à terra, e a reterritorialização, por sua vez, o movimento da terra ao território, conforme proposto em *O que é a filosofia?*.

e gigantes, com o poder de eliminar tudo o que gruda em nossas percepções vividas. É por isso mesmo que Deleuze e Guattari vão sustentar que “o ato do monumento não é a memória, mas a fabulação”.¹⁶

Processar cartograficamente a construção do percurso do Programa nos afasta da imagem da árvore como *bela interioridade*, nos aproximando da perspectiva de fuga do rizoma, do seu funcionamento, e com isso já nos desapegamos de um centro e já podemos começar do meio.

Mostrar o melhor e o pior. De um lado, como as redundâncias molares engessam o trabalho grupal criativo e como as arraigadas identidades profissionais podem lentificar e mesmo anular a nomadização de fronteiras e de territórios. Mas de outro lado, também indicar como seria possível uma equipe de saúde operar outro dinamismo, infiltrando-se de tal forma no aparelho policial e estatal a ponto de conjurar uma máquina de guerra, numa ambição nômade. A máquina de guerra é o fora do aparelho de Estado. “A tout égard, la machine de guerre est d’une autre espèce, d’une autre nature, d’une autre origine que l’appareil d’Etat”.¹⁷ O problema surge quando a guerra é institucionalizada, o que pode acontecer com qualquer máquina porque “le souci de l’Etat, c’est de conserver”.¹⁸ E é por medo de que uma maior aproximação de qualquer ciência nômade ameace a sua conservação, a sua manutenção, que a palavra de ordem do Estado é domesticar, sempre.

Isso não implica dizer que o poder que supomos emanar do Estado seria uma força que calaria as vozes, uma força que reprimiria. Foucault diz que o

¹⁶ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *O que é a filosofia?*, 1993, p. 218.

¹⁷ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille Plateaux*, 2004, p. 436. Tradução nossa: “Sob todos os aspectos, a máquina de guerra é de outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado”.

exercício do poder não pode ser confundido com o exercício da violência. O poder tem uma eficácia produtiva, ele não faz nem obriga a calar, ao contrário, é uma força que incita a falar com o objetivo de atingir o corpo humano não para destruí-lo, supliciá-lo ou mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo, torná-lo dócil e obediente. Conforme Foucault, apud Machado:

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”.¹⁹

Hannah Arendt ²⁰ vai definir o poder como uma força positiva e qualificada. A violência, por sua vez, como um efeito ou resultado do enfraquecimento ou ausência de poder. O enfraquecimento do poder abre espaço à manifestação da violência. Portanto, o poder, para Arendt, é uma força qualificada que resulta da capacidade humana para agir em conjunto, o que significa que o poder precisa de um reconhecimento, ser sustentado por uma comunidade, diferentemente da monopolização do poder, que não precisa de consenso.

O processo de retomar o vivido deve suscitar o surgimento de uma experiência outra – e conceitual -, diferente e diversa do vivido, ou seja, uma experiência não-idêntica a si mesma. Novas temporalidades irrompem no movimento do lembrar, pois a lembrança não é uma imagem retomada do tempo passado e fixada na memória: a lembrança não é uma imagem atual que se formaria depois do objeto percebido, mas sim a imagem virtual que coexiste com a

¹⁸ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p.441. Tradução nossa: “A preocupação do Estado é conservar”.

¹⁹ Foucault apud Machado, 1992, Introdução.

²⁰ Hannah Arendt, *Sobre a violência*, 2001.

percepção atual do objeto, uma vez que as imagens virtuais reagem sobre o atual.²¹ É por esta razão que uma experiência não pode ser duplicada ou servir como modelo, mesmo quando bem sucedida, porque uma vez concretizada ela passa ao estatuto de uma matéria feita. É por esse movimento que a experiência é sempre rizoma, porque ela não depende da memória de tipo longa, que narra a história segundo uma lógica seqüencial, cronológica, corrente, numérica.

O Programa de Saúde e sua *duração*

A abordagem bergsoniana de *duração* deu outro fôlego à velha problemática do tempo e esta nos parece ser a mais consistente para pensar a nossa experiência, ou melhor, como um vivido pode ser pensado desde esta perspectiva. Retomar uma experiência já ocorrida deveria considerar a configuração de um redesenho, de um mapa. Pois não se trata de tomar um objeto que está acolá, inerte no passado, à espera de decifração ou significação. Bergson vai dizer que a duração é invenção, criação de formas, elaboração contínua do absolutamente novo: “L’univers dure. Plus nous approfondirons la nature du temps, plus nous comprendrons que durée signifie invention, création de formes, élaboration continue de l’absolument nouveau”.²²

Pode-se dizer, grosso modo, que a duração é o outro nome para o tempo. Em *O que é a filosofia?* Deleuze e Guattari retomam o conceito de duração de Bergson, associando-o à idéia de fabulação, em especial quando ele desenvolve a

²¹ Cf. Gilles Deleuze e Claire Parnet, *Diálogos*, 1998.

²² Henry Bergson, *L’évolution créatrice*, 1989. Tradução nossa: “O universo *dura*. Quanto mais nos aprofundamos na natureza do tempo, mais compreendemos que duração significa invenção, criação de formas, elaboração contínua do absolutamente novo”.

noção de monumento.²³ E por que eles recorrem a Bergson? Porque fabular tem a ver com a elaboração contínua do absolutamente novo, o que é, acreditamos, uma das maneiras mais claras e diretas de Bergson definir a duração, se afastando de uma concepção evolucionista.

Posto isto, entendemos que retomar uma experiência passada não significa uma apreensão do real justamente porque o passado sobrevive no presente. O acontecimento nunca perde a surpresa quando é concebido como experimentação e quando não é separado de agenciamentos coletivos de enunciação. Esta perspectiva será adotada por Bergson, ao afirmar que é praticamente impossível de a existência do homem ser composta de estados psicológicos separados, a não ser que dela, a experiência, fosse extirpada toda duração. Com isso, o *eu fundamental* em Bergson, se assim se pode dizer, será entendido como o *eu da duração*:

“Si notre existence se composait d’états séparés dont un “moi” impassible eût à faire la synthèse, il n’y aurait pas pour nous de durée. Car un moi qui ne change pas ne dure pas, et un état psychologique qui reste identique à lui-même tant qu’il n’est pas remplacé par l’état suivant ne dure pas davantage”.²⁴

Para o autor, atravessar duas vezes o mesmo estado é uma ação impossível de ser realizada, pois:

“(…) les circonstances ont beau être les mêmes, ce n’est plus sur la même personne qu’elles agissent, puisqu’elles la prennent à un nouveau moment de son histoire.

²³ Deleuze e Guattari, *O que é a filosofia?*, p. 218-244.

²⁴ Henry Bergson, *L’évolution créatrice*, 1989, p.4. Tradução nossa: “Se nossa existência se compusesse de estados separados onde um ‘eu’ impassível fizesse a síntese, não haveria para nós duração. Pois um eu que não muda não perdura, e um estado psicológico que se mantém idêntico a si próprio, enquanto não for substituído pelo estado seguinte, não perdura.”

Notre personnalité, qui se bâtit à chaque instant avec de l'expérience accumulée, change sans cesse".²⁵

Fazer *aparecer* os virtuais que habitam o acontecimento é a aposta, em outras palavras, trazer à cena o *absolutamente novo*. Mas não se trata de um fazer aparecer porque as potências virtuais estariam supostamente escondidas, adormecidas, borradas, encobertas, reprimidas. Não se trataria de fazê-las subir à superfície, uma vez que não estão nas profundezas do que quer que seja. De certo modo, nessa perspectiva, tratar-se-ia de se tomar a experiência vivida naquilo que ela não foi, buscando no já-vivido, naquilo que *já aconteceu* as potências do novo.

Os virtuais, diferentemente dos conteúdos inconscientes, não são produtos etiquetados; não deixam de ter certa relação com o inconsciente, porém não dependem de decifração, significação. Para fazê-los aparecer, para dar-lhes uma vida, não é preciso mais do que percorrer o caminho inverso, diferentemente daquele da psicanálise que reduz a multiplicidade ao jogo do esconde-esconde do significante, do inconsciente como máquina produtora de linguagem ou da linguagem como produtora de um suposto sujeito do inconsciente. Por uma questão bastante óbvia, entretanto pouco lembrada, o virtual não é senão a insistência do que não é dado, como sublinha Zourabichvili:

"Que haja virtual significa, portanto, em primeiro lugar, que nem tudo é dado, nem passível de ser dado. Significa, em seguida, que tudo o que acontece só pode provir do mundo (...) a história do mundo, como a de uma vida, é marcada por redistribuições – ou acontecimentos – que pluralizam o campo de possíveis, ou antes multiplicam-no em campos impossíveis uns com os outros. Essas

²⁵ Idem, p.5-6. Tradução nossa: "(...) as circunstâncias podem ainda ser as mesmas, mas já não é sobre a mesma pessoa que agem, porque a encontram num novo momento da sua história. Nossa personalidade, que se edifica a cada instante com a experiência acumulada, muda incessantemente."

redistribuições são certamente datáveis, mas não podem ser alinhadas na continuidade de um presente permanente, co-extensivo ao tempo do mundo”.²⁶

Seguindo nessa linha de pensamento, nos aproximamos do rizoma como *método do antimétodo*. Por que chamá-lo assim? Porque ele não estabelece ponto de origem ou princípio primordial. Ele já começa do meio. Fazer rizoma é cartografar, é afrouxar nosso excesso de consciência e de domínio decorrentes dos efeitos de uma memória de tipo longa (a memória recapituladora), que se identifica com a grande história, com os grandes feitos e, portanto, tende a ser mais arbórea, centralizadora e totalizadora, se esforçando para imprimir um sentido prevalente e fixando o pensamento em uma de suas raízes; ela trabalha para constituir um núcleo, um centro firme e referente, expurgando a experimentação e evitando uma navegação de tipo transversal. Ela se identifica mais com o saber e quer sempre melhor explicar o enigma da origem, dar respostas consistentes às questões mais prementes e estabelecer o *bom caminho* ao pensamento.

Não se trata de fazer apologia à memória curta ou fazer chacota à memória recapituladora, mas admitir que esta última tem um status privilegiado no meio acadêmico porque quer sempre estabelecer o caminho das verdades consistentes. Para Zourabichvili, a dupla Deleuze e Guattari propõe uma nova vigilância filosófica: “prudência a respeito de todo vestígio ou de toda reintrodução da árvore e do Uno no pensamento”.²⁷ Para eles, as árvores são “uma imagem do pensamento, são um funcionamento, são todo um aparelho que se planta no pensamento para fazê-lo andar direito e fazer com que produza as famosas idéias justas”.²⁸ Nesse sentido, a memória de tipo longa pode ser concebida a partir dessa lógica de funcionamento das árvores, com suas raízes, ramificações, um centro, uma estrutura. E mais:

²⁶ François Zourabichvili, *O vocabulário de Deleuze*, 2004, p.118-19.

²⁷ Idem, p. 99.

²⁸ Gilles Deleuze e Claire Parnet, *Diálogos*, 1998, p. 35.

“Há todo um tipo de caracteres na árvore: ela tem um ponto de origem, germe ou centro; é máquina binária ou princípio de dicotomia, com suas ramificações que repartem e se reproduzem perpetuamente, seus pontos de arborescência; é eixo de rotação, que organiza as coisas em círculos, e os círculos em torno do centro; ela é estrutura, sistema de pontos e de posições que enquadram todo o possível, sistema hierárquico ou transmissão de comandos, com instância central e memória recapituladora; tem um futuro e um passado, raízes e um cume, toda uma história, uma evolução, um desenvolvimento; ela pode ser recortada, conforme cortes ditos significantes à medida que seguem suas arborescências, suas ramificações, suas concentricidades, seus momentos de desenvolvimento”.²⁹

Deleuze se serve da imagem da árvore para criticar a fixidez e o conservadorismo do pensamento. Não há uma ordem ou lei natural que disponha o movimento do pensamento em contato constante com o novo, com a criação? Não existe uma natureza nômade do pensamento? Ou a preguiça impõe o ritmo cotidiano? Deleuze sublinha que uma secular tradição ocidental expurgou do pensamento a multiplicidade, estabelecendo uma moribunda preguiça: “Ora, não há dúvidas de que nos plantam árvores na cabeça; a árvore da vida, a árvore do saber etc. Todo mundo pede árvores”.³⁰ Em *Mille Plateaux*, esta crítica é reafirmada: “Beaucoup de gens ont un arbre planté dans la tête, mais le cerveau lui-même est une herbe beaucoup plus qu’un arbre”.³¹ Em não havendo uma disposição natural do pensamento para a diferença é preciso mesmo romper essa tradição, forçando um outro caminho. E é por isso mesmo que, no caminho de Nietzsche e Proust, Deleuze dirá, em *Différence et répétition*, que pensar não é inato, portanto deve ser engendrado no pensamento.³² Mais tarde, essa idéia será retomada em parceria

²⁹ Idem.

³⁰ Idem.

³¹ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p. 24. Tradução nossa: “Muitas pessoas têm uma árvore plantada na cabeça, mas o próprio cérebro é muito mais uma erva do que uma árvore”.

³² Gilles Deleuze, *Différence et répétition*, p.192.

com Guattari, em *Mille Plateaux*, ao criticarem o pensamento-árvore: “La nature n’agit pas ainsi (...) L’esprit retarde sur la nature”.³³

³³ Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Mille plateaux*, 1980, p.11. Tradução nossa: “A natureza não age assim (...) O espírito é mais lento que a natureza”.

CAPÍTULO II

EXPERIÊNCIAS DA LOUCURA NO TEMPO

“Au milieu du XVII^e siècle, brusque changement; le monde de la folie va devenir le monde de l’exclusion”.³⁴

A constituição de uma geografia espacial bem demarcada como estratégia de resposta à peste, evitando a mistura dos corpos que supostamente causariam a transmissão, interrompe os mecanismos dispersos pela rede social que pudessem provocar uma ameaça e descontrole, pondo restrições cada vez mais pesadas às liberdades individuais e mesmo às liberdades coletivas. “Contre la peste qui est mélange, la discipline fait valoir son pouvoir qui est d’analyse”.³⁵ Foucault não deixa de sugerir a partir destas meticulosas estratégias de controle do contágio igualmente um sonho político da peste:

“(…) non pas la fête collective, mais les partages stricts; non pas les lois transgressées, mais la pénétration du règlement jusque dans les plus fins détails de l’existence et par l’intermédiaire d’une hiérarchie complète qui assure le fonctionnement capillaire du pouvoir”.³⁶

O disciplinamento decorrente da necessidade de controle da peste também vai interferir e beneficiar no fluxo da indeterminação das identidades: “non pas les

³⁴ Michel Foucault, *Maladie mentale et psychologie*, 1962, p.80. Tradução nossa “Na metade do século XVII, mudança brusca; o mundo da loucura vai se transformar no mundo da exclusão”.

³⁵ Michel Foucault, *Surveiller et punir*, 2006, p. 231. Tradução nossa: “Contra a peste que é mistura, a disciplina faz valer seu poder que é de análise”.

³⁶ Idem. Tradução nossa: “(…) não a festa coletiva, mas as divisões estritas; não as leis transgredidas, mas a penetração do regulamento até nos mais finos detalhes da existência e por intermédio de uma hierarquia completa que garante o funcionamento capilar do poder”.

masques qu'on met et qu'on enlève, mais l'assignation à chacun de son 'vrai' nom, de sa 'vraie' place, de son 'vrai' corps et de la 'vraie' maladie".³⁷

Segundo Foucault, em um período de aproximadamente cento e cinquenta anos, o teatro da loucura muda de direção. As práticas extramédicas que compunham o imaginário social da loucura na era clássica começam a se desenraizar de seu solo místico-religioso e abrem caminho para um inédito espaço, inaugurando um novo arranjo na relação entre teoria e prática no campo da medicina. Cabe destacar que:

“Avant d'avoir le sens médical que nous lui donnons, ou que du moins nous aimons lui supposer, l'internement a été exigé par tout autre chose que le souci de la guérison. Ce qui l'a rendu nécessaire, c'est un impératif de travail. Notre philanthropie voudrait bien reconnaître les signes d'une bienveillance envers la maladie, là où se marque seulement la condamnation de l'oisiveté”.³⁸

A idade clássica retira das ruas os loucos, destinando-lhes uma nova pátria: as cidades do internamento, os muros dos velhos leprosários da Renascença. Mas é preciso deixar claro que a reativação dos leprosários desde o século XVII cumpriu com uma necessidade bem diferente da que se colocava na Renascença. Os leprosários tinham uma existência justificada por motivos estritamente médicos: segregar para evitar a mistura dos corpos que causa o contágio da peste. A partir de então passam a ter dimensões européias e a sustentar obscuros poderes, pois “le

³⁷ Idem. Tradução nossa: “(...) não as máscaras que se colocam e se retiram, mas a determinação de cada um de seu 'verdadeiro' nome, de seu 'verdadeiro' lugar, de seu 'verdadeiro' corpo e da 'verdadeira' doença”.

³⁸ Michel Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique*, 2006, p. 90. Tradução nossa: “Antes de ter o sentido médico que lhe atribuímos, ou que pelo menos gostamos de o supor, o internamento foi exigido por razões bem diferentes da preocupação com a cura. O que o tornou necessário foi um imperativo de trabalho. Nossa filantropia bem que gostaria de reconhecer os signos de uma benevolência para com a doença, lá onde se vê apenas a condenação da ociosidade”.

geste qui enferme n'est pas plus simple: lui aussi a des significations politiques, sociales, religieuses, économiques, morales".³⁹

Para Foucault, a exigência do internamento advém de certa experiência do trabalho. Embora não haja uma preocupação em definir o trabalho enquanto uma categoria especial, ao falar da experiência do homem clássico com a loucura em *Histoire de la folie à l'âge classique*, Foucault se depara ao longo de toda esta obra com os laços entre trabalho e enclausuramento, conforme sublinha Lecerf:

"Em *A história da loucura na idade clássica*, o trabalho não é jamais definido como tal. Limita-se a desempenhar a função de um instrumento e é pelo estudo de seu 'meio' que ele aparece como determinante, inaugural deste 'grande enclausuramento' ao qual está sempre intimamente associado. O trabalho aparece, assim, como sendo o lugar 'onde se alteram as relações do homem com o sensível, com o tempo, com outrem'. E é, efetivamente, neste meio onde 'tudo [...] na vida e o devir do homem é ruptura com o imediato', neste meio onde o trabalho opera sua função decisiva de afastamento, de ação não espontânea, diferenciada, de ação cujos gestos são mediados e servem, aliás, de escala para medida do tempo, que a loucura logo aparece como uma 'ausência de obra".⁴⁰

Não se pode designar esse trabalho que é cada vez mais fortemente instaurado como norma no interior dos muros do enclausuramento como um trabalho inespecífico, ele é de fato o trabalho forçado, contudo é preciso dizer que ele "não está mais aí para corrigir aquele que escaparia a uma norma, mas ocupa a tarefa preliminar que consiste em instruir as condições e os critérios pelos quais esta norma será julgada operatória".⁴¹

³⁹ Idem, p. 77. Tradução nossa: "O gesto que aprisiona não é mais simples: ele passa a ter significações políticas, sociais, religiosas, econômicas, morais".

⁴⁰ Eric Lecerf, *Eu não quero trabalhar! No limite do trabalho que enoda as palavras e as coisas na obra de Michel Foucault*, 2006, p.212-213.

⁴¹ Idem, p. 215.

Em última instância, é aquilo que Foucault designa de biopolítica. E mais:

“(…) aquilo que faz a potência do trabalho forçado é que ele instrui o possível acerca de um mundo fechado onde a sobrecarga do trabalho e os muros do internamento não serão mais úteis, porém, totalmente interiorizados, integrados a este dispositivo emblemático da nova política: o corpo instrumental, completamente formado por e para o ato de produção. O corpo do trabalho soberano!”⁴²

Até final do século XVIII a loucura só terá lugar ou *hospitalidade*, como se referia Foucault, entre os muros do hospital, junto aos pobres e vagabundos. Desde a Idade Média, os sentidos da loucura e o lugar que ela passa a ocupar vão se transformando, constituindo sensibilidades novas, “non plus religieuse, mais sociale”.⁴³

Para Foucault, a astuta arquitetura panóptica de Bentham faz crescer o embrião de uma emergente psiquiatria da observação, início de um investimento centrado na constituição de uma diversificada e extensa coleção de individualidades desviantes. O olho que desde então tudo passa a ver, observar, comparar, controlar, também começa a surpreender sentidos outros para a loucura.

Tendo como composto o surgimento e desenvolvimento de novas disciplinas, este curioso cenário composto de personagens dotados de uma obstinada vontade de saber impulsiona uma produção de conhecimentos sem precedentes, fortalecendo um território relativamente novo e específico e estabelecendo os princípios de uma teoria científica dos comportamentos desviantes bastante atenta em marcar as diferenças, definir as nuances, as

⁴² Idem.

⁴³ Michel Foucault, *Histoire de la folie à l'âge classique*, 2006, p. 89. Tradução nossa: “não mais religiosa, mas social”.

gradações, conseqüentemente, também preocupada em ditar os critérios e procedimentos de intervenção.

Em *Surveiller et punir*, esta perspectiva será explorada por Foucault, sendo entendida como o início de um afinamento das relações de poder. Ao fazer a arqueologia do disciplinamento dos corpos, ele desenvolverá o argumento que atribui à “minutie tatillonne et méchante des disciplines et de leurs investigations”⁴⁴ o surgimento das ciências do homem. A Idade Média concebe o inquérito judiciário, o século XVIII inventa e disponibiliza as técnicas e procedimentos da disciplina e do exame, “mais par de tout autres voies”.⁴⁵ Com a disciplina e seus dispositivos colocados em operação, produzir-se-ão variados conhecimentos que darão luz a novas disciplinas: a medicina clínica, a psiquiatria, a psicologia da criança, a psicopedagogia, a racionalização do trabalho. “Double processus, donc”, dirá Foucault, pois propicia “déblocage épistémologique à partir d’un affinement des relations de pouvoir; multiplication des effets de pouvoir grâce à la formation et au cumul de connaissances nouvelles”.⁴⁶ Assim, a categoria do enfermeiro, por exemplo, aparece na França somente a partir de 1771, momento este que o hospital institui a figura do médico residente, modificando a dinâmica da micro-física dos poderes institucionais:

“L’inspection d’autrefois, discontinue et rapide, est transformée en une observation régulière qui met le malade en situation d’examen presque perpétuel. Avec deux conséquences: dans la hiérarchie interne, le médecin, élément jusque-là extérieur, commence à prendre le pas sur le personnel

⁴⁴ Michel Foucault, *Surveiller et punir*, 2006, p. 262. Tradução nossa: “(...) minúcia tateante e maldosa das disciplinas e de suas investigações”.

⁴⁵ Idem, p. 262. Tradução nossa: “mas por vias totalmente diversas”.

⁴⁶ Idem, p. 261. Tradução nossa: “Duplo processo, portanto (...) a arrancada epistemológica a partir de um afinamento das relações de poder; multiplicação dos efeitos de poder graças à formação e ao acúmulo de conhecimentos novos”.

religieux et à lui confier un rôle déterminé mais subordonné dans la technique de l'examen; apparaît alors la catégorie de 'l'infirmier'".⁴⁷

Nesse caminho, o médico passa a ter um inédito poder na administração do hospital, substituindo gradativamente a filantropia do clero, em consequência, inicia-se o processo de medicalização do Hospital Geral empreendido por Philippe Pinel. Esse rearranjo na dinâmica institucional também dará a arrancada epistemológica das nascentes especialidades, especialidade enquanto o motor de desenvolvimento da ciência ocidental, proporcionando o surgimento de seus correlatos: o especialista e a especialização, conforme sublinha Almeida Filho:

"O ideal renascentista do sábio-artista-cientista, encarnado na genialidade de Da Vinci, e o movimento iluminista do enciclopedismo exemplificado pelo talento múltiplo dos pioneiros cientistas (que eram simultaneamente físicos, médicos, filósofos, matemáticos, astrônomos, naturalistas e alguns até literatos e políticos), eram em certa medida marginais em relação à história da ciência normal. Por um lado, a ampliação do escopo da nascente prática institucional da ciência, com suas sociedades e academias, *produziam* campos disciplinares cada vez mais rigorosamente delimitados, como se fossem – e eram – territórios inexplorados, demarcados e apropriados pelos seus desbravadores. Por outro lado, na arena científica, mais e mais se valoriza a especialização, tanto no sentido de criação de novas disciplinas científicas quanto na direção de subdivisões internas nos próprios campos disciplinares".⁴⁸

Sucedese um longo período de ajustes, embates e proposições desde a ascensão desta psiquiatria escópica, mas nada de muito diferente surge antes do final do século XIX, nada que tenha pelo menos provocado a constituição de experiências diversas e destoantes na psiquiatria clássica. A psicanálise de Freud é

⁴⁷ Idem, p. 218. Tradução nossa: "A inspeção de outrora, descontínua e rápida, se transforma em uma observação regular que coloca o doente em situação de exame quase perpétuo. Com duas consequências: na hierarquia interna, o médico, elemento até então exterior, começa a substituir o pessoal religioso e a lhe confiar um papel determinado, mas subordinado, na técnica do exame; aparece então a categoria do enfermeiro".

⁴⁸ Naomar de Almeida Filho, *Transdisciplinaridade e saúde pública*, 1997, p. 8.

a primeira a introduzir uma nova abordagem ao psiquismo. Mas é no século XX, já na sua metade, que, notadamente, protagonizam-se as mais significativas transformações na teoria e na prática, rompendo senão radicalmente com a psiquiatria clássica e medicamentosa pelo menos denunciando o seu primitivismo.

Destacam-se a luta antimanicomial na Itália, na década de 1960, que serviriam de inspiração e referência à reforma psiquiátrica brasileira no final da década de 1970; também as experiências das comunidades terapêuticas, na Inglaterra, o radicalismo da antipsiquiatria de Lang e Cooper; mais tardiamente, a análise institucional francesa. Todas elas, cada qual a seu modo e estilo próprio, provocam um radical desvio na trajetória da teoria e da prática, denunciando que do estatuto de uma grande questão que se propunha ao pensamento, os distúrbios mentais transformaram-se em um problema a ser administrado pela camisa-de-força química.

Cenário brasileiro

No cenário brasileiro, a criação da lei federal 10.216/2001 dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de sofrimentos mentais e pretende redimensionar o modelo assistencial em saúde mental. Também conhecida como *lei antimanicomial*, é inspirada nas iniciativas italianas de reforma psiquiátrica. A partir de sua criação, sucedem-se resoluções do *Conselho Federal de Medicina*, portarias ministeriais e presidenciais, decretos e leis federais que a ela passam a se ajustar e se conjugar, especialmente no que diz respeito à regulamentação do controle das internações psiquiátricas e a criação dos *Centros de Atenção Psicossocial* e dos *Serviços Residenciais Terapêuticos em Saúde Mental*.

A reforma psiquiátrica brasileira vigente prevê a substituição gradativa de leitos em hospitais psiquiátricos pela criação de recursos extra-hospitalares, tais como comunidades terapêuticas, hospitais-dia, lares abrigados etc. Assim, passa-se a considerar o hospital como a última alternativa para o atendimento da pessoa portadora de transtorno mental. As internações somente deverão ocorrer quando os recursos extra-hospitalares mostrarem-se insuficientes.

Essa lei, todavia, tem surtido muitas críticas, em especial pelo fato de não prever qualquer espécie de sanção legal aos eventuais infratores. Basta um olhar mais atento à lei, em especial no seu artigo 8º, § 1º: “A internação psiquiátrica involuntária deverá, no prazo de setenta e duas horas, ser comunicada ao Ministério Público Estadual pelo responsável técnico do estabelecimento no qual tenha ocorrido, devendo esse mesmo procedimento ser adotado quando da respectiva alta”. Como se punirá ao infrator no caso do não cumprimento deste dispositivo legal? A lei é falha porque não estabelece nenhuma sanção penal aos infratores. Cabe lembrar que a legislação pertinente anterior (Decreto 24.559/34), hoje revogado, previa sanção penal aos infratores: multa e cassação da autorização para funcionamento, no caso das clínicas privadas.

Apesar de serem aqueles que mais lutaram para mudanças na legislação no campo da saúde mental, os integrantes do movimento de *Luta Antimanicomial* ficaram descontentes com a lei, pois gostariam de que ela também restringisse ou vedasse quaisquer futuros investimentos em hospitais psiquiátricos e estabelecesse a criação de equipe revisora multiprofissional de saúde mental para avaliar as internações involuntárias, o que acabou não ocorrendo.

Sabe-se que a tradição firmou e legitimou algumas disciplinas como detentoras de saberes e de técnicas no estabelecimento dos parâmetros e limites

conceituais sobre saúde e doença, definindo critérios de ação e intervenção, criando um campo de interseção de conhecimentos entre disciplinas do campo psi e do campo médico. Atualmente, esta tradição passa por uma reestruturação de seu campo, ofertando espaços outrora sequer imaginados às disciplinas vinculadas ao campo da arte e da expressão artística e corporal. Ao mesmo tempo em que tal processo de mudança propicia um alargamento dos horizontes de compreensão do espaço clínico historicamente constituído, tornando mais humanizadas as relações entre pacientes e médicos, também inaugura uma experiência ainda em processo e que traz para dentro do discurso médico e psi elementos que lhe são estranhos, não familiares e, portanto, desestabilizadores. Tal desestabilização ou estranheza nos apresenta um cenário ainda confuso, indefinido, portanto, lacunar.

Assim, se por um lado abre-se a *casa dos loucos* e se institui a flexibilização dos saberes médicos e psi, convocando um diálogo com as contribuições da arte para a vida, por outro lado pode-se incorrer no risco de um empirismo radicalizado, não surtindo os efeitos de transformação almejados.

No cenário das vanguardas artísticas, intensifica-se a ruptura com os cânones tradicionais, deslocando-se para o campo da saúde mental e colocando em prática experiências pioneiras. Pelo fato de alimentarem certa abertura, os grupos que promoviam a reestruturação dos paradigmas no campo da saúde mental perceberam que esta *arte revigorada* poderia servir como uma forte aliada, forçando a psiquiatria a buscar fora dela elementos que poderiam marcar uma diferença. Mas considerar o elemento da sensibilidade estética como elemento facilitador da direção do tratamento não significaria uma adesão incondicional na qual os papéis sofreriam rupturas epistemológicas. O exercício da psiquiatria e da psicologia continuaria a manter seu estatuto centralizador das decisões e do poder. As contribuições da arte possibilitam o início de um diálogo entre as disciplinas do campo médico e psi e as disciplinas mais vinculadas ao corpo e à estética. Arte aqui

tomada como recriação de sentidos pelo sujeito, espaço onde se marca a sua diferença, o seu *gesto de interpretação*, tomando a expressão de Orlandi, uma oportunidade de, diferentemente, o sujeito se expressar, importando mais o processo de criação do que o resultado ou produto.

A abertura de novas frentes e de intervenção decorrentes da falência e/ou inoperância do modelo tradicional, posteriormente fomentadas pela inserção do paradigma inter e transdisciplinar, assim como da pulverização do discurso da humanização nos serviços de saúde, estão potencializando um processo ainda em curso e relativamente novo que demanda a criação de espaços dialógicos entre ciência e arte, onde esta última não seja apenas um campo auxiliar, um anexo facilitador do trabalho do psiquiatra e do psicólogo.

A luta antimanicomial

No Brasil, o panorama dos serviços públicos, em seus mais variados setores, mudou significativamente nas últimas duas décadas. Igualmente os serviços de saúde, em especial os de saúde mental. Todo esforço travado para desinstitucionalizar a doença e o doente, contudo, não surtiram os efeitos almejados. Mudou-se a legislação, mexeram-se nas estruturas arcaicas e desumanas das instituições, conquistaram-se direitos, inclusive humanizou-se visivelmente o atendimento e introduziram-se dispositivos do campo da arte aplicados à saúde, mas a lógica de funcionamento das equipes de trabalho e das estruturas institucionais muito pouco foi mudada, e tudo indica que, salvo algumas raras exceções, o saldo no tratamento de pacientes é insignificante ao se comparar com o barulho causado pelo movimento que promoveu a humanização do tratamento e o fechamento dos hospícios.

Resistências e críticas ao modelo asilar provocaram significativas mudanças nas instituições psiquiátricas ao longo das últimas décadas. Tais críticas remontam desde antes do início do século passado. Naquela época, entretanto, não havia discussões sólidas que promovessem uma mudança significativa na forma do tratamento. O que se pode verificar é que o descontentamento de alguns profissionais centrava-se mais nas questões de caráter humanitário do que em questões propriamente técnicas: o tratamento em si e os efeitos da internação não eram a preocupação maior e sim as condições desumanas da custódia.

Com o acúmulo de experiências novas foi ganhando força a consciência que disseminou a idéia de que o asilo não era somente desumano, mas muito pouco útil ao tratamento dos internos, pois eles se aglomeravam em espaços físicos cada vez maiores, raramente recebiam altas, e quando saíam freqüentemente retornavam e voltavam a receber o mesmo tratamento.

A partir do final da década de 1950, a Itália protagoniza ações mais radicais, tanto de caráter teórico e técnico, introduzindo o componente político, colocando em prática modos de trabalhar em saúde mental dissidentes e críticos do modelo asilar e segregador da internação/custódia, pressionando mudanças nos rumos das políticas públicas de saúde mental coletiva: “Não se tratava apenas de humanizar o manicômio: era sua existência posta em discussão, sua prática, mas também a teoria que a sustentava, isto é, a psiquiatria e a ciência”.⁴⁹

Muitos manifestos na Itália começaram a denunciar não somente a insanidade da lógica de funcionamento do manicômio, mas também das cadeias, orfanatos, asilos, instituições especiais para deficientes, cárceres para menores e

⁴⁹ Franca Ongaro Basaglia, *Mario Tommasini: vida e feitos de um democrata radical*, 1993, p.11.

demais instituições de custódia. Não propunham apenas uma reestruturação institucional, iam mais longe, pregando a derrubada dos muros: os reais, de pedra, e os imaginários:

“O castelo dos direitos nasceu da necessidade de experimentar como se pode permitir a vivência mais fácil dos diversos modos de estar mal, das pessoas: dos jovens aos menores, aos doentes mentais, aos encarcerados etc... Essa colocação cultural encontra certa resistência por parte dos técnicos que propõem questões deste tipo: como fazer viver um menor com um louco? Como colocar em pé um centro social onde haja espetáculos, teatro e cinema ao lado de um grupo de apartamentos para menores? Porque ainda existe a lógica de separar os diversos problemas, e cada problema deve ter seus técnicos, sua preparação específica, uma formação que não negamos, mas que propõe a separação dos papéis e dos sujeitos”.⁵⁰

Como podemos notar, na década de 1960 os psiquiatras italianos criadores do movimento da desinstitucionalização já propunham o rompimento com a idéia de disciplina-régia e de especialismos. Certamente que existia uma exacerbada idealização e um otimismo evidente na propagação de suas idéias, contudo não podemos deixar de admitir nesse movimento político de transformação dos espaços destinados aos doentes e de humanização do tratamento também o surgimento de uma nova lógica de entendimento da relação entre sociedade e loucura, uma diferente forma de encaminhamento das políticas públicas de setor, criticando e rompendo com a burocracia estatal e com a psiquiatria do confinamento, conseqüentemente, mostrando uma nova cara e uma nova racionalidade à loucura.

⁵⁰ Idem, p.98.

Surgimento e caracterização do Programa de Saúde

Entre 1999 e 2002, a *Secretaria da Justiça e da Segurança* do Rio Grande do Sul elabora o *Plano Estadual de Segurança Pública*, contemplando as principais indicações do *Ministério da Justiça* no que se refere à humanização do sistema prisional, controle social dos serviços de segurança pública, valorização e qualificação dos recursos humanos, modernização de recursos técnico-operacionais e integração das atividades de todos os órgãos da segurança pública estadual.

No bojo da discussão e elaboração do referido Plano, sublinha-se a necessidade de um estudo sobre o impacto do mundo do trabalho do agente de segurança, no que tange a sua subjetividade, sobre afastamentos do trabalho em decorrência de problemas de saúde mental, dificuldades de relacionamento no ambiente de trabalho, dependência química, depressão, tentativas de suicídio e violência doméstica. Embora já fosse corrente o discurso que apontava a precariedade dos serviços de saúde oferecidos e do exercício laboral de risco do agente de segurança pública, ainda não se tinha um estudo qualitativo e detalhado. Nesse sentido, um grupo de trabalho é criado para elaborar um diagnóstico inicial, junto ao IPERGS⁵¹, constatando altos índices de afastamento e licenças médicas.⁵²

Nas palavras de Bisol:

“Isso para não citar as configurações coletivas que esses males assumem nas corporações, tais como as estruturas mentais que geram a inversão de valores do chamado ‘blue code’ e o absurdo de admitir um grau razoável de corrupção por compensação imanente ao risco da função”⁵³

⁵¹ Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul.

⁵² “Estes dados alertam para o fato de que as licenças médicas concedidas no ano de 2000 devido a transtornos mentais mostram que o maior percentual foi devido a quadros de Depressão Grave (23,24%) e Transtornos Mentais e Comportamentais devido ao Uso de Álcool (13,57%). No que diz respeito a dados específicos, durante o ano de 2000, as consultas psiquiátricas e psicológicas totalizaram mais de nove mil somente para os trabalhadores da segurança pública” (Relatório, p. 36).

⁵³ Citação do Secretário da Justiça e Segurança Pública do Rio Grande do Sul, José Paulo Bisol, no Relatório do Programa de Saúde Mental, p.10.

Em consequência disso, o *Plano Estadual de Segurança Pública* sugere a criação de um novo serviço de saúde mental para os agentes de segurança. Um grupo de trabalho é designado para iniciar e estruturar o primeiro *Centro de Saúde* na capital; posteriormente, seguindo uma orientação de descentralização do serviço, outros sete centros de saúde são criados, em cidades do interior e na região metropolitana.

Profissionais da área da saúde mental, incluindo especialistas em saúde coletiva e institucional, externos à segurança pública, são convidados a discutir e auxiliar na elaboração do novo programa de saúde, o que representou um avanço, na medida em que, tradicionalmente, as instituições policiais brasileiras solidificaram uma trajetória de *forclusão institucional*⁵⁴, evitando o diálogo com o corpo social com o intuito de manterem seu estatuto de instituições fechadas e pretensamente auto-suficientes. Foucault, em *Surveiller et punir*, irá dizer algo semelhante, porém utilizando outro argumento:

“L’organisation de l’appareil policier au XVIIIe siècle sanctionne une généralisation des disciplines qui atteint aux dimensions de l’Etat. On comprend, bien qu’elle ait été liée de la manière la plus explicite à tout ce qui, dans le pouvoir royal, excédait l’exercice de la justice réglée, pourquoi la police a pu résister avec un minimum de modifications au réaménagement du pouvoir judiciaire; et pourquoi elle n’a pas cessé de lui imposer de plus en plus lourdement, jusqu’aujourd’hui, ses prérogatives; c’est sans doute qu’elle en est le bras séculier; mais c’est aussi que, bien mieux que l’institution judiciaire, elle fait corps, par son étendue et ses mécanismes, avec la société de type disciplinaire. Il serait inexact pourtant de croire que les fonctions disciplinaires ont été confisquées et absorbées une fois pour toutes par un appareil d’Etat”.⁵⁵

⁵⁴ José Paulo Bisol se refere ao termo *forclusão institucional* numa alusão à forclusão psicótica cunhada por Jacques Lacan. Bisol retoma o termo para tratar do corporativismo das polícias para se manterem auto-regulativas, auto-suficientes, com suas regras e códigos ético-morais próprios, evitando interferências de outras instituições.

⁵⁵ Michel Foucault, *Surveiller et punir*, 2006, p. 250-251.

Dessa forma, o trabalho de construção e de execução do *Programa de Saúde* compreendeu um processo inicial de abertura e diálogo entre sociedade civil⁵⁶ e instituição policial, durante o qual se questionaram a precariedade e insuficiência dos serviços existentes, haja vista que se restringiam ao diagnóstico e tratamento psiquiátricos medicamentoso, sem qualquer sistemática de trabalho voltado à prevenção nem tampouco a uma abordagem institucional.

As oito equipes que compuseram o quadro de profissionais dos Centros de Saúde procuraram assumir uma postura de trabalho inspirada nos princípios do paradigma transdisciplinar, o que não significou uma padronização de procedimentos nas equipes, mas uma inspiração que moveu cada equipe a trabalhar diferentemente dos modelos tradicionais. O paradigma transdisciplinar interroga as demarcações de territórios disciplinares, como, por exemplo, das áreas da medicina, psicologia e artes. A transdisciplinaridade foi tomada como um conceito-ferramenta, ou seja, pleno de força crítica para produzir crise e desestabilizar.⁵⁷ Conforme foi significado no relatório da experiência:

“Este conceito possibilita levantar questões acerca dos modos como nos relacionamos com os saberes e nos deixamos afetar por territórios desconhecidos, desconstruímos verdades cristalizadas e ressignificamos nossas formações de origem. Ao mesmo tempo, potencializa o exercício de diferenciação fundamental para que possamos construir, coletivamente, práticas inventivas e criativas”.⁵⁸

⁵⁶ Fazemos menção aqui a todos os profissionais e técnicos externos à Secretaria de Segurança Pública que auxiliaram tanto na construção de um diagnóstico institucional inicial e os próprios profissionais do Programa de Saúde.

⁵⁷ Cf. Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*, 2000.

⁵⁸ Rio Grande do Sul, *Sujeitos e instituições*, 2003, p. 27.

A aposta em uma perspectiva transdisciplinar em equipes heterogêneas implicou a construção de dispositivos grupais de trabalho, nos quais se destacaram os momentos formais e informais de discussão em grupo sobre as decisões tomadas no processo, desde o acolhimento do policial no *Centro de Saúde* ao delineamento do *plano terapêutico* e sua continuidade.

O fazer transdisciplinar não é simplesmente o fazer trabalhar juntas as disciplinas, não é pôr em movimento dialógico as disciplinas, nem dispô-las *vis-à-vis*, objetivando melhor eficiência e melhores resultados. São esforços de difícil execução. Basta que se pergunte a um enfermeiro-chefe de alguma equipe multidisciplinar, ou mesmo interdisciplinar, para que se confirme o que já é sabido: o médico é quem sempre dá a última palavra, uma vez que na hierarquia hospital, e social também, é ele o fiel representante da medicina, é ele o portador dos saberes sobre a vida e a morte, portanto, é ele quem toma as decisões de maior vulto. Neste sentido, não admitir que todos esses esforços são de difícil execução, que podem render bons resultados aos pacientes, seria de uma excessiva ingenuidade, ou de uma atitude ideológica sem nenhuma utilidade prática.

No Programa constava uma disposição à distribuição/horizontalização de poderes das/entre as áreas: médicas, psi e artes, e ainda de outras como educação física, sociologia etc. Decidiu-se por encontros grupais semanais justamente porque atingiam dois objetivos de uma só vez: discussão sobre o andamento do trabalho e também como uma instância de aprendizagem, de construção de novas modalidades grupais de trabalho e intervenção. Pôde-se verificar uma forte inclinação de membros dos grupos de centrar as decisões nas figuras daqueles que constituíram historicamente o monopólio do poder em saúde mental: os psicólogos e os psiquiatras. Considerando que a equipe foi composta por profissionais de distintas áreas (2 psiquiatras, 2 psicólogas, 1 enfermeira, 1 assistente social, 1 fisioterapeuta, 1 músico, 1 artista plástica, 1 professor de educação física, 1

sociólogo e 1 coordenador), a trajetória de construção de um trabalho transdisciplinar foi tenso justamente porque os componentes da equipe tinham como modelo e experiência as práticas alinhadas ao modo multi e interdisciplinar, ou seja, ou estavam acostumadas a um trabalho de fragmentação disciplinar ou então estavam referenciados a uma disciplina-mãe, em geral representada pelo psicólogo ou psiquiatra. Alguns já tinham experiência de trabalho em equipe e outros tinham apenas o exercício da clínica individual de consultório, entretanto nenhum dos componentes com histórico de trabalho transdisciplinar. Foi necessário, então, aprender a trabalhar em equipe de modo transdisciplinar, constituir sua filiação a um novo discurso, à medida que, ao mesmo tempo, este ia sendo significado pelos membros do grupo, em grupo.

Construção e desconstrução dos campos disciplinares

“Les disciplines fonctionnent de plus en plus comme des techniques fabriquant des individus utiles”.⁵⁹

Uma vez que o Programa que estamos estudando buscou operar com o conceito de transdisciplinaridade, faremos a seguir uma breve discussão teórica dos paradigmas que costumam nortear o trabalho em saúde, e para tal nos inspiramos no esquema de Jantsch-Vanconcelos-Bibeau⁶⁰ que discute a disciplinaridade e seus correlatos, propondo uma detalhada classificação das possibilidades de interação ou integração de distintos campos disciplinares. Assim, procuraremos definir:

- multidisciplinaridade;

⁵⁹ Michel Foucault, *Surveiller et punir*, 2006, p. 245-246. Tradução nossa: “As disciplinas funcionam cada vez mais como técnicas que fabricam indivíduos úteis”.

⁶⁰ Apud Naomar, 1997.

- pluridisciplinaridade;
- interdisciplinaridade;
- metadisciplinaridade;
- transdisciplinaridade.

A multidisciplinaridade funciona por intermédio da justaposição de diferentes disciplinas, em um único nível. É um conjunto de disciplinas que, de forma simultânea, trata de uma dada questão, assunto ou problema. Os profissionais envolvidos, contudo, não estabelecem, no campo técnico ou científico, relações entre si. Trata-se de um sistema em que a circulação e o intercâmbio de informações são muito tímidos ou completamente inexistentes, assim como também inexistem uma colaboração sistemática entre os campos disciplinares implicados. Outra característica marcante desse sistema é que não costuma ter uma coordenação dos campos disciplinares, mas quando existe é de caráter administrativo e externo ao campo técnico-científico. Em síntese, trata-se de um sistema que funciona com um elevado grau de isolamento entre as disciplinas ou entre os campos disciplinares, dificultando processos educativos transversais efetivos.

Para ilustrar um funcionamento multidisciplinar na área da saúde, Bibeau⁶¹ refere o trabalho de acompanhamento de pacientes hospitalizados, efetuado de maneira mais ou menos isolada por cada profissional, segundo sua própria competência e sem auxílio mútuo, circulando um mínimo de informação entre os envolvidos e, em geral, através de anotações em prontuários⁶² de uso comum.

A pluridisciplinaridade é um sistema de um só nível e implica justaposição de diferentes disciplinas, como também verificamos na multidisciplinaridade;

⁶¹ G. Bibeau, *Séminaire sur l'interdisciplinarité et l'application*, Université de Montréal, 1996.

porém, nesta ocorrem relações entre as disciplinas a partir de um processo de trabalho em torno de uma temática unificada. Segundo Naomar, a pluridisciplinaridade “seria, portanto, ainda um sistema de um só nível, porém os objetivos aqui são comuns, podendo existir algum grau de cooperação mútua entre as disciplinas”.⁶³ Ela envolve campos disciplinares localizados num mesmo nível de hierarquia, com um objetivo de estabelecer uma complementaridade, sem que haja necessidade de coordenação de ações. Um exemplo clássico dessa forma de funcionamento são as mesas-redondas ou painéis em torno de uma mesma temática, discutida por especialistas de diferentes disciplinas; ou então as reuniões clínicas onde se discutem casos clínicos e os diferentes profissionais que estão envolvidos com o paciente trocam informações entre si.

Na metadisciplinaridade a interação entre as disciplinas se dá por intermédio de uma metadisciplina que se situa num nível epistemológico superior, entretanto não se coloca como coordenadora, mas como integradora e mediadora do campo.

Na interdisciplinaridade temos uma situação hierárquica definida em que uma disciplina ocupa a posição de coordenadora, integradora e mediadora da circulação discursiva dos campos disciplinares.

Já a transdisciplinaridade viria para radicalizar os caminhos já trilhados pela interdisciplinaridade. De acordo com Almeida Filho, “com a criação de um campo teórico, operacional ou disciplinar de tipo novo e mais amplo”. Nesse sentido, uma de suas funções é de enfraquecer as fronteiras entre as disciplinas, não somente potencializando a comunicação entre campos disciplinares, “mas entre agentes em

⁶² O prontuário é uma ferramenta de trabalho no campo da saúde que será posteriormente problematizada neste estudo.

⁶³ Naomar de Almeida Filho, *Transdisciplinaridade e saúde coletiva*, 1997, p. 12.

cada campo, através da circulação não dos discursos (pela via da tradução), mas pelo trânsito dos sujeitos dos discursos”.⁶⁴

A transdisciplinaridade, segundo o autor, além de radicalizar os caminhos já trilhados da interdisciplinaridade, também persegue, de forma insistente, uma atitude crítica em relação à estabilidade que define as fronteiras epistemológicas e, por tabela, delimita as disciplinas. Para Passos e Barros:

“Podemos chamar esta atitude crítica de transdisciplinaridade, já que os limites entre as disciplinas são perturbados quando se coloca em questão as identidades do sujeito que conhece e do objeto conhecido. A noção de transdisciplinaridade subverte o eixo de sustentação dos campos epistemológicos, graças ao efeito de desestabilização tanto da dicotomia sujeito/objeto quanto da unidade das disciplinas e dos especialismos”.⁶⁵

Entendemos como romântica a perspectiva que concebe a transdisciplinaridade como sendo uma etapa radicalizada da interdisciplinaridade. Aceitar que existe um maior grau de liberdade em um trabalho de tipo interdisciplinar é acreditar que a centralidade e a coordenação de uma disciplina significaria avanço. Na interdisciplinaridade pode haver algum grau de liberdade igual ou inferior àquele da multidisciplinaridade. Pode haver um grau menor de cooperação e de trocas entre as disciplinas em uma equipe multidisciplinar, mas igualmente pode ocorrer uma menor territorialização de espaços de poder e domínio.

Assim sendo, notamos que existem, conforme cada autor, diferenças na concepção de cada paradigma. Compartilhamos com a posição de Edgar Morin, que compreende a interdisciplinaridade de forma bastante descrente:

⁶⁴ Naomar de Almeida Filho, *Transdisciplinaridade e saúde coletiva*, 1997, p. 17.

⁶⁵ Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*, 2000.

“Sabemos cada vez mais que as disciplinas se fecham e não se comunicam umas com as outras. Os fenômenos são cada vez mais fragmentados, e não se consegue conceber a sua unidade. É por isso que se diz cada vez mais: “Façamos interdisciplinaridade.” Mas a interdisciplinaridade controla tanto as disciplinas como a ONU controla as nações. Cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de se desmoronar”.⁶⁶

Morin propõe a promoção de uma nova transdisciplinaridade, mas para isso será preciso um paradigma que permita:

“(…) distinguir, separar, opor, e, portanto, dividir relativamente esses domínios científicos, mas que possa fazê-los se comunicarem sem operar a redução. O paradigma que denomino simplificação (redução/separação) é insuficiente e mutilante. É preciso um paradigma de complexidade, que, ao mesmo tempo, separe e associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem os reduzir às unidades elementares e às leis gerais”.⁶⁷

O que podemos observar é que os paradigmas ou sistemas até agora expostos, à exceção da transdisciplinaridade, mantêm as fronteiras disciplinares, mesmo havendo maior cooperação e integração entre os campos, como no caso da interdisciplinaridade. Como bem resumem e pontuam Passos e Barros:

“Em que pese o esforço observado nas últimas quatro décadas de se flexibilizar tais fronteiras, o mais que se conseguiu, no melhor dos casos, foi se estabelecer um diálogo entre profissionais mais identificados com tal ou qual disciplina, remetidos, na maior parte das vezes, a determinados especialismos. Esta flexibilização se realiza através de diferentes procedimentos: o movimento de disciplinas que se somam na tarefa da dar conta de um objeto que, pela sua natureza multifacetada, exigiria diferentes olhares (multidisciplinaridade), ou, de outra forma, o movimento de

⁶⁶ Edgar Morin, *Ciência com consciência*, 2002, p. 135.

⁶⁷ Idem, p. 138.

criação de uma zona de interseção entre elas, para a qual um objeto específico seria designado (interdisciplinaridade). Mas o que vemos como efeito, seja da multidisciplinaridade, seja da interdisciplinaridade, é a manutenção das fronteiras disciplinares, dos objetos e, especialmente, dos sujeitos desses saberes”.⁶⁸

Alguns pensadores da atualidade, Santos⁶⁹, Maturana e Varela⁷⁰, irão dizer que a ciência contemporânea está totalmente imersa em uma importante crise paradigmática. Por um lado, temos um tipo de prática que ainda persiste em trabalhar a partir da fragmentação disciplinar. Por outro lado, assistimos o surgimento de uma vanguarda nas chamadas ciências duras que se dá conta de que não pode mais se limitar a questões científicas localizadas nem insistir na velha tradição do especialista de um único tema ou campo, acreditando e investindo na abertura das ciências a questionamentos em um nível mais global e fundamental. Conforme Almeida Filho:

“Não mais se sabe a que disciplina pertence o autor de uma dada pesquisa ou artigo científico. Esta situação parece provocar um duplo efeito contrário. De um lado, encontra-se ambigüidade, caos e incoerência a que se seguem fenômenos de fusão, mistura, hibridização e mestiçagem entre métodos e teorias; e de outro lado, uma abertura de fronteiras, uma consideração dos contextos, uma desinsularização das disciplinas. É certo que a medicina torna-se indissociável do social, mas isso não impede o super-desenvolvimento de enfoques estritamente biomédicos em seus estudos sobre os problemas de saúde”.⁷¹

Deve-se considerar a intenção e a atitude de desestabilização das fronteiras disciplinares como um movimento político. Não há uma voluntariedade, uma naturalidade, uma espontaneidade em seguir o caminho de ruptura hierárquica

⁶⁸ Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*, 2000, p. 5.

⁶⁹ Boaventura de Sousa Santos, *Um discurso sobre as ciências*, 1999.

⁷⁰ Humberto Maturana Romesin e Humberto Varela, *A árvore do conhecimento*, 1995.

⁷¹ Naomar de Almeida Filho, *Transdisciplinaridade e saúde coletiva*, 1997, p. 10.

entre as disciplinas. É preciso forçar o caminho da ruptura, é um ato que implica investimento de uma contra-força para evitar o comodismo dos indivíduos de se posicionarem de forma a aceitar a superioridade de uma disciplina. Como no mundo social, também no mundo do trabalho ocorre uma verticalidade das relações de poder. Mas é também preciso entender que a instituição é vista desde um agenciamento molar que repousa em agenciamentos moleculares:

“(...) daí a importância do ponto de vista molecular em política: a soma dos gestos, atitudes, procedimentos, regras, disposições espaciais e temporais que fazem a consistência concreta ou a duração - no sentido bergsoniano - da instituição, burocracia estatal ou partido”.⁷²

Ao falar disso, retornamos à ideia da árvore como estrutura que fixa pontos e posições para, em seguida, estabelecer uma identidade: a árvore da vida, a árvore lingüística à maneira de Chomsky etc.; e também retornamos à ideia do rizoma como pura multiplicidade, ou seja, linhas de desterritorialização que estão sempre fugindo de uma unidade, de um centro, de uma identidade constituída ou em constituição. Deleuze e Guattari insistem na explicação que *fazer fugir* não é, como se costuma acreditar, um ato de preguiça ou covardia, mas, ao contrário, é um ato político de coragem, coragem de fugir das unidades transcendentais, dos territórios bem delimitados e seguros, fugir da casa da identidade. Subtrair o único da multiplicidade: $n - 1$:

“En verité, il ne suffit pas de dire Vive le multiple, bien que ce cri soit difficile à pousser. Aucune habileté typographique, lexicale ou même syntaxique ne suffira à le faire entendre. Le multiple, il faut le faire, non pas en ajoutant toujours une dimension supérieure, mais au contraire les plus

⁷² François Zourabichvili, *O vocabulário de Deleuze*, 2004, p.21.

simplement, à force de sobriété, au niveau des dimensions dont on dispose, toujours $n-1$ ".⁷³

Passos e Barros, ao apresentarem suas perspectivas sobre o plano de uma clínica ampliada, apontam, na esteira do pensamento de Deleuze e Guattari, algumas pistas que consideramos importantes:

"Problematizar os limites de cada disciplina é argüi-las em seus pontos de congelamento e universalidade. Tratar-se-ia, nesta perspectiva transdisciplinar, de nomadizar as fronteiras, torná-las instáveis. Caotizar os campos, desestabilizando-os ao ponto de fazer deles planos de criação de outros objetos-sujeitos, é a aposta transdisciplinar".⁷⁴

Como então fazer para que ocorra a nomadização das fronteiras disciplinares? Certamente que não é fácil e não existe manual ou regras de procedimentos. Permanecer no território é menos arriscado e mais tranquilo do que abandoná-lo. Se uma das metas do trabalho em equipe é a de insistir numa postura de rompimento de disciplina-régia, contudo as práticas individuais, por vezes, endereçam-se a um funcionamento que oscila entre o primitivismo multidisciplinar, a centralidade de poder de uma disciplina e a nomadização das disciplinas e dos campos. O caminho, o percurso, é sempre feito de avanços e recuos. Isso porque as equipes de trabalho em saúde tendem a lidar de uma forma relativamente estável e por um funcionamento reprodutor, reduzindo o campo de experimentação a uma divisão conceitual preestabelecida justamente para evitar o suposto caos das formas ainda não vividas ou experimentadas, evitando o desequilíbrio. O conceito de território em Deleuze e Guattari, segundo

⁷³ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p.11. Tradução nossa: "Na verdade, não é suficiente dizer Viva o múltiplo, mesmo que este grito seja difícil de se colocar. Nenhuma habilidade tipográfica, lexical ou mesmo sintática será suficiente para fazê-lo ouvi-lo. É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira mais simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre $n-1$."

⁷⁴ Eduardo Passos e Regina Benevides de Barros, *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*, 2000, p. 9.

Zourabichvili, implica a idéia de espaço, mas não é necessariamente um lugar geográfico, porque seu valor é mais existencial: “ele circunscreve, para cada um, o campo do familiar e do vinculante, marca as distâncias em relação a outrem e protege do caos”.⁷⁵

A proposição de romper com o monopólio e domínio de decisões das clássicas disciplinas régias é um ato político e implica uma ética de trabalho que considera certa transversalidade dos poderes, um trabalho de abertura de espaços para uma participação mais efetiva e qualificada de todos os envolvidos no âmbito das discussões em grupo, das decisões e, principalmente, das proposições. Isso, por si só, substituiu o costumeiro individualismo e o caráter individualista do trabalho grupal pela implicação coletiva em todos os níveis do processo.

⁷⁵ François Zourabichvili, *O vocabulário de Deleuze*, 2004, p. 46.

CAPÍTULO III

CARTOGRAFIAS DO CUIDADO

“Se definirmos a espiritualidade como o gênero de práticas que postulam que o sujeito, tal com ele é, não é capaz de verdade, tal como ela é, é capaz de transfigurar e salvar o sujeito, diremos então que a idade moderna das relações entre sujeito e verdade começa no dia em que postulamos que o sujeito, tal como ele é, é capaz de verdade, mas que a verdade, tal como ela é, não é capaz de salvar o sujeito”.⁷⁶

Neste capítulo trabalhamos com a noção de *cuidado de si* a partir de uma perspectiva foucaultiana. Em um primeiro momento, dialogamos com textos, fragmentos de entrevistas, passagens da obra do último Foucault⁷⁷ que consideramos de capital importância, que enfocam esta temática.

Após explorarmos os deslocamentos de sentidos do cuidado de si discutimos a noção de resistência, ainda numa perspectiva foucaultiana, visitando a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, com o objetivo de potencializar novas ferramentas conceituais para traçar o plano de imanência de aproximação entre a política foucaultiana e a política deleuzo-guattarriana.

Antes de encerrar o capítulo, faremos um cotejamento entre as teses foucaultianas do *cuidado de si* e as teses guattarrianas da *ecosofia*, cruzando ambas no sentido de encontrar algumas linhas de convergência que potencializem um trabalho de maior inventividade no campo da saúde mental. Para isso, desenhamos

⁷⁶ Michel Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, 2006, p. 24.

⁷⁷ São muito discutidas e por vezes divergentes as proposições de alguns estudiosos da obra de Foucault em dividi-la em três diferentes fases. Adoto aqui a proposta de Alfredo Veiga-Neto de três domínios na produção foucaultiana: o do *ser-saber*, o do *ser-poder*, e o do *ser-consigo*.

o mapa dos usos da noção de cuidado, suscitado pela experiência do Programa de Saúde, trabalhando com suas linhas de fuga e de segmentaridade.

* * *

As famosas e disputadas aulas do curso de Michel Foucault no *Collège de France* foram, durante mais de uma década, o espaço por excelência onde ele prestou contas de suas pesquisas a uma platéia bastante heterogênea e sempre atenta. Com o título geral *A hermenêutica do sujeito*, nos anos de 1981 e 1982, nesta mesma instituição, ele se dedica à exposição pública de seus estudos sobre sujeito e verdade, situando os processos de subjetivação implicados na ética do cuidado de si no mundo greco-romano antigo e a progressiva substituição, e a inversão, na era cristã, pelo preceito délfico *conhece-te a ti mesmo* como exercício introspectivo de renúncia de si.

A ética do cuidado de si aparece no vocabulário de Foucault no começo da década de 1980 como um prolongamento da idéia de governamentalidade. O estudo do *governo dos vivos* (introduzindo-se aí a noção de *biopolítica* e *biopoder*) o leva a pesquisar os modos de vida, a maneira como os sujeitos se remetem a eles mesmos, como governam a si mesmos e os outros e, por conseqüência, como constroem a sua própria liberdade. Para dar cabo a esta investigação ele procede por um retorno à cultura greco-romana da Antiguidade Clássica, tomando como referência a análise de textos de filosofia da mesma época. Seu estudo procurou responder os motivos pelos quais se constituiu no mundo greco-romano uma ética tão profundamente arraigada à cultura da liberdade, do cuidado e da construção de si.

Foucault sentir-se-á instigado a estudar e indicar as linhas de divergências e de convergência entre a ética greco-romana, profundamente enraizada em uma

filosofia do cuidado de si, e a moral⁷⁸ cristã, com a *conversão* do sujeito em *renúncia de si*. Sem dúvida, pode-se dizer que Foucault será o primeiro filósofo-historiador, ou historiador-filósofo⁷⁹, capaz de mostrar e confrontar os jogos de verdade que constituíram dois modos de vida ocidentais radicalmente diferentes um do outro, mesmo tendo ambos o *cuidado* como dispositivo de subjetivação: de um lado, o homem da antiguidade greco-romana, em sua busca incansável de autonomia, liberdade e justiça social, e, de outro lado, o homem da era cristã, renunciando a si mesmo em troca da salvação da alma.

O *cuidado de si* aparece no vocabulário foucaultiano como uma reprise da *epimeleia heautou*, encontrada em particular no *Primeiro Alcibiades* de Platão que designa um vasto e rico conjunto de experiências e técnicas de elaboração e transformação de si. Embora Foucault diga que a noção está fortemente presente em textos cristãos, teológicos e filosóficos, assinala que não se pode atribuir ao cristianismo a sua origem, pois sua presença já estava destacada no pensamento de Platão, Sócrates, Sêneca, Epíteto, Epicuro, Plutarco, Galiano, Epicteto e outros, constituindo toda uma filosofia do cuidado de si.

O cristianismo fez da noção um uso inteiramente próprio, atribuindo-lhe sentidos bastante opostos ao contexto da ética greco-romana. Foucault demarca com clareza os territórios de domínio e de fronteiras entre a ética greco-romana e a

⁷⁸ Segundo Foucault, existe uma ambigüidade de sentidos na palavra *moral*. Em *O uso dos prazeres*, ele irá defini-la como “um conjunto de valores e regras de ação propostos aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece também delas serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias.” (p. 26)

⁷⁹ Foucault não agradou boa parte dos historiadores porque sua maneira de conduzir a arqueologia e a genealogia não levava em consideração a necessidade de uma preocupação rigorosa com a periodização histórica. A noção de *modernidade*, por exemplo, era por ele entendida mais como um momento de ruptura no pensamento, uma atitude, do que um período com data precisa na história: “um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária que é feita por alguns; enfim, uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir que, tudo

moral cristã que serviram de modelos de subjetividade ao homem moderno, provando que qualquer semelhança do individualismo contemporâneo com as práticas do cuidado de si da antiguidade clássica greco-romana é absolutamente falsa.

Ainda que Foucault evitasse identificar rupturas teóricas e metodológicas em seus últimos dois livros, uma avaliação retrospectiva de sua produção anterior deixa em evidência um deslocamento de perspectiva. É um período de renovação que implica não somente variação temática, mas reinvenção nas coordenadas das relações entre saber e poder. Mas é precipitado afirmar que ele tenha rejeitado suas proposições anteriores. Neste período final de sua obra ocorre uma retomada de idéias à luz de outro olhar. É deste movimento de abertura que surgirá um conjunto de questionamentos que prevalecerá até o fim, podendo ser assim traduzido: *se há como fugir ao fogo cruzado de um poder descentralizado, portanto “invisível”, de que forma resistimos hoje? Se de fato for verdade que dispomos de meios para fugir, que meios são esses? Que transformações na subjetividade ocorreram na passagem entre a cultura do cuidado de si e a cultura cristã de renúncia de si que hoje nos dizem respeito?*

Estas são questões do universo do pensamento foucaultiano que se conectam diretamente aos estudos desta tese, uma vez que não só nos remetem aos processos de subjetivação hoje detectáveis, ou de sua provável relação com a trajetória histórico-milenar do cuidado e renúncia de si, ou mesmo ao modo como hoje nos situamos subjetivamente, mas podem nos provocar desassossegos quanto aos sentidos e direções dos *equipamentos* e das *máquinas* psi de hoje, desassossegos que devem ser enfrentados, correndo o risco de justificar e perpetuar um sistema de *modelização da subjetividade* ⁸⁰ bastante comprometido e corrompido em seus propósitos e limitado em termos de produção de criatividade e inventividade, pois

ao mesmo tempo, marca uma pertinência e se apresenta como uma tarefa” (Foucault, 2000, p. 341-342).

estes equipamentos e máquinas não têm uma natureza neutra e nunca estão dissociados dos modos como são veiculados, induzidos, conduzidos em sua *duração*.

Segundo alguns de seus contemporâneos, Foucault não só teria mudado de tema, teria mesmo efetuado uma mudança de perspectiva e de metodologia; outros chegaram a decretar o nascimento de um novo Foucault. Indiferente aos comentários que não procedessem à discussão estritamente teórica, ele jamais admitiu quaisquer mudanças radicais no percurso teórico de suas últimas investigações, a não ser assumir certo deslocamento de perspectiva. As oportunidades que teve de se explicar em entrevistas, dizia que as alvoroçadas mudanças que se lhe atribuíam nada mais representavam do que um processo natural decorrente de seu trabalho anterior, que lhe servia de suporte à pesquisa em curso, um prolongamento de um trabalho que não poderia ser visto em termos de ruptura teórica ou desvio de percurso. O certo é que o admitido deslocamento de perspectiva gerou estranhamento naqueles que acompanhavam a seqüência do seu pensamento, uma seqüência, diga-se de passagem, silenciada durante alguns anos sem nada publicar, e depois retomada com fôlego revigorado e com novidades que surpreenderam.

Ainda no início da década de 1960, à ocasião da publicação de *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique*,⁸¹ Foucault foi alvo de críticas as mais variadas, destacando-se a conferência de seu antigo discípulo, Jacques Derrida, no *Collège Philosophique*, em 1963, intitulada *Cogito et histoire de la folie*⁸², condenando de forma contundente à suposta transformação em estrutura do cogito de Descartes efetuada por Foucault. Curiosa ou ironicamente, a resposta veio quase dez anos mais tarde, no texto *Réponse a Derrida*, incluído como posfácio à edição de 1972 de

⁸⁰ Termo empregado por Félix Guattari, em *Caosmose*.

⁸¹ No Brasil, traduzido por *História da loucura na idade clássica* e publicado pela editora Perspectiva

Histoire de la folie à l'âge classique, publicado pela Gallimard. A demora na resposta pode ser entendida como certa despreocupação às críticas que lhe eram endereçadas? Tudo leva a indicar que sim, porém uma coisa é certa: ele desejava muito o recolhimento, não ter que prestar contas de sua vida acadêmica nos períodos em que mergulhava em novos estudos, o que até certo ponto era possível como pesquisador do *Collège de France*, pois seu único compromisso institucional era o de apresentar ao público uma nova pesquisa, com exposição em torno de doze horas por ano, permitindo-lhe considerável liberdade de trabalho.

Conforme dissemos, nos concentramos na leitura e discussão de seus últimos textos, os que antecederam sua morte precoce e se endereçavam ao *cuidado de si*, sendo por ele designado de *cultura de si*. O último Foucault, o Foucault do cuidado de si, o Foucault do reposicionamento das relações entre saber e poder, o Foucault do ser-consigo, o Foucault que revisita a própria trajetória, interessa ao nosso estudo na medida em que encontramos nesta etapa de seu pensamento um questionamento sobre os deslocamentos de sentido da noção de cuidado.⁸³

A obra que verdadeiramente põe o pensamento em sintonia com a *multiplicidade*, a que, em *Mille Plateaux*, Deleuze e Guattari chamam de livro-rizoma ou livro-máquina de guerra, que nos põe em contato com o não-sabido do pensamento, que se oferece e serve a tudo na mesma medida em que parece não ter qualquer compromisso com qualquer espécie de aplicabilidade, jamais se liquida à completude, ao Uno. Incompletude pode ser um de seus muitos outros nomes, pois ela não tem a missão de equacionar contradições, ou melhor, ela não tem qualquer missão a cumprir, a não ser a de perturbar os tolos. Deste modo, o sentido de obra incompleta ou inacabada que empregamos anteriormente nada tem a ver com deficiência ou inconsistência, mas de convite ao desafio, não para o oculto, o

⁸² Este texto de Derrida, o texto-resposta de Foucault, incluindo outra conferência de Derrida (*Fazer justiça a Freud: a história da loucura na era da psicanálise*) foram publicados pela editora Relume Dumará, sob o título *Três tempos sobre a história da loucura*, referidos na bibliografia.

escondido, o além-mundo, mas um convite ao não-conhecido, o não-sabido, o não-nascido, o que Deleuze chamou de virtual. Ou mesmo o que Foucault chamou de *pensamento do fora*.

Foucault chegou a dizer em entrevistas que o começo de uma nova pesquisa provocava-lhe certa sensação de desconforto com relação aos resultados de suas pesquisas anteriores, o que lhe impelia retomar continuamente os seus já-ditos desde um novo olhar, desde outra perspectiva, ampliando-lhes os sentidos. Se tivesse vivido mais tempo é bem provável que teria acrescentado elementos novos à noção de cuidado de si. Apesar da interrupção involuntária, esse período final de sua produção intelectual traz elementos conceituais suficientemente densos e complexos para servir de linha de partida a qualquer pesquisa nesta temática.

Perguntado em entrevista⁸⁴ se sua pesquisa sobre as práticas de autoformação do sujeito não seria, em certo aspecto, um trabalho de redimensionamento de suas teses sobre as sociedades disciplinares e seus jogos de verdade, Foucault responderá positivamente:

“Isso mesmo. É o que se poderia chamar de uma prática ascética, dando ao asceticismo um sentido muito geral, ou seja, não o sentido de uma moral da renúncia, mas o de um exercício de si sobre si mesmo através do qual se procura se elaborar, se transformar e atingir um certo modo de ser”.⁸⁵

Em outra entrevista ⁸⁶, concedida no mesmo ano de sua morte, Foucault diz que foi instigado a estudar textos latinos e gregos muito antigos justamente porque

⁸³ Nos dois últimos capítulos da tese retomaremos esta problemática para abordarmos as práticas de cuidado produzidas na experiência no Programa de Saúde.

⁸⁴ Entrevista com H. Becker, R. Fernet-Betancourt, A. Gomez-Müller, em 20 de janeiro de 1984, intitulada *A ética do cuidado de si como prática da liberdade*, publicada na *Revista internacional de filosofia*, nº 6, julho-dezembro de 1984, ps. 99-116. Também disponível na Coleção Ditos & Escritos, vol. V, *Ética, sexualidade e política*, ps. 264-287, pela Editora Forense Universitária.

⁸⁵ Michel Foucault, *Ética, sexualidade, política*, organizado por Manoel Barros da Motta, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2004, p. 265.

⁸⁶ Entrevista com A. Fontana, *Le monde*, 15-16 de julho de 1984, p. XI, intitulada *Uma estética da existência*.

cobiçava saber como havia se constituída a experiência da sexualidade. Ainda a propósito de polêmicas suscitadas em torno do personagem Foucault, sobre uma cogitada mudança radical que lhe fora atribuída em seus últimos escritos, esta entrevista é esclarecedora. Ele conta que quase nada mudou desde as suas pesquisas sobre a loucura, o disciplinamento da alma e o adestramento dos corpos ao seu interesse, na década de 1980, pela hermenêutica do sujeito, pela questão da ética de si, do cuidado e do governo de si na Antiguidade Clássica e pela renúncia de si na era cristã. Não obstante, Foucault reconhecerá certo deslocamento de perspectiva:

“Não creio que haja uma grande diferença entre esses livros e os precedentes. Quando escrevemos livros, desejamos que estes modifiquem inteiramente tudo aquilo que pensávamos e éramos no ponto de partida. Depois nos damos conta de que no fundo pouco nos modificamos. Talvez tenhamos mudado de perspectiva, girado em torno do problema, que é sempre o mesmo, isto é, as relações entre o sujeito, a verdade e a constituição da experiência. Procurei analisar de que modo domínios como os da loucura, da sexualidade, da delinqüência podem entrar em um certo jogo da verdade e como, por outro lado, através dessa inserção da prática humana, do comportamento, no jogo da verdade, o próprio sujeito é afetado. Era este o problema da história da loucura, da sexualidade”.⁸⁷

A sua preferência pelas tecnologias do cuidado de si Foucault discute nos seminários de outono de 1982 na Universidade de Vermont, nos Estados Unidos, publicados seis anos mais tarde sob o título *The technologies of the self*⁸⁸. Talvez estivesse demasiado entediado depois de um longo período mergulhado nas tecnologias da dominação e do poder, decide voltar-se aos processos de subjetivação individual:

“Talvez tenha insistido demais no tema da tecnologia da dominação e do poder. Cada vez mais estou interessado na interação entre alguém e os demais, assim como

⁸⁷ Idem, p. 289.

⁸⁸ Utilizo na tese a versão espanhola de *Tecnologías del yo y otros textos afines*, 2ª ed., Barcelona, Paidós, 1991.

nas tecnologias da dominação individual, a história do modo em que um indivíduo atua sobre si mesmo, isso é, na tecnologia do eu [si]”.⁸⁹

Em *Tecnologías del yo*, Foucault lança uma pergunta de extrema relevância, que, com frequência, é respondida equivocadamente:

“El precepto ‘ocuparse de uno mismo’ era, para los griegos, uno de los principales principios de las ciudades, una de las reglas más importantes para la conducta social y personal y para el arte de la vida. A nosotros, esta noción se nos ha vuelto ahora más bien oscura y desdibujada. Cuando se pregunta cuál es el principio moral más importante en la filosofía antigua, la respuesta inmediata no es ‘cuidarse de sí mismo’, sino el principio délfico *gnothi sauton* (“Conócete a ti mismo”).”⁹⁰

Não é difícil entender os motivos deste desvio na trajetória do conjunto das práticas de si. Interessa-nos entender a que Foucault irá atribuir o erro de resposta ao privilégio que a velha tradição filosófica tem historicamente concedido ao preceito délfico *conhece-te a ti mesmo*. O preceito *cuida de ti mesmo* passou a ser rejeitado provavelmente porque passou a ser visto como um princípio referido à vida abstrato demais, contrariamente ao preceito délfico *conhece-te a ti mesmo*, que podia ser tomado como um conselho prático, uma regra a ser observada ao se consultar o oráculo.

Com frequência, evoca-se a filosofia do cuidado de si do mundo greco-romano como uma cultura demasiadamente individualista, uma vez que ocorria um investimento em práticas do cuidado de si calcado na auto-suficiência. Com a mesma frequência também se esquece que esta evocação deriva de uma fonte pouco confiável, de nosso juízo colonizado pela moral cristã de renúncia. Porém, segundo Foucault, não é totalmente incorreto dizer que houve uma insistência na atenção de si para si, “une intensification du rapport à soi par lequel on se constitue

⁸⁹ Michel Foucault, *Tecnologías del yo y otros textos afines*, 1991, p. 50

⁹⁰ Idem.

comme sujet de ses actes.”⁹¹ Mas igualmente é verdadeiro afirmar que nesta relação de proximidade, de intimidade e compromisso do sujeito consigo mesmo não era negada a relação com o outro, haja vista que, para Sócrates, o caminho mais acertado para se ter uma melhor relação com os outros, especialmente no que se refere à esfera da vida pública, da vida política, depende da relação do sujeito consigo mesmo.

É preciso também lembrar que o cuidado de si não é estudado isoladamente por Foucault, sua investigação procede por um cotejamento entre o cuidado e a renúncia de si, para depois traçar o esboço do que somos nós hoje:

“Me gustaría analizar la relación entre el cuidado y el conocimiento de sí en la cultura antigua, la relación que había en las tradiciones grecorromanas y cristianas entre el cuidado de sí y el principio demasiado conocido del “conócete a ti mismo”, puesto que se trata de distintas formas de cuidado, se trata de distintas formas del yo”.⁹²

Por que e como ocorre esta substituição? Por que e como passa a prevalecer, mais pesadamente, o imperativo das leis morais externas? Se as tecnologias do cuidado de si eram cruciais justamente porque se centravam na tarefa constante de proporcionar um equilíbrio entre a dimensão individual e a dimensão social, porque diziam respeito à formação ética do sujeito, por que motivo então a cultura de si passou, cada vez mais, a declinar? Por que o homem cristão passou a responder mais espontaneamente às leis divinas? A que se pode atribuir à prevalência da renúncia de si? Foucault sugere alguns motivos pelos quais assistiremos ao declínio do cuidado de si:

“Existen varias razones o las cuales el ‘Conócete a ti mismo’ ha oscurecido el ‘Cúdate a ti mismo’ (...) ha habido una profunda transformación en los principios

⁹¹ Michel Foucault, *Le souci de soi*, 2006, p. 59-60. Tradução nossa: “Uma intensificação da relação consigo pela qual se constitui como sujeito dos próprios atos”.

⁹² Michel Foucault, *Tecnologías del yo*, 1991, p. 53.

morales de la sociedad occidental. Nos resulta difícil fundar una moralidade rigurosa y principios austeros en el precepto de que debemos ocuparnos de nosotros mismos más que de ninguna outra cosa en el mundo. Nos inclinamos más bien a considerar el cuidarnos como una inmoralidad y una forma de escapar a toda posible regla. Hemos heredado la tradición de moralidad cristiana que convierte la renuncia de sí en principio de salvación. Conocerce a sí mismo era paradójicamente la manera de renunciar a sí mismo”.⁹³

O enraizamento do princípio délfico *conhece-te a ti mesmo* na essência mesma da filosofia abre um horizonte promissor aos princípios das leis morais cristãs, ocorrendo, por sua vez, uma transformação radical dos usos e das práticas do cultivo de si, uma inversão de seus princípios originários. O princípio grego *cuida de ti mesmo* passa a ser considerado uma prática individual egoísta de renúncia aos outros, pois todo aquele que se dedica a cuidar de si estaria mais inclinado a esquecer e renunciar o outro e seu entorno. Mas na cultura greco-romana antiga o conhecimento de si era invariavelmente consequência e não causa do cuidado de si. Foucault ainda aponta outra importante causa do progressivo abandono das práticas do cuidado de si: a filosofia de Descartes a Husserl determinou que doravante seria o conhecimento e não mais o cuidado a primeira etapa na teoria do conhecimento, constituindo-se como princípio central no mundo moderno.

“También somos herederos de una tradición secular que respeta la ley externa como fundamento de la moralidad. Cómo puede entonces el respeto de sí ser la base de la moralidad? Somos los herederos de una moral social que busca las reglas de la conducta aceptable en las relaciones con los demás. Desde el siglo XVI, la crítica a la moral establecida ha sido emprendida en nombre de la importancia que tiene el reconocimiento y el conocimiento del yo. Por este motivo, resulta difícil considerar el interés por uno mismo como compatible con la moralidad. El ‘Conócete a ti mismo’ ha oscurecido al ‘Preocúpate de ti mismo’, porque nuestra moralidad insiste en que lo que se debe rechazar es el sujeto”.⁹⁴

⁹³ Idem, p. 54.

⁹⁴ Idem.

É preciso entender que o acesso à verdade e as indispensáveis transformações no ser mesmo do sujeito para se adquirir tal acesso (a espiritualidade) são duas demandas que durante toda a Antiguidade Clássica eram indissociáveis. O acesso à verdade só se efetivava por meio de um labor de si, de um cuidado de si. A única exceção a esta regra no campo da filosofia antiga será Aristóteles, pois ele, segundo Foucault, “não é o ápice da Antiguidade, mas sua exceção”.⁹⁵ Aristóteles será reconhecido como o precursor da filosofia moderna e não um representante da filosofia do cuidado de si. É também por esta razão que ele será para muitos o expoente mais representativo da filosofia antiga, sendo o mais lembrado e o mais estudado.

É preciso insistir nesta discussão porque compreende um período de ruptura na história do pensamento ocidental, uma etapa de desvio na trajetória do pensamento que vai marcar profundamente nossa atualidade, uma transição entre uma filosofia com profundas raízes nas questões da espiritualidade e uma filosofia do ser do conhecimento. Tudo isso fará toda a diferença, posto que este novo reordenamento filosófico estabelece novas regras de acesso à verdade, conforme observa Foucault:

“(…) entramos na idade moderna (quero dizer, a história da verdade entrou no seu período moderno) no dia em que admitimos que o que dá acesso à verdade, as condições segundo as quais o sujeito pode ter acesso à verdade, é o conhecimento e tão-somente o conhecimento (...) no momento em que o filósofo (ou o sábio, ou simplesmente aquele que busca a verdade), sem que mais nada lhe seja solicitado, sem que seu ser de sujeito deva ser modificado ou alterado, é capaz, em si mesmo e unicamente por seus atos de conhecimento, de reconhecer a verdade e a ela ter acesso”.⁹⁶

Surge a figura do sábio não mais como aquele que cuida de si se entregando à disciplina dos exercícios e das práticas de transformação do seu próprio ser, mas

⁹⁵ Michel Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, 2006, p.22.

⁹⁶ Idem, p.12.

surge a figura do sábio que conhece as coisas do mundo, que usa de sua capacidade de conhecer o que quer que seja sem que com isso tenha que transformar qualquer aspecto de seu ser. Estamos diante da figura do sábio que busca a verdade por intermédio de seus atos de conhecimento e tão-somente.

Os estudos de Foucault das sociedades do cuidado de si não apenas trouxeram importantes revelações sobre modos de vida, sobre os processos de subjetivação e sobre processos pelos quais os sujeitos se modificavam, trouxeram também considerações críticas de toda uma transformação nos princípios que se sucedeu na filosofia e mesmo uma nova maneira de entender os processos de subjetivação contemporâneos. Com esta inversão nos usos e sentidos dos princípios, a filosofia não seria mais a mesma, ela passará, cada vez mais, a dispensar qualquer recurso ao acesso à verdade que implique uma transformação no ser do sujeito. Será o *conhecimento de si*, prescindindo qualquer modificação no ser do sujeito, o que permitirá o acesso à verdade, “pois é do interior do conhecimento que são definidas as condições de acesso do sujeito à verdade. As outras condições são extrínsecas”.⁹⁷ É o período de coroamento do preceito délfico *conhece-te a ti mesmo* que aos poucos vai entrando na idade dita moderna. Vejamos o que diz Foucault sobre as condições de acesso à verdade:

“O que não significa, é claro, que a verdade seja obtida sem condição. Contudo, estas condições são agora de duas ordens e nenhuma delas concerne à espiritualidade. Por um lado, há condições internas do ato de conhecimento e regras a serem por ele seguidas para ter acesso à verdade: condições formais, condições objetivas, regras formais do método, estrutura do objeto a conhecer. De todo modo, porém é do interior do conhecimento que são definidas as condições de acesso do sujeito à verdade. As outras condições são extrínsecas”⁹⁸

O deslocamento na perspectiva do trabalho intelectual de Foucault ocorrido nos anos que antecedem a sua morte precoce dá um novo fôlego à sua pesquisa,

⁹⁷ Idem, p. 22.

⁹⁸ Idem.

deixando aparecer senão um pesquisador mais engajado politicamente pelo menos mais interessado em encontrar rachaduras no projeto biopolítico para nelas infiltrar linhas de fuga, linhas de luta e resistência. Nesse período, vê-se todo o esforço de Foucault para introduzir no campo minado e do fogo cruzado das relações entre saber e poder um contra-poder, abrindo, dessa forma, trincheiras de resistência. É um período fértil na criação de novas ferramentas conceituais. Estamos diante de um projeto que vai aos poucos se esboçando, se delineando, se mostrando, se insinuando e se avigorando para traçar as novas linhas da política foucaultiana.

Como quer que se queira avaliar esta fase na obra de Foucault, se foi bem ou mal sucedida, se há ou não lacunas teóricas, se se pode ou não falar de uma política foucaultiana da resistência no contexto contemporâneo, o certo é que a problemática do cuidado e da renúncia de si e a idéia de biopolítica/biopoder são noções consistentes que já tiveram sua estréia no último Foucault. Tanto isto é certo que ele irá influenciar toda uma geração de pensadores interessada por esta temática, com nuances filosóficas e políticas as mais diversas, mas todas nos caminhos apontados por Foucault.

Peter Pál Pelbart refere que Deleuze, no percalço do último Foucault, dará sua especial contribuição, assim como outros pensadores, efetuando, de certo modo, uma inversão na noção de biopolítica foucaultiana:

“(...) biopolítica não mais como o poder *sobre* a vida, mas como a potência *da* vida (...) Coube a Deleuze explicitar que ao poder *sobre* a vida (biopoder) deveria responder o poder *da* vida (biopotência), a potência ‘política’ da vida na medida em que ela faz variar suas formas e, acrescentaria Guattari, reinventa suas coordenadas de enunciação. De maneira mais ampla e positiva, essa potência da vida no contexto contemporâneo equivale precisamente à biopotência da multidão”.⁹⁹

Não saberíamos dizer com exatidão, como o diz Pelbart, se Deleuze ou faz ou não faz uma inversão na noção de biopolítica nos termos estabelecidos por

Foucault. Mas não cremos que seja preciso ir tão longe a ponto de afirmar que Deleuze teria de fato efetuado uma inversão, até porque Foucault postulava que as relações de poder, a relação entre poder e saber carrega em sua gênese o germe da resistência, conferindo a esta relação um dinamismo e um grau de mobilidade. Essa mobilidade é justamente o que faz com que não seja possível uma cisão entre poder, saber, relação de si consigo, conforme o próprio Foucault sublinha:

“Se se toma a questão do poder, do poder político, recolocando-a na questão mais geral da governamentalidade, (...) se se entende por governamentalidade um campo estratégico de correlações de poder, no que elas têm de móvel, de transformável, de reversível, eu penso que a reflexão sobre esta noção de governamentalidade não pode deixar de passar, teoricamente e praticamente, pelo elemento de um sujeito que seria definido pela relação de si consigo. (...) O que simplesmente quer dizer que, no tipo de análise que eu tento lhe propor há algum tempo, vocês vêem que : correlações de poder – governamentalidade – governo de si e dos outros – relação de si consigo, tudo isto constitui um elo, uma trama, e é aí., em torno destas noções, que se deve poder, penso eu, articular a questão da política e a questão da ética”.¹⁰⁰

As teses foucaultianas da biopolítica são retomadas e ampliadas por outros pensadores, cujos trabalhos reivindicam, cada um a sua maneira e estilo, uma filosofia renovada e bem diferente da velha e moribunda filosofia do conhecimento e da representação em nível reflexivo. Temos os pensadores da diferença, representados por Deleuze e Guattari; os italianos da autonomia, Antonio Negri e G. Agamben; do norte-americano Michael Hardt.

Retornando à discussão anterior, talvez se possa mesmo dizer que o Foucault do beco sem saída vai ao poucos se desterritorializando e, com isso, desterritorializa a arqueologia do saber e a genealogia do poder por ele mesmo criada, cedendo terreno a um Foucault menos pessimista querendo marcar uma substancial diferença com relação a suas análises anteriores, diga-se de passagem,

⁹⁹ Peter Pál Pelbart, *Vida capital: ensaios de biopolítica*, 2003, p. 25.

ainda muito negativas quanto à possibilidade e emergência de um sujeito ético mais desembaraçado de determinismos. Nesse período também se desenha uma crítica mais contundente à normalização da sociedade contemporânea, potencializando com as teses da resistência a necessidade de se pensar e precisar as condições de uma política da resistência, não institucionalizada, questão esta bastante problemática, uma vez que a resistência pode designar ou remeter a uma idéia bastante dilatada, suscitando sentidos os mais heterogêneos. A discussão de Foucault sobre a *conversão* à revolução, no estudo sobre o cuidado de si, pode equacionar em parte este problema relacionado à dimensão política:

“(…) não se pode compreender o que foi, ao longo do século XIX, a prática revolucionária, o que foi o indivíduo revolucionário e o que foi para ele a experiência da revolução, se não se levar em conta a noção, o esquema fundamental da conversão à revolução (…). Seria preciso examinar também de que modo esta noção de conversão foi pouco a pouco sendo validada – depois absorvida, depois enxugada e enfim anulada – pela própria existência de um partido revolucionário. E de que modo passamos do pertencimento à revolução pela adesão a um partido”.¹⁰¹

Foucault sempre foi declaradamente cético com relação à adesão a um partido político, embora ele tenha uma trajetória de luta bastante ativa junto aos movimentos sociais, pois participou de vários eventos de protesto, inclusive chegando a se interessar pelos movimentos inspirados na cultura gay de San Francisco, nos Estados Unidos.

É preciso abrir um parêntese para contextualizar a idéia de resistência justaposta ao campo político-social, às lutas sociais. Tomemos o exemplo francês de resistência no meio intelectual, de resistência ao *établissement* (políticas liberais e neoliberais governamentais), com longa trajetória e tendo como auge os emblemáticos *événements* de maio de 68 (coloco no plural porque não foi um movimento de coesão e convergência, nem tampouco se tratou de um único

¹⁰⁰ Michel Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, 2006, p. 241-242.

¹⁰¹ Idem, p. 257.

acontecimento, mas um conjunto de episódios os mais diversos, expondo diferentes tendências políticas, culturais e sociais). É incontestável sua história de luta, o engajamento de intelectuais e estudantes nas lutas sociais mais amplas, especialmente as travadas no campo da educação, contra as mudanças propostas pelas políticas governamentais que alteram direitos adquiridos ¹⁰². Os intelectuais franceses sempre exerceram grande influência nos movimentos sociais reivindicatórios. Aliás, cabe lembrar que, durante um longo período de tempo, Paris foi, para milhares de exilados políticos de diversas nacionalidades, a segunda pátria, não só por sua beleza estética, ou por sua vocação intelectual e cultural, mas por seu espírito de tolerância com as diferenças; mas é um tanto paradoxal esta vocação parisiense à diversidade porque o Estado francês carrega uma história não tão digna de dominação e colonização de outros povos.

Foucault não foi exceção, ao contrário, ele representou para muitos o que teve de melhor do maio de 68 francês e mundial. Diferente de Sartre, que tentava reconstruir, através de grupúsculos, um Partido Comunista Francês decadente, Foucault defendia um ativismo micropolítico com ações pulverizadas, com enfrentamentos na esfera local, porque não acreditava na revolução por meio de transformações em nível macropolítico. Criticado pelos marxistas de apenas atacar os sintomas do capitalismo, ele busca agir em sintonia com suas próprias convicções teóricas, atuando localmente justamente porque acreditava ser o poder uma força polissêmica, dispersa, pulverizada, podendo ressurgir sem aviso prévio a qualquer instante onde jamais se poderia esperá-lo.

Por vezes, Foucault chegou a assumir posições políticas muito criticadas, dentre as quais se destaca o seu entusiasmo por Khomeini, ao apostar que um

¹⁰² Muitos são os exemplos destas lutas pós-maio de 68. Destaco a greve geral de escolas e universidades iniciada em 18 de março de 2006, contra a lei CPE (*Contrat Première Embauche*), da qual participei em decorrência de meu doutorado sanduíche na *Université de Paris VIII*. Tratou-se de uma intensa mobilização durante aproximadamente dois meses, contra mudanças pretendidas pelo governo na lei do primeiro emprego, permitindo que empregadores demitissem jovens estudantes

discurso não-ocidental poderia trazer algo prometedo, novo. Enganou-se. Mas este evento mal-sucedido teve efeito quase nulo, muito embora tenha causado forte repercussão, conforme sublinha Ribeiro:

“O erro foi grande, mas de quase nenhum efeito prático. (...) Seu papel na Revolução Islâmica foi quase nulo, o de um mero simpatizante escrevendo para o *Nouvel Observateur* artigos que deram errados. Em que peso esse erro, resta algo forte da política de Foucault. Penso que a prova dos nove, na filosofia política, reside na capacidade de inspirar o agir. O marxismo hoje inspira pouco o novo. Mas Foucault chama a agir, ainda que pontualmente. É curioso: a frase que motivou o Sartre derradeiro, ‘Sempre temos razão em nos revoltarmos’, poderia valer para ele, desde que reduzíssemos o peso da palavra razão, que fôssemos um pouco cétricos diante dela”.¹⁰³

Por outro lado, é modesto demais extrair de seus últimos escritos apenas uma aptidão para inspirar a ação. No último Foucault, o do *ser-consigo*, conforme designado por Veiga-Neto, detecta-se com mais nitidez a que tipo de ativismo ou de insurgência ele adere, já comentado antes.

Sublinho outra faceta do Foucault ativista: suas freqüentes viagens aos Estados Unidos, como conferencista e professor convidado. Lá ele se interessará por um novo tipo de resistência, especialmente a partir da experiência da cultura *gay* de San Francisco:

“Há um *gesto* foucaultiano claramente reconhecível em suas apropriações americanas. Esse gesto tem dois lados: o seu construtivismo radical e um estilo de ativismo que chamarei, precariamente, de nietzschiano. A marca foucaultiana aparecerá de forma nítida no mercado editorial americano sob o traço reconhecível

sem justa causa, alterando, assim, direitos adquiridos. As mobilizações dos estudantes derrotaram as intenções do governo de levar adiante a referida lei.

¹⁰³ Renato Janine Ribeiro, Foucault, político, *Revista Cult*, Filosofia da loucura, anoVI, nº 81, Junho, 2004, São Paulo, p. 46. Trata-se de uma edição especial com um dossiê sobre a vida e a obra de Foucault.

em títulos contendo as palavras mágicas: a *invenção* de, a *construção* de, o *nascimento* de..."¹⁰⁴

Desde a década de 1960, Foucault se interessa pela problemática da resistência. Inicialmente, ele emprega a noção ao tratar de outra problemática: a transgressão e o *dehors* na literatura. Na década seguinte, o termo reaparece com sentido ampliado. Ele vai postular que onde há relações de poder há resistência, portanto, ela será indissociável das relações de poder. As relações de poder se dão de forma pulverizada, não centralizada. A resistência como luta, por seu turno, não nasce para combater ou destruir as relações de poder, mas justamente para se rebelar contra certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação, para desestabilizar alguns de seus efeitos reguladores e normalizantes, constituindo-se, neste sentido, na capacidade de sujeito e grupos constituírem e potencializarem espaços de desobediência. Como diz Revel: "S'il n'y avait pas de résistance, il n'y aurait pas d'effets de pouvoir mais simplement des problèmes d'obéissance".¹⁰⁵ Para Foucault, não existem, de um lado, relações de poder como sinônimo de dominação e, de outro lado, resistência como expressão de liberdade. As relações de poder não têm qualquer natureza negativa, pois não são relações de repressão, ao contrário, são forças produtivas. A repressão é um efeito das relações de poder.

Outro aspecto relevante a ser destacado é de que a noção de resistência não se resume a um ativismo político, embora a dimensão política aí esteja fortemente presente. O ativismo político poderia ser considerado como uma das muitas facetas da resistência. Para melhor entender a resistência é preciso melhor entender o conceito de poder em Foucault, que são, como já foi dito antes, sempre relações de poder. Mas, primeiro, vejamos o entendimento de Deleuze:

¹⁰⁴ João Camilo Penna, *Um resistente nos Estados Unidos*, Revista Cult, Filosofia da loucura, anoVI, nº 81, Junho, 2004, São Paulo, p. 55. Trata-se de uma edição especial com um dossiê sobre a vida e a obra de Foucault.

¹⁰⁵ Judith Revel, *Le vocabulaire de Foucault*, Paris, Ellipses, 2002, p. 53. Tradução nossa: "Se não houvesse resistência, não haveria efeitos de poder, mas simplesmente problemas de obediência".

“A la fois locaux, instables et diffus, les rapports de pouvoir n’émanent pas d’un point central ou d’un foyer unique de souveraineté, mais vont à chaque instant “d’un point à un autre” dans un champ de forces, marquant des inflexions, des rebroussements, des retournements, des tournoiements, des changements de direction, des résistances”.¹⁰⁶

A linguagem do senso-comum busca continuamente estabelecer certa relação de correspondência entre resistência e ativismo. Mas esta precipitação entre ambos é somente suposta, pra não dizer equivocada. É complexa, talvez mesmo paradoxal, a relação entre resistência e ativismo político, não podendo ser posta nos termos simplistas a que somos habituados a pensá-la, sob pena de ser transformada e reduzida a uma expressão da democracia, ou relacionada ao universo linguageiro revolucionário, ou mesmo seu oposto, relacionada ao ativismo reacionário. Parece-nos que a noção de *conversão* em Foucault aponta para uma direção mais esclarecedora desta relação. Ele recorre ao papel atestado pela *conversão* no mundo ocidental, compreendendo um período de muitos séculos, desde as práticas de si greco-romanas ao século XIX: na ordem da moral, na prática filosófica, nas práticas monásticas cristãs e, por fim, na vida política. Não se pode entender o significado e a importância da prática revolucionária e da experiência revolucionária se não se leva em conta a noção de conversão, conversão à revolução. Vejamos o que ele mesmo diz:

“O problema então estaria em examinar de que modo introduziu-se este elemento que procedia da mais tradicional – diria mesmo, da mais historicamente espessa e densa, pois que remonta à Antiguidade – tecnologia de si que é a conversão, de que modo atrelou-se a este domínio novo e a este campo de atividade nova que era a política, de que modo este elemento da conversão ligou-se necessariamente, senão exclusivamente, à escolha revolucionária, à prática revolucionária”.¹⁰⁷

¹⁰⁶ Gilles Deleuze, *Foucault*, 2004, p. 80. Tradução nossa: “Ao mesmo tempo locais, instáveis e difusas, as relações de poder não provêm de um ponto central ou de um único foco de soberania, mas vão a cada instante ‘de um ponto a outro’ no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências”.

¹⁰⁷ Michel Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, 2006, p. 256-7.

Com o retorno de Foucault aos gregos, ele mostra como e por que houve a primazia das práticas de si sobre o princípio délfico *conhece-te a ti mesmo*. Ele se pergunta em que medida nós, hoje, não teríamos como estratégia de resistência que fazer o caminho inverso feito até agora, ou seja, um retorno a nós mesmos a ponto de transformarmos nossa existência em uma obra de arte? Agora não mais buscando nos gregos e no seu princípio do cuidado de si a resposta ao problema da autonomia e da liberdade, apesar de encontrarmos naquela cultura uma ética com profundas raízes no cuidado de si que servem não só de base à boa e justa condução do governo dos outros. Vejamos a versão deleuziana sobre o retorno de Foucault aos gregos:

“O que interessa essencialmente a Foucault não é um retorno aos gregos, mas *nós hoje*: quais são nossos modos de existência, nossas possibilidades de vida ou nossos processos de subjetivação; será que temos maneiras de nos constituirmos como ‘si’, e, como diria Nietzsche, maneiras suficientemente ‘artistas’, para além do saber e do poder? Será que somos capazes disso, já que de certa maneira é a vida e a morte que aí estão em jogo?”¹⁰⁸

Feitas estas considerações iniciais, um tanto ziguezagueante, retornamos à linha de partida, esclarecendo por que, em Foucault, o cuidado de si sucede o fascinante tema do biopoder, da biopolítica, isto é, do governo dos outros. Estendemo-nos um pouco mais também para melhor explorar os deslocamentos de sentidos que se desdobraram durante um período de tempo bastante dilatado. Além disso, interessa-nos examinar os motivos pelos quais uma filosofia do cuidado de si transformou-se, desde o advento da pastoral cristã, em renúncia de si, em uma filosofia totalmente reterritorializada pelo discurso religioso de renúncia do cuidado de si. Por que a intensificação do cuidado de si na Antiguidade greco-romana passou a representar, já no contexto do domínio cristão, cada vez mais, uma prática desprezível, individualista, egoísta, hedonista, uma prática de deformação moral?

¹⁰⁸ Gilles Deleuze, *Conversações*, 1992, p. 124.

Prosseguindo a discussão acerca da resistência, destacamos a última intervenção pública de Deleuze, no encontro internacional *Michel Foucault Philosophe*, em janeiro de 1988, com a apresentação do belíssimo texto *Qu'est-ce qu'un dispositif*¹⁰⁹, em que ele concede à noção foucaultiana de *dispositivo* a marca da filosofia da diferença (um dispositivo é, por excelência, um agenciamento na perspectiva da filosofia da diferença). Para melhor compreender sua amplitude, Deleuze recorre à passagem das sociedades disciplinares às sociedades de controle:

“(...) les disciplines décrites par Foucault sont l’histoire de ce qui nous cessons d’être peu à peu, et notre actualité se dessine dans des dispositions de *contrôle* ouvert et continu, très différentes des récentes disciplines closes. Foucault s’accorde avec Burroughs, qui annonce notre avenir contrôlé plutôt que discipliné. La question n’est pas de savoir si c’est pire. Car aussi nous faisons appel à des productions de subjectivité capables de résister à cette nouvelle domination, très différentes de celles qui s’exerçaient naguère contre les disciplines”.¹¹⁰

Como Foucault designa o cuidado de si? Para melhor compreensão dos sentidos atribuídos ao cuidado de si, retornemos às aulas do *Collège de France*. Na primeira dessas aulas, ele lança suas primeiras questões:

“Como a experiência que se pode fazer de si mesmo e o saber que se pode fazer de si mesmo, e o saber que deles formamos, foram organizados através de alguns esquemas? Como esses esquemas foram definidos, valorizados, recomendados, impostos?”¹¹¹

¹⁰⁹ Tradução: “O que é um dispositivo?”

¹¹⁰ Gilles Deleuze, *Deux régimes de fous: textes et entretiens 1975-1995*, 2003, p. 323. Tradução nossa: “(...) as disciplinas descritas por Foucault são a história do que, pouco a pouco, deixamos de ser, e nossa atualidade se desenha nos dispositivos de controle aberto e ininterrupto, bem diferentes das recentes disciplinas fechadas. Foucault se concilia com Burroughs, que anuncia nosso futuro mais controlado do que disciplinado. A questão não é de saber se isto é pior. Pois também nós apelamos às produções de subjetividade capazes de resistir a esta nova dominação, muito diferente daquelas que se exerciam recentemente contra as disciplinas”.

¹¹¹ Michel Foucault, *Resumo dos Cursos do Collège de France*, 1997, p. 109.

Em seguida, Foucault procura responder as questões, define mais claramente seu objeto de pesquisa, descreve o fio condutor e estabelece a metodologia da pesquisa:

“É claro que nem o recurso a uma experiência originária, nem o estudo das teorias filosóficas da alma, das paixões ou do corpo podem servir de eixo central numa pesquisa como essa. O fio condutor que parece ser o mais útil, nesse caso, é constituído por aquilo que poderia se chamar de ‘técnicas de si’, isto é, os procedimentos, que, sem dúvida, existem em toda civilização, pressupostos ou prescritivos aos indivíduos para fixar a sua identidade, mantê-la ou transformá-la em função de determinados fins, e isso graças a relações de domínio de si sobre si ou de conhecimentos de si por si. Em suma, trata-se de recolocar o imperativo do ‘conhecer-se a si mesmo’, que nos parece tão característico de nossa civilização, na interrogação mais ampla e que lhe serve de contexto mais ou menos explícito: que fazer de si mesmo? Que trabalho operar sobre si? Como ‘se governar’, exercendo ações onde se é o objetivo dessas ações, o domínio em que elas se aplicam, o instrumento ao qual podem recorrer e o sujeito que age?”¹¹²

Observa-se nestas considerações a referência ao cuidado de si como *técnicas de si, procedimentos, pressupostos, prescritivos*. No ano seguinte, na aula do *Collège de France* sobre *A hermenêutica do sujeito*, ele dirá que o cuidado de si não é tão somente uma disposição mental que cada sujeito dirige a si, uma atitude de pensamento, mas sim um princípio filosófico da mais alta relevância, uma *forma de atividade*, um trabalho regado e objetivado. Assim, o cuidado de si vai assumir sua importância e força à medida que for hábil para estabelecer as conexões dos atos de pensamento às ações concretas.

“Em todo caso, mesmo tornado um princípio filosófico, o cuidado de si ficou sendo uma forma de atividade. O próprio termo de *epimeleia* não designa simplesmente uma atitude de consciência ou uma forma de atenção sobre si mesmo; designa uma ocupação regulada, um trabalho com prosseguimentos e objetivos”.¹¹³

¹¹² Idem, p. 109-110.

¹¹³ Idem, p. 121.

No percurso das aulas sobre o cuidado de si e mesmo nos dois últimos volumes de *Histoire de la sexualité*, Foucault retorna com regularidade à idéia do cuidado de si como motor da ação política. Ele insistirá em afirmar que gregos e romanos não relacionavam o trabalho do cuidado de si com o cultivo da *introspecção*, pois o exercício espiritual antigo não pressupunha nenhum tipo de introspecção. A introspecção é o exame que o sujeito faz dos próprios pensamentos e sentimentos, uma reflexão sobre a vida interior. Nessa perspectiva, o sujeito se lança ou é lançado a olhar para dentro de si como um hermeneuta receoso de seus próprios pensamentos e sentimentos, que é bem diferente do sujeito que cuida de si, garantindo sempre uma correspondência entre os princípios da ação que ele se estabelece e os princípios que efetivamente realiza. Frédéric Gros tem uma passagem de texto bastante ilustrativa sobre esta perspectiva grega:

“O olhar lançado a si mesmo não é o de um hermeneuta desconfiado, nem mesmo o de um juiz: mas o de um *administrador* um pouco meticoloso, um mestre de obras cuidando para que as coisas se realizem segundo as regras. E, no fundo, a maior parte dos exercícios referentes ao cuidado de si participa desta obsessão única: assegurar da melhor maneira possível a correspondência entre o que digo que é preciso fazer e o que faço”.¹¹⁴

Temos aí colocado um claro imperativo de assegurar a equivalência entre *o que digo que é preciso fazer e o que faço*. *O que digo que é preciso fazer* não é senão o que estabeleço que deve ser feito através de um labor, de um exame, de um exercício, de um empenho regrado que me diz o que e como fazer. *O que faço*, ou seja, o resultado de meu esforço deve corresponder, portanto, aquilo que se estabelece como sendo o mais apropriado. É preciso uma atenção constante no sentido de aproximar os atos de pensamentos da ação efetiva, do mundo da vida prática. É um *sujeito da ação* aquele que se entrega a cuidar de si, e não simplesmente aquele que se volta pra dentro de si para tentar encontrar e desvendar uma suposta identidade secreta ou perdida, uma suposta verdade oculta ou uma natureza obscura que precisaria vir à luz. Tal exercício interior, no encontro a uma suposta e

verdadeira identidade, é um processo de mera reconhecimento, de refletividade. Essa forma de endereçamento a si mesmo não tem importância àquele que de fato cuida de si.

O problema da identidade talvez seja uma de nossas mais caras heranças do longo período de domínio cristão, se transformando na mais importante e virulenta franquia do mundo ocidental, representada, com recorrência, pela clássica interrogação: *Quem sou eu?* Para um grego, essa pergunta não tinha qualquer pertinência. Por outro lado, tornou-se a pergunta por excelência desde o domínio cristão até hoje. Uma pergunta que, gradativa e insistentemente, passou a se colocar e exigir uma resposta nas primeiras práticas monásticas cristãs: a *colocação de minha verdade em discurso*. Reside justamente aí, para Foucault, a chave da obediência do sujeito moderno ocidental, conforme esclarece Frédéric Gros:

“De tal modo que no momento mesmo em que o sujeito procura se liberar, por uma verbalização paciente e numa identificação preocupada com o outro, a verdade singular e única daquilo que o constitui, ele singularmente, mas à sua revelia, nesse momento, para Foucault, longe de se liberar das alienações de todo tipo (família, sociedade, educação, etc) que teriam recoberto e deformado uma natureza primeira pura, longe de renascer para si mesmo liberando-se, enfim, de todos os recalques selvagens e incontrolados, longe de fazer aflorar o Eu ‘ali onde ele estava’, longe, portanto, que este ponto ideal seja aquele em que o sujeito, enfim liberado, se lança na vertical de sua verdade, ele seria o da maior *submissão* ao Outro. Colocar-se a questão ‘Quem sou eu?’ e tentar respondê-la é nossa maneira própria de obedecer”.¹¹⁵

No que nos transformamos? É uma das perguntas que perpassa todo o pensamento filosófico de Foucault, começando pela arqueologia do saber, em seguida passando pela genealogia do poder e, por fim, atingindo o apogeu nos estudos sobre os processos de subjetivação na relação do sujeito com o cuidado de si. Incontestavelmente, estamos diante de uma indagação contemporânea,

¹¹⁴ Frédéric Gros, *O cuidado de si em Michel Foucault*, 2006, p. 134.

¹¹⁵ Idem, p. 136.

totalmente atual. Por vezes, Foucault não a formula de maneira explícita, topamos com ela como se fosse um pano de fundo que se integra a um cenário de muitos outros elementos, todavia está ali, imperceptível aos tolos, visível aos sensíveis. No profundo retorno aos gregos e no mergulho aos textos da antiguidade clássica Foucault se depara frente a frente com outra interrogação, da mesma classe que a anterior, profundamente arraigada à cultura da época: *O que você está fazendo de sua vida?*

Enganamo-nos em classificar esta última pergunta na mesma linha de pensamento que a anterior. Primeiro equívoco, não há nela qualquer inocência, ambas se endereçam à problemática da existência, o que, por sua vez, não escapam ao enigma da identidade. Segundo, são duas questões radicalmente diferentes. A pergunta *quem sou* assemelha-se com a indagação que o psicanalista faz ao seu analisado, remetendo ao enigma da identidade. Esta pergunta marca a clara distinção entre o *si* ético grego e a moral cristã. Uma moral cristã não mais calcada sob o princípio de escolha, mas sob o princípio de obediência, que significa, em outras palavras, renúncia de si.

“Esta oposição entre o sujeito moral e o *si* ético pode se exprimir, ainda, como oposição entre duas interrogações, duas questões estruturantes: ‘quem é você?’ e ‘o que você está fazendo de sua vida?’. Para Foucault, a questão ‘quem sou eu?’ não é uma questão grega, é uma questão cristã. Sócrates não colocou jamais a questão ‘quem sou eu?, e não era para respondê-la que ele ensinava que era preciso ‘conhecer-se a si mesmo’. ‘Quem sou eu?’ é uma questão que se articula através da relação instaurada entre o diretor de consciência e o seu dirigido, nos primeiros mosteiros cristãos. Isso quer dizer que esta interrogação se inscreve num dispositivo preciso de obediência incondicional e indefinida ao Outro, enquanto que a questão grega ‘o que você está fazendo de sua vida?’ se inscreve num projeto pontual de liberação”.¹¹⁶

Outro aspecto importante do cuidado de si destacado por Foucault está relacionado ao cuidado que se devia ter às situações que poderiam desviar a

atenção das metas propostas, por isso mesmo não deve haver nem precipitação nem urgência na ação:

“É preciso aplicar-se a si mesmo e isto significa ser preciso desviar-se das coisas que nos cercam. Desviar-se de tudo o que se presta a atrair nossa atenção, nossa aplicação, suscitar nosso zelo, e que não seja nós mesmos. É preciso desviar-se para virar-se em direção a si. É preciso, durante toda a vida, voltar a atenção, os olhos, o espírito, o ser por inteiro enfim, na direção de nós mesmos”.¹¹⁷

O voltar-se a si mesmo, o dirigir-se totalmente a si exige uma vigilância constante no sentido de nos desviarmos das coisas exteriores que nos cercam. Este zelo sempre vigilante comigo mesmo e o perigo representado pela dispersão das coisas *fora de mim* organizam um certo ordenamento disciplinar que se aproxima do que, mais tarde, já no período da ascensão cristã, convencionou-se chamar de *conversão*. Porém, aqui ainda se entende por conversão algo totalmente diverso do que passou a representar para os cristãos. O desvio do que nos é exterior é justamente evitado pelo esquema prático da conversão, conversão entendida como um conjunto de procedimentos, técnicas, práticas, exercícios que compreendem o cuidado de si e instituem a cultura de si. Foucault encontra em textos de Sêneca, Marco Aurélio e Plotino uma expressão grega semelhante à conversão, *epistréphein pròs heautón*, que tem o sentido de *converter-se a si, voltar-se para si*. Das *tecnologias do eu* no mundo ocidental esta é, segundo Foucault, certamente uma das mais importantes.

Além de assumir grande importância na Antiguidade Clássica, a noção de conversão continua a existir com muita força e valor na cultura cristã, especialmente nos séculos III e IV, exercendo uma função capital, entretanto designando sentidos totalmente diferentes e objetivos inversos daqueles, por exemplo, da cultura helenística. Em *A hermenêutica do sujeito*, Foucault dedica várias

¹¹⁶ Idem.

¹¹⁷ Michel Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, 2006, p. 254.

páginas explorando o valor atribuído a esta noção desde a Antiguidade Clássica até o século XIX, situando os deslocamentos de sentidos.¹¹⁸

Destacamos algumas linhas de pensamento sobre a noção de conversão que se referem justamente a esses momentos na história em que ocorreu mudança no sentido. Primeiro, é preciso que se sublinhe que “a prática de si identifica-se e incorpora-se com a própria arte de viver (a *tékhnē tou bíou*). Arte de viver, arte de si mesmo são idênticas, tornam-se idênticas ou pelo menos tendem a sê-lo”.¹¹⁹ Posterior ao *Alcibiades*, este período grego desvincula o cuidado de si da idéia de uma pedagogia, ou seja, não tem mais valor exclusivamente pedagógico na relação amorosa entre mestre e adolescente em sua iniciação na vida adulta e política. Foucault vai destacar a relevância deste deslocamento de sentido:

“Esta desvinculação em relação à pedagogia tem ainda uma segunda consequência que já vimos: doravante, a prática de si não é mais meramente uma espécie de pequeno caso a dois que se inscreveria na relação singular e dialeticamente amorosa entre o mestre e o discípulo. Doravante, a prática de si integra-se, mistura-se, entrelaça-se com toda uma rede de relações sociais diversas, onde existe ainda a maestria no sentido estrito, mas onde igualmente se encontram muitas outras formas relacionais possíveis”.¹²⁰

Além de se desvincular da dimensão pedagógica, a prática do cuidado de si também vai se desvincular da atividade política, que no *Alcibiades* de Sócrates tinha um destaque especial, uma vez que todo aquele que estivesse atento a si mesmo estaria mais apto a se ocupar dos outros e das coisas da cidade. “Agora, é preciso ocupar-se consigo para si mesmo, de maneira que a relação com os outros seja deduzida, implicada na relação que se estabelece de si para consigo”.¹²¹

¹¹⁸ Foucault dedica a aula inteira de 10 de fevereiro de 1982 do curso no *Collège de France* ao tema da *conversão*. Na tradução brasileira de *A hermenêutica do sujeito*, referida na bibliografia final, encontramos tal exposição da página 253 a página 273.

¹¹⁹ Michel Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, 2006, p. 253.

¹²⁰ Idem, p. 254.

¹²¹ Idem.

Resistência na Filosofia da Diferença

Até aqui exploramos a idéia de resistência desde uma perspectiva foucaultiana. Prosseguimos nesta discussão, todavia acrescentando algumas ferramentas conceituais produzidas pela filosofia da diferença, enfatizando os estudos de Deleuze e Guattari. Como se sabe, Foucault, Deleuze e Guattari são pensadores contemporâneos. Não obstante se interessarem por temáticas pouco semelhantes, todos os três produziram filosofias muito convergentes, de inspiração nietzschiana, que apostaram nos processos de subjetivação desviantes da secular fórmula normalizante, possibilitando, com isso, a invenção de novos modos de vida, portanto, de produção de novas subjetividades. Três pensadores que causaram vendaval na filosofia. Três pensadores tempestivos. Respeitavam-se e admiravam-se mutuamente, a ponto de Foucault dizer em certa ocasião que um dia o século seria deleuziano, e Deleuze, por sua vez, escrever um denso livro sobre Foucault.

No faro da filosofia de Foucault veremos surgir pensadores que, como ele, também se voltaram ao estudo das tecnologias de controle e da resistência. Dois exemplos vivos e impactantes com suas idéias são Toni Negri e Michael Hardt, o primeiro italiano, da chamada *autonomia italiana*, o segundo norte-americano, inteiramente movido pelo combustível da filosofia da diferença de Deleuze. São dois dos mais influentes e atuantes críticos do novo ordenamento político de globalização. Longe de acreditarem em um projeto em que sejam possíveis a criação e a manutenção de um império capaz de tudo e a todos dominar e controlar, Negri e Hardt investem nos espaços de insucesso de tal projeto, nas zonas de escape, exatamente lá onde surgem focos potentes de insubordinação, haja vista que a convergência de diferentes grupos e indivíduos numa comunidade globalmente conectada em redes pode movimentar forças, materiais e imateriais,

de fuga ao controle, constituindo-se em associações de fluidas matrizes de resistência.

Acreditar na existência de uma macro-conspiração imperialista, localizável, todo-poderosa é demasiado persecutório, não obstante é proeminente hoje a existência de sedutores modelos de gestão da vida que tendem sempre a instituir planos de referência, na ânsia de estratificar as linhas de fuga, amortizar os agenciamentos, evitando sempre a produção de subjetividade de tipo rizomática, aquelas provocadas pelas máquinas de guerra.

Conforme já dissemos antes, há dois momentos distintos na designação da noção de resistência na obra foucaultiana. O primeiro ocorre ainda na década de 1960, vinculada à problemática da transgressão e do *dehors*, sendo este último extraído da obra de Blanchot. No segundo momento Foucault vai situá-la no interior das relações de poder. Com essa redefinição não será possível contrapô-la às relações de poder. Para Foucault, como se sabe, o poder não é redutível a uma força negativa, não tem relação direta com a idéia de dominação ou subjugação. A dominação e a subjugação devem ser consideradas como efeitos da relação de poder, não sua causa. As lutas não nascem para se contraporem ao poder, mas para combater certos efeitos de poder, contra certos estados de dominação. O poder é, então, uma força positiva e produtiva. Se há, por um lado, reciprocidade indissolúvel entre resistência e relações e poder, não há, por outro lado, uma relação direta entre lutas como tentativa de libertação. Resumidamente, temos a seguinte fórmula: assim como a resistência não está para a liberdade, o poder não está em consonância com a dominação.

Em *Exílio*, encontramos um belo trecho sobre a problemática da resistência no qual Negri dá o seu entendimento e testemunho:

“Ao lado do poder, há sempre a potência. Ao lado da dominação, há sempre a insubordinação. E trata-se de cavar, de continuar a cavar, a partir do ponto mais

baixo: este ponto... é simplesmente lá onde as pessoas sofrem, ali onde elas são as mais pobres e as mais exploradas; ali onde as linguagens e os sentidos estão mais separados de qualquer poder de ação e onde, no entanto, ele existe; pois tudo isso é a vida e não a morte".¹²²

A resistência, desde uma perspectiva da filosofia da diferença, além de levar em consideração as análises de Foucault sobre biopolítica e o modo como sujeitos e grupos fogem às determinações subjetivas, também pode ser pensada a partir de muitos outros vetores, de ferramentas conceituais construídas para efetuarem o processo de desterritorialização do pensamento-árvore, o pensamento que tem como fórmula propositiva intervenções universalistas. Nesse sentido, não há filosofia mais política do que a filosofia de Deleuze e Guattari. Aliás, melhor seria dizer que toda a filosofia da diferença tem, em sua ontologia, certa inquietude que não lhe permite separar política de filosofia, política da vida. A filosofia da diferença nasce de uma recusa em aceitar os sistemas e estruturas de referências plantados no pensamento, por isso mesmo sua luta contra a própria filosofia da representação, constituindo-se em uma espécie de contra-filosofia no sentido de que a genealogia da filosofia, desde o expurgo da multiplicidade e das questões espirituais pela racionalidade, mostrou-nos o quanto ela foi capaz de impor limites ao pensamento.

Mas é preciso que se entenda a dimensão política na filosofia da diferença como um movimento constante e intensivo para traçar linhas de diferentes naturezas em seu plano de consistência, de buscar sempre uma relação com o *fora*, por esta razão se diz que é preciso um trabalho de transversalidade. Daí decorre o diálogo de Deleuze e Guattari com a literatura, com a psicologia, com a história, a medicina, a sociologia, a biologia, a física, a química e outras. Praticamente toda a obra dos dois se assenta em construir e potencializar movimentos de ruptura a tudo que tenda à uniformidade do pensamento.

¹²² Antonio Negri, *Exílio: seguido de valor e afeto*, 2001.

Em Foucault o poder evoca sentidos bastante particulares: não tem uma essência, não tem endereço fixo, não tem identidade definida; desde sempre é plural, relacional, periférico e se exerce por intermédio de práticas heterogêneas e transformacionais. O sujeito, por sua vez, é uma pura construção histórico-social. E sendo constituído e construído historicamente, sem uma origem determinada e um destino pré-estabelecido sugere-se pensá-lo como pura invenção. Estratégias de resistência visando atingir processos mais autônomos de subjetivação são, portanto, possíveis e necessários, pelo menos é o que a ótica foucaultiana aponta, conforme propõe Duarte:

“Afinal, qualquer reação ou resistência contra uma relação de poder se dá sempre a partir de dentro das redes de poder, num embate de forças: onde há poder há resistência, de maneira que todo e qualquer lugar social pode ser palco da resistência a partir de estratégias distintas. Neste projeto analítico, o corpo mostrava-se como instância privilegiada de atuação dos micropoderes disciplinares, sendo pensado como o campo de batalha no qual se travam conflitos cotidianos entre as exigências da normalização disciplinar institucional e as linhas de fuga da resistência”.¹²³

Uma das mais importantes contribuições de Foucault à questão da subjetividade é a de que o sujeito é uma invenção, um efeito da relação entre o saber e o poder, um produto da história, o resultado de enunciados construídos e datado historicamente, o que significa dizer que é possível um trabalho de recriação, de reinvenção, ou melhor, de auto-criação, através de processos de dessubjetivação:

“A partir de tal problema, explicita-se a importância da abordagem da subjetividade em termos de uma análise das formas de subjetivação como formas possíveis de resistência à normalização, de auto-constituição, e de estilização da vida, realizada através das investigações históricas das técnicas do cuidado de si e dos outros, das

¹²³ André Duarte, *Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault*, 2006, p. 48.

práticas de si e da Filosofia como experiência modificadora de si na constituição de um sujeito ativo ético e estético que não aparecer no último Foucault".¹²⁴

Foucault foi equivocadamente acusado de defender e promover o individualismo, uma vez que estaria valorizando sobremaneira uma cultura de si, um retorno do sujeito de si para si, nutrindo uma suposta renúncia ao mundo e aos outros. Ele se defende afirmando justamente o contrário: é um fato histórico que foi o cristianismo que transformou o preceito grego do cuidado de si em renúncia de si. Em *Apologia*, vê-se de forma muito nítida que Sócrates entende o cuidado de si com um investimento que se faz nos próprios rumos da cidade e no governo dos outros, sublinha Foucault na aula sobre a hermenêutica do sujeito:

"[Sócrates] é aquele que interpela as pessoas que passam e lhes diz: vos ocupais de vossas riquezas, e de vossa reputação e de vossas honras, mas não vos preocupais com vossa virtude e vossa alma. Sócrates é aquele que zela para que seus concidadãos 'cuidem de si mesmos' (...) é uma tarefa desinteressada para a qual não pede nenhuma retribuição, cumpre-a por pura benevolência; enfim, é uma função útil para a cidade, mais útil até que a vitória de um atleta em Olímpia, pois ao ensinar aos cidadãos a ocuparem-se de si mesmos (mais do que de seus bens) ensina-lhes também a ocuparem-se da própria cidade (mais do que de seus negócios particulares)".¹²⁵

Como vemos, para Sócrates há um estreito laço entre cuidar de si e ocupar-se dos outros, do entorno, da cidade, das coisas que dizem respeito à vida em sociedade. O individualismo é uma interpretação moderna totalmente equivocada atribuída à filosofia do cuidado.

A seguir, faremos uma incursão no conceito de *ecosofia* de Guattari, procurando aproximá-lo do cuidado de si no sentido de promover um questionamento sobre as práticas, os dispositivos, os procedimentos possíveis de serem potencializados na experiência grupal.

¹²⁴ Idem, p. 290.

¹²⁵ Michel Foucault, *A hermenêutica do sujeito*, Resumo dos Cursos, p. 119-20.

A *ecosofia* guattariana como cuidado

As três ecologias é o livro-manifesto de Guattari. Livro-máquina-de-guerra nômade por excelência. É um texto profundamente paradoxal. Escrito com uma linguagem surpreendentemente simples, distinto das suas frases longas que caracterizam seu estilo, este livro assemelha-se ao velho estilo dos textos de protestos e manifestos. É sua obra-prima, carro-chefe que contemplam a um só golpe, em escassas e densas páginas, a sinopse de todas as suas teses anteriores, as que escreveu sozinho e as que produziu em parceria com Deleuze. É onde ele elabora as teses de sua política da resistência, a sua estética da existência, de inspiração ético-estética. Por ser de fácil leitura, com uma linguagem propositalmente simples e direta, já foi lido por uma legião de pessoas das mais diversas filiações teóricas e profissionais (já ultrapassou uma dezena de edições no Brasil). O título do livro pode sugerir ao leitor mais desavisado se tratar de ecologia.

Para melhor situar a perspectiva da *ecosofia* de Guattari, acompanhemos o texto inicial de *As três ecologias*:

“O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, no limite, ameaçam a vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra freqüentemente ‘ossificada’ por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre

expressão...(...) É a **relação da subjetividade com sua exterioridade** – seja ela social, animal, vegetal, cósmica – que se encontra assim comprometida numa espécie de movimento geral de implosão e infantilização regressiva”.¹²⁶ (grifos nossos)

As três ecologias nada mais são do que um conjunto de três registros: o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana. Para Guattari, o esclarecimento às questões suscitadas pelo problema planetário do meio ambiente encontra uma via alternativa até então não empreendida: o encaminhamento através da articulação ético-política (ecosofia) entre os três registros supracitados. Qualquer via que não procure articular esses três registros estará condenada ao fracasso. Por quê? Por um motivo relativamente simples, porém ignorado: não há como se encaminhar qualquer solução aos problemas fora do âmbito da dinâmica dos processos de subjetivação e das relações sociais.

Cada vez mais, o tom da discussão sobre o meio-ambiente se assenta na importância atribuída às mudanças no âmbito das questões ditas comportamentais, dos hábitos de consumo de bens materiais, em suma, da parcela de responsabilidade que cada um de nós tem no processo. Há nesse movimento de implicação do sujeito certa mudança de perspectiva do problema a ser enfrentado, pois se vê um deslocamento do processo de subjetivação, antes somente de responsabilidade dos governos, agora se situando mais e mais em um nível micropolítico, microfísico. Daí ser a ecosofia uma micropolítica, uma micropolítica de transformação da subjetividade tecnocrata em subjetividade do *si*, pra não dizer um retorno do sujeito às práticas do cuidado de si.

Guattari articula suas proposições para pensar alternativas mais eficazes na resolução dos problemas planetários do desarranjo no meio-ambiente acarretado pela *mão do homem*, pela corrida irracionalista capitalística planetária. Se por um lado seu estudo é sobre o tema do meio-ambiente, por outro lado suas proposições

¹²⁶ Félix Guattari, *As três ecologias*, 2002, p. 7-8.

também podem ser transversalizadas com outras questões contemporâneas de relevância, como por exemplo, as políticas governamentais de saúde. Ao introduzir na discussão a indissociabilidade entre os três registros, Guattari se afasta da velha perspectiva tecnocrática, que quando muito consegue solucionar parcialmente os problemas e de forma temporária e paliativa. Assim, pensamos no alcance dessas teses no campo das políticas governamentais de saúde.

Nesse sentido, a ecologia para Guattari, além de tratar do meio-ambiente, das relações entre os seres vivos, meios e influências, implica o gesto humano, ou seja, inclui a dimensão subjetiva da ação do homem. Conforme aponta Leitão:

“Preocupamo-nos com a fauna, a flora, os rios, a camada de ozônio. Um homem que abate o filhote de jacaré afeta os jacarés mas também o ecossistema. O próprio gesto de abater, com fins lucrativos, conecta-se com a sensibilidade, o respeito, o prazer e o desprazer, a vida. Podem estar presentes, em um único gesto, o individualismo, a exclusão do coletivo e o destrutivo, afetando os demais homens. Afetando a natureza”.¹²⁷

Propomos pensar o cuidado de si como um dispositivo articulado ao processo de subjetivação, como peça fundamental na constituição de novas subjetividades. Fazer cruzar as linhas de pensamento da *ecosofia* guattarriana com as linhas do cuidado de si. A pergunta *como cuidar do outro se não cuida de mim* é de extrema relevância, ainda que possa soar como jargão. Assim, é possível pensar as práticas de cuidado de si em uma dimensão ampliada (de si e do outro) como dispositivos/ferramentas de transformação das políticas públicas de saúde.

Através do seu profundo retorno à filosofia greco-romana do cuidado de si, Foucault tentou encontrar uma solução ao problema da biopolítica/biopoder hoje, uma maneira talvez de poder resistir aos atuais processos de subjetivação que, cada vez mais, são massificados pelo capitalismo globalizado. É por isso que o próprio

Foucault diz que o tema do cuidado de si é um prosseguimento/prolongamento de seus estudos sobre a biopolítica, sobre o governo das populações.

¹²⁷ Maria Beatriz Sá Leitão, *Clínica e processos de subjetivação*, 2002, p. 148.

CAPÍTULO IV

NOMADISMO E MÁQUINA DE GUERRA

“Les nomades ont inventé une machine de guerre, contre l’appareil d’Etat”.¹²⁸

Repetimos o que já foi dito em outros momentos deste estudo, agora, porém, fazendo cruzar, ou melhor, traçando outras linhas ao plano do diagrama deste estudo: a partir de uma experiência de trabalho em um programa de saúde na área da segurança pública, propomos pensar políticas de cuidado (*linhas de cuidado*) que fujam dos modelos acadêmicos tradicionais, cientificistas, técnico-racionalistas direcionados à padronização de procedimentos, de práticas, ações, presos aos modos já-vividos e instituídos. Através da memória da experiência problematizamos algumas situações vivenciadas pela equipe de trabalho ao mesmo tempo emblemáticas e paradigmáticas, pois concernem às práticas e procedimentos que ora se inscrevem nas formas-padrão, ora endereçavam-se, ao contrário, a modos totalmente inusitados, criativos, inventivos, mas nem por isso menos perturbadores e menos ansiosos por busca de sentidos.

Todavia, fugir¹²⁹ dos modelos legitimados e instituídos para se produzir novos modos de cuidar não é uma aventura totalmente inédita, não se constitui em

¹²⁸ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille Plateaux*, 2004, p. 35-6. Tradução nossa: “Os nômades inventaram uma máquina de guerra contra o aparelho de Estado”.

¹²⁹ O emprego de o verbo fugir, no contexto empregado, é totalmente compatível com a idéia deleuziana de que traçar uma linha de fuga é *fazer fugir*, porque a linha de fuga é uma *desterritorialização*, ela desorganiza uma situação qualquer. Trata-se, pois, de uma verdadeira saída, entendida no sentido de que é preciso abandonar a falsa ilusão de segurança proporcionada, por exemplo, pelas territorialidades identitárias. Nesse sentido, “fugir não é absolutamente renunciar às ações, nada mais ativo que uma fuga. É o contrário do imaginário. É igualmente fazer fugir, não

uma missão original. Em épocas relativamente aproximadas uma das outras, houve experiências as mais diversas que tentaram, ousaram, *fabularam* fazer de maneira diferente. Alguns grupos investiram em atualização de procedimentos e práticas, acrescentando, ineditamente, inventivos dispositivos subtraídos do *glamour* da arte, contribuindo para a humanização do tratamento. Outros grupos quiseram ir mais longe, radicalizaram convocando a participação ativa do conjunto da sociedade numa desconstrução não somente das estruturas e dos sistemas de funcionamento das disciplinas tradicionalmente responsáveis pela saúde coletiva, mas na flexibilização das fronteiras, dos territórios existenciais e dos especialismos, que impediam (e ainda impedem) uma efetiva implicação de outros agentes sociais no processo de restabelecimento da saúde, física, moral, mental, social; era assim que pensava o grupo-movimento antimanicomial italiano liderado e movido pelas idéias de Basaglia, tendo como tese principal o seguinte postulado: o doente, em especial o dito louco, privado do convívio social, isolado e medicado, vigiado e restrito a atividades físicas e subjetivas estabelecidas por seu responsável direto, ou seja, o médico, nada tem a ganhar, pois é impensável a manutenção ou o restabelecimento da saúde mental em condição de privação da liberdade. Para este grupo, tratava-se, pois, de um processo radical e profundo que incluía a derrubada dos muros, de pedra e subjetivos, que separam o contexto da doença e do doente da sociedade, desfazendo a falsa crença que apregoa a existência de dois mundos distintos.

A proposição do método científico de que seria preciso isolar o objeto para melhor estudá-lo e estabelecer o método de abordagem e tratamento, a despeito de todas as rupturas no cenário da saúde mental, algumas mencionadas ao longo deste estudo, ainda hoje é defendida, perpetuada e legitimada por um conjunto inteiro de ciências de Estado que funciona segundo a lógica do controle, quando não muito segundo o modelo disciplinar e panóptico, exemplarmente descritos e

obrigatoriamente os outros, mas fazer fugir algo, fazer fugir um sistema como se arrebenta um tubo... Fugir é traçar uma linha, linhas, toda uma cartografia" (Zourabichvili *apud* Deleuze, O

analisados por Foucault em *Surveiller et punir*. Por um lado, com o progressivo desenvolvimento de tecnologias de cuidado decorrentes da ascensão de um discurso jurdicista humanitário que passou, cada vez mais, a ganhar espaço, o suplício, a crueldade física, a punição e o castigo foram práticas banidas do cenário institucional dos hospitais, hospícios, casas de correção e escolas. Mas o referido discurso humanitário não provocou qualquer desvio no curso cientificista com que sonhava a psicologia e todo um conjunto de disciplinas emergentes do campo das ciências humanas; doravante o estatuto de ciência seria o que passaria a determinar os fundamentos da psicologia, da medicina psiquiátrica, e mesmo o campo de todo um conjunto de disciplinas, veteranas e emergentes, que atualmente se integram ao cenário da saúde coletiva. Neste cenário, inclui-se, também, a psicanálise de Freud que, embora tivesse introduzido elementos até então estranhos ao discurso científico majoritário, não mediria esforços para ser reconhecida como ciência.

Essas experiências, radicais ou reformistas, colocariam à prova o idealismo de alguns projetos e suas ideologias, potencializariam novos entendimentos e encaminhamentos, colocariam em discussão algumas teorias e seus fundamentos, e também acenderiam os ânimos daqueles que almejavam uma ressignificação e constituição de um novo campo às ciências da saúde e humanas. Estes experimentos acabaram evidenciando o que já se intua: a realidade é uma criação, é pura invenção, tanto quanto o sujeito também o é, e sendo isto verdade, então seria possível reconstruí-los ambos: realidade e sujeito. Nas palavras de Foucault: “O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo”.¹³⁰ Mais tarde, em *Surveiller et punir*, ao analisar as sociedades disciplinares, ele dirá que:

“(…) la belle totalité de l’individu n’est pas amputée, réprimée, altérée par notre ordre social, mais l’individu y est soigneusement fabriqué, selon toute une tactique des forces et des corps. Nous sommes bien moins grecs que nous ne le croyons.

vocabulário de Deleuze, p. 57).

¹³⁰ Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, 1992, p. 404.

Nous ne sommes ni sur les gradins ni sur la scène, mais dans la machine panoptique, investis par ses effets de pouvoir que nous reconduisons nous-mêmes puisque nous en sommes un rouage”.¹³¹

Para as ciências de Estado, ao contrário, o *devoir* será justamente o elemento desviante e transgressivo insuportável às ciências *menores*, devendo ser controlado, pois ameaça a estabilidade das regras das ciências de Estado.

Mesmo com alguns pioneiros tendo inaugurado as primeiras resistências de impacto contra as formas instituídas no campo da saúde mental, infelizmente trataram-se ou de experiências de relativa curta duração ou então experiências que foram encampadas pelas ciências de Estado, que domesticaram certo movimento nômade que as caracterizavam, extirparam uma perturbadora atitude de *bando* que se choca contra todos os princípios de hierarquia e territorialidade que dão sustentabilidade ao Estado. É por isso mesmo que as ciências sedentárias de Estado se apressam em padronizar o não-padronizável, normalizar o que é irremediavelmente dissolutivo. Para melhor entender esta complexa relação entre ciências nômades e ciências de Estado, há uma frase ilustrativa em *Mille Plateaux*:

“(…) les deux sciences diffèrent par le mode de formalisation, et que la science d’Etat ne cesse pas d’imposer sa forme de souveraineté aux inventions de la science nomade; elle ne retient de la science nomade que ce qu’elle peut s’approprier, et, pour le rest, elle en fait un ensemble de recettes étroitement limitées, sans statut vraiment scientifique, ou bien le réprime et l’interdit simplement. C’est comme si le ‘savant’ de la science nomade était pris entre deux feux, celui de la machine de guerre qui l’alimente et l’inspire, celui de l’Etat qui lui impose un ordre des raisons”¹³²

¹³¹ Michel Foucault, *Surveiller et punir*, 2006, p. 253. Tradução nossa: “(...) a bela totalidade do indivíduo não é amputada, reprimida, alterada por nossa ordem social, mas o indivíduo é cuidadosamente fabricado, segundo uma tática das forças e dos corpos. Somos bem menos gregos do que acreditamos. Não estamos nem nas arquibancadas nem no palco, mas na máquina panóptica, investidos por seus efeitos de poder que nós mesmos renovamos, pois dela somos suas engrenagens”.

¹³² Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille Plateau*, 2004, p. 448. Tradução nossa: “(...) as duas ciências diferem pelo modo de formalização, e a ciência de Estado não cessa de impor sua forma de soberania

Como se produzem relações entre ciências de Estado e ciências nômades e como nessas relações podem ser mantidas as características inventivas e criativas das ciências nômades? E se a preocupação do Estado é conservar, como dizem Deleuze e Guattari, como então seria possível uma convivência sem que a ciência nômade perca suas principais características? Parece-nos que a captura seria mais vantajosa para o lado mais dominante, o lado sedentário, uma vez que a tendência de transformação das forças criativas e inventivas em um conjunto de idéias serializadas se dá por iniciativa das ciências de Estado. Mas estas interações entre ambas ocorrem por intermédio de uma dinâmica incomensurável. É bastante complexa sua dinâmica e medi-la, mesmo que só qualitativamente, exigiria bastante paciência e uma inabdicável paixão pelo detalhe, pela imaterialidade de seus efeitos, pelos movimentos *menores*.

Mas há outro importante problema na interação entre estas duas distintas espécies de ciência que precisa ser destacado, antes que sejamos seduzidos pela crença de que se trataria de dois mundos que não se afetam, que são incomunicáveis. Nas palavras de Deleuze e Guattari:

“Il y a plutôt là deux conceptions de la science, formellement différentes; et, ontologiquement, un seul et même champ d’interaction où une science royale ne cesse pas de s’appropriier les contenus d’une science nomade ou vague, et où une science nomade ne cesse pas de faire fuir les contenus de la science royale”.¹³³

às invenções da ciência nômade; ela retém da ciência nômade somente aquilo de que pode apropriar-se, e do restante faz um conjunto de receitas estritamente limitadas, sem estatuto verdadeiramente científico, ou simplesmente o reprime e o proíbe. É como se o ‘sábio’ da ciência nômade estivesse entre dois fogos, o da máquina de guerra, que o alimenta e o inspira, e o do Estado, que lhe impõe uma ordem das razões”.

¹³³ Idem, p. 455. Tradução nossa: “Temos aqui duas concepções da ciência, formalmente diferentes; e, ontologicamente, um único e mesmo campo de interação onde uma ciência régia não pára de apropriar-se dos conteúdos de uma ciência nômade ou vaga, e onde uma ciência nômade não pára de fazer fugir os conteúdos da ciência régia”.

Chamamos de estratégias de cuidado as práticas cuidadoras que se inscrevem desde a designação de *clínica nômade* aberta às interfaces, de tipo transversal e transdisciplinar. Tomamos a noção de clínica nômade mais como um conjunto de idéias, de pensamentos, de resistências ativas, uma postura, um plano de consistência, um modo de vida do que propriamente uma ciência, ou uma disciplina, ou *uma psicologia, uma pedagogia*. Esta noção se alinha a outras designações, outros nomes oriundos das mais diversas áreas: clínica antimanicomial, clínica da sensibilidade, clínica em movimento, clínica da resistência, clínica do cuidado, entre outras. Todas decorrem de uma luta em comum traduzida na necessidade de se efetuar uma transformação no trabalho e na formação em saúde, uma luta contra as práticas voltadas predominantemente ao diagnóstico e tratamento das doenças, e aproximando-se de um trabalho mais profundamente implicado com a afirmação da vida e com a “inclusão de pessoas em uma rede de práticas cuidadoras em saúde”, conforme sublinham Ceccim e Ferla:

“É generalizada a noção de que é necessária uma ressingularização da clínica e novas formulações têm sido concebidas, ao longo dos anos 1990 e início dos 2000, oriundas do campo da saúde coletiva, da educação em saúde e da saúde mental, decorrentes da denúncia de degradação da clínica que não se orienta mais pelos usuários, mas pela utilização de recursos de apoio diagnóstico e terapêutico. Ousadas e inventivas expressões-síntese vem nomeando as propostas de transformação da clínica, reorientadas aos usuários”.¹³⁴

Para designar as transformações em curso na área da saúde, especialmente na saúde mental coletiva, empregamos neste estudo duas designações: clínica ampliada e clínica nômade. Ainda que ambas sejam generica e costumeiramente

¹³⁴ Ricardo Burg Ceccim e Alcindo Antônio Ferla, *Linha de cuidado: a imagem da mandala na gestão em rede de práticas cuidadoras para uma outra educação dos profissionais de saúde*. Texto não publicado, produzido com a participação de membros da Unidade de Produção Pedagógica Linha do Cuidado do Curso de Especialização e Residência Integrada em Saúde Coletiva da Universidade Federal de Sergipe e Secretaria Municipal de Saúde de Aracajú (novembro de 2005), assim como da Oficina *A construção de Linhas de Cuidado como caminho para a integralidade*, no Congresso Nacional da Rede Unida (julho de 2006).

empregadas como sinônimos, concebemos a clínica nômade mais profundamente imbuída do espírito da Filosofia da Diferença, uma vez que o termo nômade remete diretamente à idéia de *nomadismo* e de *máquina de guerra*, trabalhadas em *Mille Plateaux*. A clínica ampliada, mesmo recebendo uma forte influência das idéias de Deleuze e Guattari, parece ser mais permeável ao cruzamento de linhas das mais diversas naturezas, ou seja, recebe influências das mais diversas filiações teóricas, inclusive da psicanálise. A clínica de tipo nômade, por sua vez, rejeita qualquer tendência à hierarquização disciplinar, portanto, ela é incompatível com uma dinâmica de trabalho que se oriente pela interdisciplinaridade, e não aceita a eleição de uma disciplina ou área como coordenadora do trabalho em grupo, em equipe. Por outro lado, deve-se atentar para o fato de as duas clínicas serem reconhecidas por alguns pesquisadores como idênticas. Também é interessante lembrar que alguns autores associam clínica nômade à esquizoanálise. Em resumo: utilizamos a noção de clínica ampliada para nos referir à idéia de resistência às formas instituídas e aos modelos, e clínica nômade para nos referir especificamente à clínica com postura transdisciplinar, que produz efeitos de transversalidade, portanto, uma clínica esquizoanalítica.

Mas, afinal, como se define ciência nômade ou *menor* e em que se diferencia da ciência de Estado ou *maior*? Em *Mille Plateaux*, no *Tratado de nomadologia*, Deleuze e Guattari vão dizer que a ciência nômade tem um desenvolvimento excêntrico, totalmente diferente das ciências imperiais ou régias. Começamos primeiro pela difícil caracterização de uma ciência *menor* apontada por Deleuze e Guattari:

“Il y a un genre de science, ou un traitement de la science, qui semble très difficile à classer, et dont il est même difficile de suivre l’histoire. Ce ne sont pas des ‘techniques’, suivant l’acception coutumière. Mais ce ne sont pas non plus des “sciences”, au sens royal ou légal établi par l’histoire”.¹³⁵

¹³⁵ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille Plateau*, 2004, p. 446. Tradução nossa: “Há um gênero de ciência, ou um tratamento da ciência, que parece bastante difícil de classificar, e cuja história é até

Como vemos, eles se referem à ciência nômade, primeiramente, como sendo de difícil classificação, porquanto nos acostumamos a designar de ciência o que é passível de sistematização, o que é passível de passar por um processo que organiza e designa os elementos que vão do menor ao maior, do periférico ao centro, do mais simples ao complexo, de uma teoria com hierarquias, pois precisam “(...) disposer d’une forte unité principale, celle du pivot qui supporte les racines secondaire”.¹³⁶ Assim, a ciência de tipo nômade não chega a ser propriamente uma ciência, pelo menos não no sentido que nos habituamos a pensá-la. Elas são marginais em relação às ciências sedentárias. Marginais, contudo, não significa que elas fiquem à margem sobrevivendo das sobras deixadas pelas ciências de Estado. Ficam à margem porque não têm o mesmo estatuto das ciências tradicionais. Poder-se-ia mesmo dizer que se trata de pesquisas realizadas em domínios muito diversos que divergem profundamente da lógica de organização e funcionamento das ciências régias.

Já a ciência de Estado, ou ciência sedentária, é aquela que existe em função de uma estrutura, por um conjunto não de linhas, mas de pontos e posições. A ciência sedentária cria raízes e se desenvolve a partir e em torno de uma estrutura.

Não obstante a freqüência com que as ciências sedentárias costumam encampar as ciências nômades, hierarquizando seus conteúdos nômades, amortecendo sua vitalidade nômade, não se pode negar que algumas destas experiências alternativas, mesmo tendo sido apropriadas pela máquina estatal e transformadas suas forças vitais em formas-padrão de tipo normalizante, e domesticada sua natureza nômade, elas provocaram uma efetiva humanização no tratamento, na relação entre médico e paciente, nos espaços institucionais, nos

difícil seguir. Não são ‘técnicas’, segundo a acepção costumeira. Mas tampouco são ‘ciências’, no sentido régio ou legal estabelecido pela História”.

¹³⁶ Idem, p. 11. Tradução nossa: “dispor de uma forte unidade principal, a do pivô, que suporta as raízes secundárias”.

equipamentos psiquiátricos, na racionalização do tratamento medicamentoso. A partir de uma perspectiva foucaultiana não seria incorreto dizer que a padronização e a normalização nunca são operações totalmente bem sucedidas, mesmo quando realizadas pela eficiência do aparelho estatal, porque não há de um lado o mundo das relações de poder e de outro lado o mundo das resistências, das lutas, dos combates. Relações de poder e forças de resistências são constituídas no mesmo terreno.

Por mais que já se tenha experimentado fazer diferente, nunca é o bastante. Estamos destinados a ter sempre que recomeçar, como se a cada nova expedição nos lançássemos na aventura de um encontro com o inusitado. E saber o que não se quer não implica em saber o que se quer em substituição ao que já não se quer mais. Mas é preciso sempre ter que recomeçar do zero? As experiências passadas não deveriam servir de modelo? Se as ciências de Estado tendem sempre a se apropriar dos elementos das ciências nômades, parece-nos que a estratégia seria a de sempre recomeçar, ou já começar do meio, pois, nas palavras de Deleuze e Guattari:

“l’Etat est amené perpétuellement à réprimer les sciences mineures et nomades, s’il s’oppose aux essences vagues, à la géométrie opératoire du trait, ce n’est pas en vertu d’un contenu inexact ou imparfait de ces sciences, ni de leur caractère magique ou initiatique, mais parce qu’elles impliquent une division du travail qui s’oppose à celle des normes d’Etat”.¹³⁷

Outro conceito importante ligado à idéia de nomadismo é a *máquina de guerra*, bastante recorrente em todo o *Mille Plateaux*, em especial no *Tratado de nomadologia*, assim como em *Conversações*. A palavra *guerra* é forte e, neste contexto, poderia sugerir uma referência direta à guerra propriamente dita. Mas é preciso esclarecer que a guerra do Estado é uma guerra institucionalizada, encarnada nas

¹³⁷ Idem, p. 456.

forças militares. Por outro lado, o nomadismo, segundo Deleuze e Guattari, trava uma guerra sem linha de combate, sem confronto e retaguarda. Começamos por especificar algumas de suas principais características:

“Quant à la machine de guerre en elle-même, elle semble bien irréductible à l’appareil d’Etat, extérieure à sa souveraineté, préalable à son droit: elle vient d’ailleurs. *Indra, le dieu guerrier, ne s’oppose pas moins à Varuna qu’à Mitra.* Il ne se réduit pas à l’un des deux, pas plus qu’il ne forme une troisième. Il serait plutôt comme la multiplicité pure et sans mesure, la meute, irruption de l’éphémère et puissance de la métamorphose. *Il dénoue le lien autant qu’il trahit le pacte.* Il fait valoir une *furor* contre la mesure, une célérité contre la gravité, un secret contre le public, une puissance contre la souveraineté, une machine contre l’appareil”.¹³⁸

Em uma entrevista de Deleuze, em 1980, sobre a obra *Mille Plateaux*, publicada em *Conversações*, teremos uma definição precisa de máquina de guerra:

“Nós definimos a ‘máquina de guerra’ como um agenciamento linear que se constrói sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem absolutamente por objeto a guerra; ela tem por objeto um espaço muito especial, *espaço liso*, que ela compõe, ocupa e propaga. O *nomadismo* é precisamente esta combinação máquina de guerra–espaço liso.”¹³⁹

As estratégias de cuidado são produzidas pelas lutas, embates, pelas resistências travadas nas relações de poder. Estratégias que nada mais são do que dispositivos de uma biopolítica que se pretende *menor*, um movimento de entremeio, de *entre-lugar* que relativiza as fronteiras entre um e outro campo de saber, justamente para promover a multiplicidade. Os dispositivos *menores* não se

¹³⁸ Idem, p. 435. Tradução nossa: “Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho de Estado, exterior a sua soberania, anterior a seu direito: ela vem de outro lugar. *Indra, o deus guerreiro, não se opõe menos a Varuna do que a Mitra.* Não se reduz a um dos dois, tampouco forma um terceiro. Seria antes como a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose. *Desata o liame assim como trai o pacto.* Faz valer um *furor* contra a medida, uma celeridade contra a gravidade, um segredo contra o público, uma potência contra a soberania, uma máquina contra o aparelho”.

ajustam às exigências da moral sedentária do Estado. Sua moral não é a da comunidade, mas a do bando. Suas regras são as de uma *minoría* que não se mistura – mesmo que, na aparência, ela pareça fazer parte do aparelho de estado.¹⁴⁰

¹³⁹ Gilles Deleuze, *Conversações*, 1992, p. 47.

¹⁴⁰ Cf. Regina Schöpke, *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*, 2004, p. 170.

CAPÍTULO V

EXPERIÊNCIA-RIZOMA

Neste ponto do estudo empreendido, já nos autorizamos a designar a experiência como rizomática, uma experiência-rizoma que funcionou no *aparelho repressivo do Estado*, como designa Althusser. Isso por si só reforça o que já vinha sendo dito: o Programa de Saúde se constituiu em uma experiência-rizoma que movimentou forças no sentido de pôr em funcionamento uma máquina de guerra. Desse modo, consideramos o agenciamento das diferentes *linhas* que o compuseram e de como *fizeram fugir*. Estas linhas, por sua vez, apontam às direções da experiência, alguns de seus aspectos, como, por exemplo, como no seu percurso se constituiu a *pedagogia menor* do cuidado. A experiência não compreende somente o trabalho realizado pelas equipes nos Centros de Saúde, através das linhas de cuidado potencializadas no seu percurso, mas igualmente o processo que o antecedeu e que criou suas condições de possibilidade; entendemos que o presente estudo da experiência do Programa não deixa de se constituir em uma experiência outra da experiência. Referimos-nos ao conjunto de linhas, estratificadas e de fuga, que possibilitaram a existência mesmo do Programa como um acontecimento, as linhas que se agenciaram para fabricá-lo. Como disse Deleuze, “cada coisa tem sua geografia, sua cartografia, seu diagrama”.¹⁴¹ Basta que tomemos cada coisa na sua multiplicidade, incluindo-se aí as linhas que desfazem ou desorganizam as formas constituídas e instituídas, melhor dizendo, as linhas de desterritorialização. Nesse sentido, o Programa tem a sua cartografia, o seu agenciamento linear construído sobre linhas de fuga e linhas de segmentaridade.

O deslocamento do sentido para novos territórios

O percurso da experiência compreende os deslocamentos de perspectivas do Programa desde a sua formulação inicial ao seu efetivo funcionamento, os objetivos, os procedimentos pré-estabelecidos, os contornos não previstos na versão governamental adquiridos ao longo do percurso. Propomo-nos a destacar e analisar alguns sinais que apontem para esse deslocamento de sentidos. Tomamos, para isto, como ponto de partida, o primeiro material impresso de divulgação do Programa (folder), o livro-relatório e o texto inicial do projeto de implementação do Programa na referida unidade que coordenamos. Esses materiais serão confrontados com outros documentos e outras práticas ocorridas no processo da experiência. Estes sinais indicam alguns efeitos do trabalho das linhas, como se desenharam, como linhas de fuga, seu possível bloqueio por linhas duras e, inversamente, como linhas duras podem sofrer desterritorialização.

A análise dos deslocamentos produzidos pelas linhas, por sua vez, permite-nos ver como a experiência foi sendo transformada, como as práticas mantiveram-se atreladas a um modelo tradicional de gestão em saúde ou como fizeram fugir deste. Propomo-nos a examinar em que medida a interação entre pessoas, saberes, práticas fez dessa experiência um acontecimento. Medida não no sentido de quantidade, pois não se trata de uma medida numérica, mas sim de como a experiência alcançou a dimensão de um acontecimento, marcando alguma diferença e inovação no modo como se permitiram explorar novos territórios. Enfim, o que interessa saber é como o Programa funcionou na unidade enfocada e não o que significou ou representou. Funcionalismo tomado aqui conforme o ponto de vista de Deleuze e Guattari:

¹⁴¹ Gilles Deleuze, *Conversações*, p. 47.

“Somos puramente funcionalistas: o que nos interessa é como alguma coisa anda, funciona, qual é a máquina. Ora, o significante ainda pertence ao domínio da questão ‘o que isso quer dizer?’, é esta questão mesma enquanto questão interdita”.¹⁴²

Para Deleuze, tentaram estabelecer o funcionalismo na esfera dos grandes conjuntos estruturados, que não são os seus domínios de origem. “Em compensação, o funcionalismo impera no mundo das micromultiplicidades, das micromáquinas, das máquinas desejanças, das formações moleculares”.¹⁴³ O modo como o Programa funcionou promoveu pequenos deslocamentos. Desse modo, perguntamo-nos se os deslocamentos de sentidos do Programa ao longo de seu percurso poderiam ser considerados reterritorializações ou desterritorialização.

Talvez justamente em decorrência da tão celebrada via nômade da filosofia de Deleuze e Guattari se explique, em parte, o erro de pensarmos que toda linha de fuga estaria forçosamente associada à criação e invenção ou à mudança sempre para melhor. Não que não haja absolutamente as condições de possibilidade para tal, mas é preciso certa cautela, pois, conforme já alertaram os dois filósofos, nem sempre uma linha de fuga cumpre com sua função de fazer fugir e criar:

“Pode-se definir os tipos de linha; daí não se pode concluir que esta é boa e aquela ruim. Não se pode dizer que as linhas de fuga sejam forçosamente criadoras; que os espaços lisos sejam melhores que os segmentarizados ou os estriados: como mostra Virilio, o submarino nuclear reconstitui um espaço liso a serviço da guerra e do terror. Numa cartografia, pode-se apenas marcar caminhos e movimentos, com **coeficientes de sorte e de perigo**. É o que chamamos de ‘esquizoanálise’, essa análise das linhas, dos espaços, dos devires. Parece que é ao mesmo tempo muito próximo e muito diferente dos problemas da história. (grifos nossos) ¹⁴⁴

Para melhor entender como os autores chegam a essa conceituação é necessário acompanhar um pouco o funcionamento da máquina de guerra. Para

¹⁴² Idem, p. 33.

¹⁴³ Idem, p. 23.

¹⁴⁴ Idem, p. 48.

eles, a máquina de guerra é um agenciamento linear construído sobre linhas de fuga, não tendo absolutamente a guerra por objeto.¹⁴⁵ Contudo, há casos em que a máquina de guerra toma a guerra por objeto, precisamente “quando os aparelhos de Estado se apropriam da máquina de guerra que a princípio não lhes pertencia”.¹⁴⁶ Nesse sentido, pode-se dizer que um jogo de sorte e perigo constitui o trabalho das linhas. Corre-se sempre o risco, pois:

“On fait une rupture, on trace une ligne de fuite, mais on risque toujours de retrouver sur elle des organisations qui restructurient l’ensemble, des formations qui redonnent le pouvoir à un signifiant, des attributions qui reconstituent un sujet – tout ce qu’on veut, depuis les résurgences oedipiennes jusqu’aux concrétions fascistes. Les groupes et les individus contiennent des microfascismes qui ne demandent qu’à cristalliser”.¹⁴⁷

O submarino nuclear a serviço da guerra, do terror ou da destruição ilustra bem como a ciência de Estado, através de seu aparelho militar, reconstitui uma invenção da ciência nômade. A energia nuclear é um experimento, uma *fabulação* na sua pura forma de exterioridade ao aparelho de Estado, uma invenção nômade capturada pela instituição militar e transformada em aparelho de guerra. A guerra do Estado é uma guerra institucionalizada, ao passo que a guerra travada pela ciência nômade é sem linha de combate, sem batalha. A bomba de Hiroshima é outro exemplo vivo de como uma invenção pode ser apropriada pela instituição militar e transformada em aparelho de destruição em massa. Ou então a brilhante invenção do avião por Santos Dumont, quase imediatamente após sua invenção usada a serviço da guerra como lança-bombas. É por esta razão que

“Il ne suffit pas d’affirmer que la machine de guerre est extérieure à l’appareil, il faut arriver à penser la machine de guerre comme étant elle-même une pure forme

¹⁴⁵ Idem, p. 47.

¹⁴⁶ Idem.

¹⁴⁷ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p. 16. Tradução nossa: “Faz-se uma ruptura, traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestruturam o conjunto, formações que voltam a dar o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito – tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as concreções fascistas. Os grupos e os indivíduos contêm microfascismos que não pedem mais do que cristalizar”.

d'extériorité, tandis que l'appareil d'Etat constitue la forme d'intériorité que nous préférons habituellement pour modèle, ou d'après laquelle nous avons l'habitude de penser [...] L'Etat n'a pas par lui-même de machine de guerre; il se l'appropriera seulement sous forme d'institution militaire, et celle-ci ne cessera pas de lui poser des problèmes. D'où la méfiance des Etats vis-à-vis de leur institution militaire, en tant qu'elle hérite d'une machine de guerre extrinsèque". (grifos nossos)¹⁴⁸

Do movimento institucionalista francês veremos surgir uma dinâmica de leitura e de intervenção do campo social relativamente nova e diferenciada. Nascerão novos conceitos, novas ferramentas de trabalho para designar aquilo que semelhantemente no pensamento de Deleuze e Guattari foi chamado de matéria-feita e virtual, ou então de atual e virtual. O *instituído* e o *instituinte*, empregado por Castoriadis nos anos de 1964-65, será retomado por René Lourau sob o nome de *institucionalização*. O instituinte é o outro nome para a resistência, a contestação, a inovação, a fabulação, a experimentação. Já o instituído não é outra coisa senão a ordem estabelecida, as regras, os valores, os modos de organização tidos como normais, ideais. Assim, o instituinte é a própria *negatividade* que vem recusar o instituído, o universal. Um terceiro momento denominado de *institucionalização* será proposto por Lourau no sentido de se superar a contradição entre o instituído e o instituinte. Para a análise institucional, "a instituição não pode viver como entidade curvada sobre si mesma. Ela só pode sobreviver alimentando-se do sangue novo que lhe vem do exterior".¹⁴⁹

Em *Mille plateaux* encontramos importantes passagens em que Deleuze e Guattari recusam qualquer tentativa de problematização pela via dualista, mostrando o melhor e o pior tanto das/nas árvores quanto do/no rizoma. Deleuze e

¹⁴⁸ Idem, p. 438-9. Tradução nossa: "Não é o bastante afirmar que a máquina de guerra é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar [...] O Estado por si só não tem máquina de guerra; dela ele se apropriará somente sob forma de instituição militar, e nunca deixará de lhe criar problemas. Donde a desconfiança dos Estados frente à sua instituição militar, dado que ela procede de uma máquina de guerra extrínseca".

¹⁴⁹ Remi Hess, *O movimento da obra de René Lourau*, In: ALTOÉ, Sônia. p. 22.

Guattari vão dizer que “les arbres ont des lignes rhizomatiques, mais le rhizome a des points d’arborescence”.¹⁵⁰ Também dizem que “il existe des structures d’arbre ou de racines dans les rhizomes, mais inversement une branche d’arbre ou une division de racines peuvent se mettre à bourgeonner en rhizome.”¹⁵¹ Pode parecer tautológico, mas não é: o Estado e suas ciências têm *arboridades rizomáticas*. As ciências de Estado tentam reterritorializar os conteúdos da ciência nômade e esta última, por sua vez, tenta desterritorializar a forma de organização da primeira. Trata-se bem mais de um jogo do que propriamente um planejamento estratégico, em que, como diz Deleuze, interpõem-se *coeficientes de sorte e perigo*. Esta dinâmica de captura também pode ser pensada desde a noção foucaultiana de resistência: não há dominação absoluta, sempre há uma força de resistência trabalhando contra a dominação e a soberania. Não obstante o esforço das ciências de Estado de tentar dominar as ciências nômades, estas não conseguem cumprir totalmente este objetivo, pois sempre resta a possibilidade de uma linha fazer fugir um importante elemento na organização da forma-Estado.

Deste modo, supor-se-ia à primeira vista a existência de um dualismo ao se oporem mapas e decalques, árvores e rizomas, ciência nômade e ciência sedentária. Todavia a filosofia de Deleuze e Guattari não se deixa cair nesta vala comum do jogo dualista. Existe toda uma trama, cruzamentos de linhas de diferentes naturezas, há “des agencement très différents cartes-calques, rhizomes-racines, avec des coefficients de déterritorialisation variables”.¹⁵² Não há oposição dualista entre um suposto lado bom e um lado ruim, e é neste sentido que pretendemos conduzir a nossa análise, com uma terceira margem, uma terceira via.

¹⁵⁰ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p. 47. Tradução nossa: “As árvores têm linhas rizomáticas, mas o rizoma tem pontos de arborescência”.

¹⁵¹ Idem, p. 23. Tradução nossa: “Existem estruturas de árvores ou de raízes nos rizomas, mas, inversamente, um galho de árvore ou uma divisão de raiz podem recomeçar a brotar em rizoma”.

¹⁵² Idem. Tradução nossa: “(...) agenciamentos muito diferentes de mapas-decalques, rizomas-raízes, com coeficientes variáveis de desterritorialização”.

É de dentro de um órgão do Estado que surge a iniciativa do Programa, arraigada à identidade da Secretaria de Segurança Pública. Assim, o Programa faz parte das práticas de governo, e de alguma maneira é tocado pela proposta do governo que assumiu o comando de Estado, o qual tenta pôr em prática seu discurso de campanha. São, pois, preservados elementos da formação discursiva do partido político que chegou ao poder, o Partido dos Trabalhadores (PT). Referimo-nos a alguns elementos, pois estar na posição executiva transforma a estrutura inicial. Mas, de certa forma, veremos que o discurso de campanha vai orientar a concepção de Estado desde as relações de poder partidárias, definindo como o Estado deve gerir os recursos, qual deve ser o seu poder de influenciar e ser influenciado, ou seja, de afetar e ser afetado, assim como deliberar sobre aquilo que Foucault chamou de governo dos outros. No folder de divulgação do Programa estão presentes algumas *palavras de ordem*, marcando as práticas de cuidado e as chamadas políticas públicas de saúde. Na análise deste documento, logo a seguir, trataremos do funcionamento destas palavras de ordem, interpretando efeitos de sentidos que lhes concernem.

Tomado na perspectiva do acontecimento, a iniciativa do Programa produziu, de um lado, efeitos de transversalidade (atração pela heterogeneidade), de outro lado, efeitos de universalidade (atração pelo homogêneo). Mas esses *dois lados* não se constituem em dois mundos distintos, opostos, separados, incomunicáveis, eles fazem parte do mesmo mundo. Dizer, então, que houve efeitos de transversalidade e efeitos de universalidade que fizeram do Programa um acontecimento (político, discursivo, clínico, pedagógico, sociológico, psi, ético-estético etc.), não implica supor uma batalha entre duas forças de natureza diferentes, e onde uma delas teria, supostamente, vencido a outra. Não se trata de uma luta em que vence o mais forte e perde o mais fraco. Pensar em termos do mais forte *ou* do mais fraco é o mesmo que pensar em termos do maior *ou* do menor, bem diferente de pensar em termos do maior *e* do *menor*: *ou* não tem o mesmo sentido que *e*. Vencer ou ser vencido, vencedor ou vencido fazem parte de

uma lógica que está mais em sintonia com um tipo de escrita da história que é, o mais das vezes, o próprio apagamento da memória, justamente porque a memória não pode e não deve ser confundida com a história.¹⁵³ Isso porque as relações de poder supõem sempre resistência. É como diz o Foucault de Deleuze:

“[...] le dernier mot du pouvoir , c’est que *la résistance est première*, dans la mesure où les rapports de pouvoir tiennent tout entiers dans le diagramme, tandis que les résistances sont nécessairement dans un rapport direct avec le dehors dont les diagrammes sont issus. Si bien qu’un champ social résiste plus encore qu’il ne stratégise, et que la pensée du dehors est une pensée de la résistance”.¹⁵⁴

La pensée du dehors de Foucault foi traduzido no Brasil como *O pensamento do exterior*, o que poderia levar o leitor mais desavisado a concluir que a exterioridade e o *fora* seriam uma única e mesma coisa. Para Deleuze, o *lado de fora* não se confunde com o exterior porque o primeiro não tem forma, é “fait de distances indécomposables par lesquelles une force agit sur une autre ou est agie par une autre”.¹⁵⁵ O *pensamento do fora* faz desorganizar a forma interior que nos habituamos a tomar por modelo, uma vez que ele agencia se conectando com forças móveis, num devir permanente, sempre *minoritário*, portanto, inventivo, criativo. Esse pensamento do fora, “ce dehors informel, c’est une bataille, c’est comme une zone de turbulence et d’ouragan, où s’agitent des points singuliers, et des rapports de forces entre ces points”.¹⁵⁶

Mesmo entre as ciências de Estado e as ciências nômades não ocorre uma luta em que ganha uma e perde a outra, não obstante cada uma possuir características próprias e funcionarem diferentemente. É como se tivesse havido

¹⁵³ A noção de *história a contrapelo* de Walter Benjamin é ilustrativa do que queremos dizer.

¹⁵⁴ Gilles Deleuze, *Foucault*, 2004, p. 95-6. Tradução nossa: “(...) a última palavra do poder é o primado da resistência, na medida em que as relações de poder mantêm-se por inteiro no diagrama, ao passo que as resistências estão necessariamente numa relação direta com o fora, de onde vieram os diagramas. De forma que um campo social mais resiste do que cria estratégias, e o pensamento do fora é um pensamento da resistência”.

¹⁵⁵ Idem, p. 92. Tradução nossa: “(...) feito de distâncias indecomponíveis através das quais uma força age sobre outra ou recebe a ação de outra”.

dois diferentes Programas. Aquele por parte do Estado, com seus estratos, em seu sonho de transparência, em sua pretensão de produzir grandes feitos e se constituir em modelo de referência (o próprio folder aponta a este sentido, como poderá ser visto adiante). Mas podemos dizer que o Programa não foi um só, funcionando ora a partir de vetores molares, ora a partir de vetores moleculares, conforme o agenciamento em questão.

Na verdade, todos os Programas estatais têm essa sobreposição de enunciadores. O Estado assume o Programa como de sua autoria e delega a outros a concretização dessa *missão*, aliás, cabe ressaltar, missão fadada a não-coincidências. Mas tem-se o Programa também em sua micro-física, conectando-se a um *lado de fora* na produção de micro-eventos, potencializando modos *menores* de cuidar e desarranjando as formas constituídas e instituídas. Produção de transparência, mas também produção de opacidade. O Programa na sua redenção e na sua *duração*. A natureza de uma proposta de governo posta em execução por equipes delegadas a ter um entre-lugar de diferenças várias. Através do cruzamento de linhas das mais diferentes naturezas se criaram espaços e novas ferramentas de trabalho, novos modos de compor os planos terapêuticos a cargo de uma equipe que poderíamos designar como *grupal*; uma maneira significativamente distinta de entender o dispositivo *grupal* que ultrapassaria as metas inicialmente estabelecidas pelo projeto. Não foram criadas novas e inventivas ferramentas de trabalho somente porque o público-alvo era diferente, ou então porque o grau de sofrimento dos policiais era mais intenso e, conseqüentemente, demandaria uma abordagem diferenciada, mas justamente porque havia todo um conjunto de situações que criou as condições de possibilidade para uma experimentação de práticas mais inventivas. Dizendo de outra forma, houve um alto coeficiente de transversalidade em quase todas as instâncias da segurança pública que potencializaram essas forças de mudança. Do

¹⁵⁶ Idem, p. 129. Tradução nossa: “(...) esse fora informe é uma batalha, é como uma zona de turbulência e de furacão, onde se agitam pontos singulares, e relações de força entre esses pontos”.

contrário, seria um programa de saúde como outro qualquer, seguindo basicamente um modelo pré-estabelecido.

O conceito de transversalidade ajuda-nos a entender melhor a correlação de forças e o entrecruzamento de linhas na constituição do Programa. Este conceito foi introduzido na *análise institucional* por Guattari em 1964, em substituição ao conceito psicanalítico de transferência/contra-transferência institucional. Guattari prefere cunhar outro conceito porque a transferência está calcada nas descobertas freudo-lacanianas da clínica privada, individual. Embora este período da sua produção intelectual ainda esteja marcado por sua formação lacaniana, Guattari começa a criar conceitos próprios e a se afastar da psicanálise. Vejamos o que ele diz no texto *A transversalidade*:

“Como proteção provisória destinada a preservar, ao menos por algum tempo, o objeto de nossa prática, proponho introduzir no lugar da noção demasiado ambígua de transferência institucional um novo conceito: *transversalidade do grupo*. Transversalidade por oposição a: - uma verticalidade que se encontra, por exemplo, nas descrições feitas pelo organograma de uma estrutura piramidal (chefes, subchefes etc.); - uma horizontalidade como aquela que se pode realizar no pátio do hospital, na ala dos agitados, ou melhor, a dos cretinos, isto é, certo estado de fato em que as coisas e as pessoas se arranjam como podem à situação na qual se encontram”.¹⁵⁷

A horizontalidade que ocorre no pátio do hospital psiquiátrico pode ser entendida como os efeitos dos vetores molares institucionais produtores da subjetividade de massa ou de grupo que homogeneizam as diferenças e reprimem os espaços de inventividade. A própria divisão dos espaços físicos é planejada para preservar ao máximo a idéia de confinamento e evitar ao mínimo o livre trânsito. Nenhum psiquiatra até hoje conseguiu provar de modo científico que a situação institucional que convoca os procedimentos de isolamento e confinamento proporcione quaisquer benefícios ao tratamento. Pelo contrário, há décadas o

¹⁵⁷ Félix Guattari, *Psicanálise e transversalidade*, 2004, p. 110.

movimento avança em direção à derrubada dos muros para mostrar o lado desumano da psiquiatria conservadora, seus métodos medievais e ineficientes, os altíssimos índices de reincidência e a institucionalização da loucura. Mesmo assim, apesar das mudanças ocorridas para se modificarem as estruturas e o funcionamento das instituições psiquiátricas, em alguns casos até mesmo com a interdição de sua existência como espaço físico, persiste quase inabalável o modelo que ela instituiu. Elimina-se o espaço físico do confinamento, mas continua a se produzir sua lógica de tratamento, com algumas concessões humanitárias aqui e acolá.

Levando em consideração os limites da verticalidade e da horizontalidade, Guattari cria o conceito de transversalidade para cumprir com a importante função de:

“[...] superar os dois impasses, quais sejam o de uma verticalidade pura e o de uma simples horizontalidade; a transversalidade tende a se realizar quando ocorre uma comunicação máxima entre os diferentes níveis e, sobretudo, nos diferentes sentidos”.¹⁵⁸

Outro notável analista institucional francês, René Lourau, também se valeu do conceito de transversalidade, ao mesmo tempo em que denunciou a inflação dos usos que tal conceito sofreu, a ameaça de mitificação, o risco de aos poucos se tornar em um truque profissional. Vejamos como Lourau o define:

“Designa o que aparece parcialmente na pré-intervenção ou pré-enquête que antecede a intervenção e, sobretudo, no próprio decurso da intervenção, a saber: o entrecruzamento de pertencimentos e referências (sociais, econômicas, ideológicas, políticas) do coletivo constituído pelo grupo-cliente e pelo(s) socioanalista(s), podendo uma parte mais, ou menor do grupo-cliente estar ausente do campo de intervenção, mas nunca do campo de análise”.¹⁵⁹

¹⁵⁸ Idem, p. 111.

¹⁵⁹ Sônia Altoé, *René Lourau: analista institucional em tempo integral*, 2004, p. 132.

Para que haja mais do que trocas de saberes, experiências, vivências, práticas de cuidados entre as áreas envolvidas no Programa, não basta que se fale em tecnologias de cuidado mais rizomáticas, desterritorializadas ou nômades. É preciso insistir na idéia de que o foco principal da experiência com o Programa foram instituições policiais e não práticas alinhadas ao cuidado exclusivamente individual. E se não houve total exclusão de acolhimentos e acompanhamentos de tipo individuais (e mesmo de casais ou familiares) por parte do Programa foi porque se entendia que tal perspectiva de trabalho também poderia ser um termômetro das ressonâncias do mundo do trabalho e sua institucionalização nos processos de subjetivação.

Pensar o quanto estas instituições se permitem ou não dialogar, abrir-se, ceder com relação a outras instituições e grupos que à primeira vista nada teriam em comum indica seus coeficientes de transversalidade. O funcionamento da hierarquia, da comunicabilidade, da dialogicidade entre os membros e grupos internos das organizações policiais e do seu entorno podem dizer bastante dos coeficientes de transversalidade. Guattari vai dizer que o coeficiente de transversalidade numa instituição *mede* a sua capacidade de visão, de leitura, de abertura, de comunicabilidade, modificação e transformação. Quanto mais a comunicação permanecer num plano demasiado formal, horizontal ou vertical, mais baixo será o seu coeficiente de transversalidade, em conseqüência, menos móvel será o trânsito de fluxos entre as instâncias que compõem o grupo ou a instituição. Ele sublinha a importância do coeficiente com um exemplo que provavelmente tenha feito parte de sua longa experiência de trabalho com grupos:

“Pensemos no raríssimo caso em que haja um coeficiente de transversalidade bem alto entre os internos; como esses em geral não detêm poder real algum sobre a instituição, esse forte coeficiente de transversalidade vai permanecer latente e só vai ter repercussões sobre um ambiente bem limitado”.¹⁶⁰

¹⁶⁰ Félix Guattari, *Psicanálise e transversalidade*, 2004, p. 111.

Não podemos esquecer que a linha de fuga é sempre transversal e é na diagonal que ela é traçada. Assim, “é quando ligadas transversalmente que as coisas perdem sua fisionomia, deixando de ser pré-identificadas por esquemas prontos”.¹⁶¹

No *Mille plateaux* a noção de transversalidade reaparece para ilustrar como um certo sentido rizomático pode ser encontrado em parte da literatura americana e inglesa, porém o conceito manterá o mesmo sentido atribuído por Guattari:

“*Entre* les choses ne désigne pas une relation localisable qui va de l’une à l’autre et réciproquement, mais une direction perpendiculaire, un mouvement transversal qui les emporte l’une et l’autre, ruisseau sans début ni fin, qui ronge ses deux rives et prend de la vitesse au milieu”.¹⁶²

Este *entre* do rizoma de que falamos Deleuze e Guattari não define propriamente um lugar demarcado, uma posição determinada, nem tampouco uma relação localizável, uma vez que “un rhizome ne commence et n’aboutit pas, il est toujours au milieu, entre les choses, inter-êtrer, *intermezzo*”.¹⁶³ O *entre* é direção perpendicular por onde passam os fluxos, o movimento transversal que não permite que o que está no âmbito da horizontalidade e da verticalidade constitua território. O *entre* é o meio que faz com que as coisas ganhem velocidade.

É preciso que se diga que a análise das implicações está indissociada do conceito operacional de transversalidade, portanto, ao aumentarmos o índice ou o coeficiente de transversalidade de um grupo estaremos conseqüentemente

¹⁶¹ François Zourabichvili, *O vocabulário de Deleuze*, 2004, p. 61.

¹⁶² Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p. 37. Tradução nossa: “*Entre* as coisas não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra, riacho sem começo nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”.

¹⁶³ Idem, p. 36. Tradução nossa: “Um rizoma não começa e não conclui, ele está sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, *intermezzo*”.

colocando “em ação análise das implicações, não como uma ‘coisa de especialistas’, mas das análises sem autoria personificada, ou melhor, de autoria coletiva”.¹⁶⁴

Nem é preciso dizer que o aparelho policial tem uma forte tendência ao fechamento, ao reforço de práticas diversas de manutenção do seu funcionamento de modo à conservação. A mudança mais de fundo, que antecedeu o Programa e sua potencialidade de mudança, vem da política da Secretaria de Governo Estadual, que por sua vez se filia à filosofia e plano de ação do partido político que assumiu o governo, como já foi referido. Cabe alertar que, apesar da referência aos partidos políticos, não é objetivo desta tese entrar nas determinações de gestão política mais amplas. O que se quer acentuar apenas é que não são manifestações isoladas. Não se pode pensar o Programa como a fonte do discurso. O governo teve como meta mexer na segurança, e isso já é uma posição discursiva diferente em relação às linhas de ação dos governos anteriores.

Muito embora as alterações propostas se coloquem dentro dos princípios constitucionais do Estado Jurídico amplo, algumas desacomodações se traduziram em práticas visíveis. Destacamos a seguinte, pela implicação direta com o Programa. No livro-relatório, encontra-se, na página 204, cópia do Decreto 39.881, de 17 de dezembro de 1999¹⁶⁵; selecionamos este documento como importante, porque trata do desalojamento dos oficiais superiores da Brigada Militar das residências do Estado, as quais foram posteriormente transformadas nos Centros de Saúde do Programa, em cerca de três cidades do interior. Esse fato polêmico ganhou destaque na mídia; trata-se, pois, de um só exemplo dentre outras medidas de impacto tomadas.

O Programa, de iniciativa do Governo do Rio Grande do Sul, foi respaldado em nível nacional, por meio de um convênio estabelecido com o Governo Federal.

¹⁶⁴ Maria Beatriz Sá Leitão *et al*, 2002, p. 15.

¹⁶⁵ Ver anexo.

Incluído no Plano Nacional de Segurança Pública, recebeu o nome de Projeto de Atenção Integral à Saúde Mental da Secretaria da Justiça e da Segurança, órgãos então unificados (Decreto 41.116, de 22 de outubro de 2001¹⁶⁶).

Todo um conjunto de situações parece ter criado as condições de possibilidade de uma experimentação de práticas de cuidado mais inventivas. Que condições foram estas? Poder-se-ia dizer que foram muitas as condições e que enumerá-las todas seria impossível, pois algumas são transparentes, outras opacas e sem origem definida. Apresentamos aquelas que consideramos mais relevantes. Primeiro, é preciso considerar que o Programa surge desde um cenário político de mudanças no setor da segurança pública, de medidas que alteravam a pedagogia dos cursos de formação e dos cursos de atualização da área através de um conjunto de iniciativas que compreendia a inclusão na grade curricular de disciplinas novas, dentre as quais figurava o enfoque da problematização dos direitos humanos, da saúde mental e dos recursos e técnicas ao uso da força e da arma de fogo, até então inéditas em termos de conteúdo e na forma de abordagem. Em segundo lugar, ressaltam-se as ações de reengenharia no que diz respeito ao modo de trabalho dos órgãos que compõem as instituições da segurança pública, propondo-lhes ações integradas, que, pode-se dizer, não eram bem-vindas a uma grande parte de delegados da polícia civil e comandantes da Brigada Militar, uma vez que tal integração modificava a dinâmica institucional de ambas as modalidades de polícia. Somando-se a isso se destaca a inédita iniciativa de alterar o RDSM¹⁶⁷, que remontava à época do regime militar, e que redefiniu deveres e direitos de cada servidor da Brigada Militar, tanto nas suas atividades quanto na relação com seus superiores e na vida funcional.

¹⁶⁶ Ver anexo.

¹⁶⁷ Sigla que significa Regulamento Disciplinar dos Servidores Militares do RS. Art. 1º - O RDSM tem a finalidade de tipificar as transgressões disciplinares e regular as sanções administrativas correspondentes, os recursos, o comportamento e as recompensas policiais-militares. Referências completas constam na bibliografia.

Mas esta demanda de mudanças não provém de uma pronta disposição por parte das organizações policiais. Toda instituição fechada sempre tende a manter a sua soberania, a preservar sua independência com relação às demais instituições. Nos momentos em que ocorrem fortes demandas de aberturas, se restringem a executá-las somente para manterem sua sobrevivência política numa sociedade dita democrática. Mas há sempre captura e resistência. Poder-se-ia dizer que a sociedade é que determina as mudanças que devem ser efetuadas nas polícias? Por certo que não, muito embora a sociedade peça reiteradamente por uma maior eficiência e empenho das polícias na solução do problema crescente da violência e da criminalidade. A mídia insiste no registro de fatos que apontam a uma ação mais efetiva da polícia, os partidos colocam a segurança nas plataformas, são postas grades nas casas, alarmes, os motoristas não param nas sinaleiras à noite etc.

Destaco também as duas etapas no processo de construção do Programa. A fase inicial de elaboração das diretrizes e a fase de funcionamento do mesmo. A segunda fase foi de implementação e como não seria imprevisível, não correspondeu integralmente às diretrizes estabelecidas no projeto original, segundo a Portaria nº 220, de 2 de dezembro de 2002 da SJS¹⁶⁸. Nessa Portaria podem-se constatar sentidos de pioneirismo, tais como: o atendimento em grupo, a *VisitAção* para análise e intervenção na realidade institucional; atividades intra e interinstitucionais, visando a melhorar a integração do agente de segurança na sua comunidade. Inclusive a idéia de trabalho em equipe transdisciplinar já era destacada no artigo 13 do capítulo III, no item Da Execução.¹⁶⁹ Logo a seguir, ao analisar o primeiro material de divulgação do Programa, ficarão mais claras as prioridades estabelecidas nesta primeira etapa do trabalho e o seu posterior deslocamento para um sentido de trabalho mais grupal e institucional. A prática no dia-a-dia nos Centros de Saúde, acolhendo e atendendo os primeiros usuários, fazendo as primeiras visitas aos locais de trabalho (delegacias, quartéis,

¹⁶⁸ Ver anexos.

¹⁶⁹ Rio Grande do Sul, 2003, p. 207.

penitenciárias, academias de polícia, instituto geral de perícias, corpo de bombeiros etc.), os primeiros contatos com os comandos das corporações, a realização das oficinas de expressão corporal e artística, as barulhentas assembléias gerais do corpo técnico, as reuniões quinzenais das coordenações dos Centros de Saúde, o trânsito dos coordenadores dos Centros no gabinete do secretário da SJS¹⁷⁰ com as velhas questões de caráter político-burocrático, tudo isso mostrou facetas, detalhes, nuances do ambiente institucional das polícias e uma maior proximidade subjetiva com a realidade do exercício da atividade policial. Tratava-se, na realidade, de uma disposição para mudar o que se costuma chamar, em sociologia e em psicologia social, de cultura institucional, e para que isso acontecesse era preciso trabalhar com os coeficientes de transversalidade.

A seguir, passaremos a analisar o material de divulgação do Programa – o folder – onde encontramos preciosos indicadores da sobreposição de enunciadores, os quais assumem o lançamento do Programa.

O folder de divulgação do Programa

Este estudo de doutorado estabelece interfaces temáticas com nossa pesquisa de mestrado, podendo ser considerado sua continuidade, conforme já foi dito anteriormente. Para analisar o *corpus*, levamos em consideração um certo tratamento dado à linguagem, ao discurso, ao enunciado, uma vez que nos reportamos à experiência do Programa através do resgate de alguns documentos, tais como a versão original do Programa (projeto), o folder de divulgação, o livro-relatório, o caderno de comunicação da equipe que coordenamos, as fichas de visitas aos locais de trabalho do policial, fichas de acolhimento e acompanhamento e, especialmente, os depoimentos escritos dos usuários e dos profissionais do

¹⁷⁰ O Programa de Saúde foi eleito prioridade de Governo, estando os coordenadores das unidades dos Centros de Saúdes vinculados ao Gabinete do Secretário, o que possibilitava um acesso mais

Programa. Amparamo-nos também em registros ocasionais, feitos em nosso caderno de anotações (diário da experiência), onde constam fragmentos de conversas em reuniões de equipe e de coordenação.

Para analisar o folder de divulgação e os depoimentos escritos partimos do princípio de que não existe um objeto pesquisado passível de ser desvelado por intermédio de instrumentos e teorias que, supostamente, resguardariam a sua essencialidade, separando sujeito e objeto. Michel Pêcheux¹⁷¹, ao ressituar o projeto de uma análise de discurso não mais empenhada em dar conta das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, vai fazer duras críticas à crença de que seria possível garantir o controle sem risco de interpretação.¹⁷² A análise de discurso consiste numa leitura interpretativa, um gesto de leitura, que passa pela descrição de marcas de ênfase no enunciado. Essas marcas passam por um processo de questionamento que as vincula a outros enunciados discursivos. Assim, conforme o caminho analítico que adotamos, as questões levantadas acerca das palavras destacadas para análise desencadeiam efeitos de sentidos diversos, não ditos, mas que coexistem no interior do dito. Dessa forma, o gesto de interpretação subentende que qualquer enunciado pode tornar-se outro, pois há sempre escapância de sentidos, embora conservem de algum modo elementos de filiações anteriores. A formulação escrita, então, é capaz de remeter, via memória histórico-discursiva, ao que foi dito em outras historicidades, resgatando-se essa presença de outros dizeres – não evidentes, mas possíveis – como constituinte do que foi formulado. Para Pêcheux:

“[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a

direto às informações sobre o funcionamento de todos os órgãos da Secretaria de Estado.

¹⁷¹ Michel Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento*, 1997, p.35.

¹⁷² Leonidas Roberto Taschetto, *Profissão policial: efeitos de sentidos de ambivalência nos dizeres de alunos-policiais*, 2002, p. 78.

não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente)".¹⁷³

Já para Foucault, "se a linguagem exprime, não o faz na medida em que imite e reduplique as coisas, mas na medida em que manifesta e traduz o querer fundamental daqueles que falam".¹⁷⁴

Posto isto, uma análise do discurso na perspectiva foucaultiana e pecheutiana procura muito mais potencializar um certo tipo de problematização do que querer propriamente desvendar algum sentido supostamente oculto ou escondido nos enunciados, nas palavras, nas práticas discursivas. Conforme sublinha Veiga-Neto:

"[...] para Foucault, 'ler é problematizar, porque se pode mudar a ênfase dada pelo autor a cada uma de suas páginas'. Trata-se de um tipo diferente de leitura, em que a questão não está em 'fazer o autor dizer o que não disse, ou negar o que afirmou, mas em conferir relevo ao que ele lançou *en passant*. Trata-se, em suma, de jogar com as entonações'. Resumindo, a análise do discurso é concebida, em termos foucaultianos, como a análise das relações entre aqueles 'outros fenômenos', a erupção do discurso e o *dictum*".¹⁷⁵

Certamente, há modos diversos de conceber e praticar a análise de discurso. Na linha fundada por Pêcheux, o percurso da análise não prescinde do lingüístico. Conforme diz Mazière:

¹⁷³ Michel Pêcheux, *O discurso: estrutura ou acontecimento*, 1997, p. 53.

¹⁷⁴ Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, 1992, p. 306.

¹⁷⁵ Alfredo Veiga-Neto, *Foucault e a educação*, 2004, p. 120-21.

“On ne dit pas la même chose en disant autrement. Malgré le recours à une dispersion des types d’énonciation, la formation discursive de Foucault est homogène, et non linguistique”.¹⁷⁶

Continua a autora, destacando a relação entre o intradiscorso e o interdiscorso para a análise do discurso: “Elle est repensée par le collectif à travers le travail sur l’intra- et l’inter-discours et à travers de nouvelles façons de construire le corpus et sa lecture”.¹⁷⁷

Esta perspectiva foi considerada na análise que se segue, na qual a dimensão da formulação, do enunciado, nos propicia acesso ao enunciável.¹⁷⁸

Posição do Programa representada no folder

A divulgação do Programa nas várias esferas da segurança pública se deu, inicialmente, através de cartazes e *folders*. Apesar de seu alto custo, esta opção se justificava pela sua fácil veiculação. Focamo-nos no estudo do folder porque foi o meio de divulgação mais amplamente utilizado e porque nele, diferentemente do cartaz também lançado, há um volume maior de informação, mais diversificada, mesclando signos visuais e signos verbais. O gênero folder mescla os objetivos de divulgar informações e incitar à participação, circulando de mão em mão.

Destacamos a alta qualidade do material do folder: folha modelo A4 dobrada ao meio, papel *coucher*, colorido, com fotos de atividades grupais realizadas nos Centros de Saúde. Além disso, há cópia em tamanho reduzido da

¹⁷⁶ Francine Mazière, *L’analyse du discours: histoire et pratiques*, 2005, p. 56. Tradução nossa: “Não se diz a mesma coisa dizendo de outra maneira. Apesar do recurso a uma dispersão de tipos de enunciação, a formação discursiva de Foucault é homogênea e não lingüística”.

¹⁷⁷ Idem. Tradução nossa: “Ela é repensada via coletivo através do trabalho sobre o intra e o interdiscorso e através de novas maneiras de construção do corpus e de sua leitura”.

versão original do logotipo do serviço de telefone 0800, denominado *acesse a vida*, que servia para prestar informações ou ajuda por telefone, sem necessidade de identificação; o logotipo é colorido, elaborado para funcionar como adesivo, podendo ser afixado em qualquer superfície, tais como em painéis de viaturas, mesas de trabalho, agendas, vidros, murais, portas etc. É interessante observar que ele foi reproduzido três vezes no folder (na contra-capas, na parte interna e na última página).

Outro importante elemento a ser destacado é o fato de não ser comum a destinação de verbas públicas à divulgação de serviços públicos desta natureza, ainda mais em se tratando de um serviço dedicado exclusivamente a um setor dos servidores públicos estaduais. Neste sentido, a qualidade do folder, cartaz e logotipo produzido e de grande circulação no contexto, atestam que o Programa se constituiu em uma prioridade de governo. Somando-se a isto, houve investimento grande em infra-estrutura na implantação dos oito Centros de Saúde, tais como contratação de pessoal, aluguel de imóveis e reformas, aquisição de mobília, assim como diversos outros objetos que serviram de instrumentos de trabalho das equipes.

Começamos analisando a capa do folder:

¹⁷⁸ Todas as formulações destacadas para análise estão em itálico e numeradas por ordem de aparição.



Figura 1: Capa do *folder* de divulgação do Programa.

Como pode ser visto, consta na capa um conjunto de três fotos, mais o enunciado **(1)** *Cidadania e Saúde para os Trabalhadores da Segurança Pública*. Com o uso de dois elementos lexicais, *cidadania* e *trabalhadores*, formação discursiva facilmente reconhecidos como pertencentes ao Partido dos Trabalhadores (PT), que estava no governo do Estado e que assumiu o patrocínio do Programa de Saúde aqui focado, este enunciado indica uma nova designação para o policial: *trabalhadores*. Os policiais passam a ser designados de *trabalhadores* da segurança pública. Chama a atenção o fato de não constar no *folder* nenhuma palavra do léxico usual das organizações policiais para nomear o agente da atividade policial; todas as outras designações correntes são excluídas, substituídas pela designação genérica de *trabalhadores da segurança pública*. Assim, ocorre uma supressão de termos como *policial*, *agente de segurança*, *servidor da segurança*, *profissional da segurança pública*, os quais remeteriam a uma memória que deveria ser apagada para dar espaço a outros sentidos, condizentes com a nova posição discursiva representada no Programa. Ao final do texto do *folder* são nomeadas as cinco

instituições vinculadas diretamente à Secretaria: **(2)** *Polícia Civil (PC)*, *Brigada Militar (BM)*, *Instituto-Geral de Perícias (IGP)*, *Superintendência dos Serviços Penitenciários (Susepe)* e *Departamento Estadual de Trânsito (Detran)*, porém não se nomeiam os seus agentes: policial civil, policial militar ou simplesmente brigadiano, técnico pericial, agente penitenciário, respectivamente. Nessa perspectiva, o outro, no caso o agente de segurança, é sobrecodificado a partir da formação discursiva do Partido dos Trabalhadores. Destaca-se, no policial, sobretudo, o sentido de ser um trabalhador da área da segurança; seria esta nomeação mais nobre do que simplesmente *polícia*? Parece que sim!

No que tange à palavra *cidadania*, podemos dizer que se trata de uma nomeação que permeou várias outras instâncias do governo que assumiu o Programa: a *escola cidadã*, a *segurança cidadã*, o *orçamento participativo*, implicando o sentido de protagonismo dos cidadãos, de responsabilidade e participação nas decisões relacionadas ao destino da aplicação das verbas públicas. É de praxe que um partido que assume o governo imprima traços de sua identidade ideológica às práticas de governo, através do emprego de signos verbais (palavras e termos) e signos não-verbais (uma logomarca, por exemplo) nas campanhas e programas de governo. No caso em questão, o Partido dos Trabalhadores adotou a frase *Estado da Participação Popular* como marca-registrada na administração estadual. Ao final do folder podem ser constatadas logomarca e frase, que funcionam como a assinatura dos autores.

Outra curiosidade do folder é que os profissionais do Programa, ao contrário dos agentes de segurança, não são incluídos na categoria *trabalhadores*. Curioso porque no discurso petista os profissionais da área da medicina e psicologia costumam ser nomeados de *trabalhadores da saúde*, mas neste contexto isso não acontece. Por outro lado, os termos *profissionais* e *técnico* mantêm o sentido comum, ligado ao exercício de cada profissão envolvida no Programa, conforme observamos no texto do folder:

(3) O Programa de Saúde Mental para os Trabalhadores da Segurança Pública dispõe de Centros de Saúde onde oferece *acompanhamento técnico de diversos profissionais*.¹⁷⁹

Entretanto, as palavras *acompanhamento* em *acompanhamento técnico* e *diversos* em *diversos profissionais* sugerem que não será oferecido um *tratamento* ou um *atendimento* tradicional, mas um *acompanhamento*, mais duradouro e qualitativamente diferente daquele já conhecido. E ainda: *diversos* aponta à variedade das formações dos especialistas que atuariam no Programa. Embora não se nomeiem especificamente as áreas dos profissionais, estas são sugeridas por meio destes termos; essa diferença vai ser reforçada por meio das imagens.

Passemos a outro enunciado que consta na contracapa do folder:

(4) A Secretaria da Justiça e da Segurança (SJS) criou no RS um Programa de Saúde Mental para seus trabalhadores. O principal objetivo é atender prioritariamente os casos de maior gravidade como tentativas de suicídio, situações traumáticas, pós-traumáticas e outras formas de violência e sofrimento.¹⁸⁰

Fica evidente que a posição do Governo é de não esconder a gravidade dos sofrimentos; eles são explicitados e nomeados: *tentativas de suicídio, situações traumáticas, pós-traumáticas, outras formas de violência e sofrimento*. Até porque os fatos graves é que justificariam uma ação concreta de governo de tal envergadura.

Há utilização de pelo menos dois tipos de signos no folder: verbais e não verbais. Retornando à capa, é interessante observar que nos parece não haver uma correspondência imediata entre texto e imagens – talvez até mesmo marquem posições diferentes. Há três fotos representando três diferentes atividades, que

¹⁷⁹ Folder de divulgação, parte interna. Consta no anexo a reprodução integral.

¹⁸⁰ Folder de divulgação, contra-capa. Consta no anexo a reprodução integral.

sugerem as práticas de atendimento condizentes com a proposta do Programa: oficina de expressão corporal, acolhimento de um policial por dois profissionais, oficina de grafismo. O sentido de publicidade parece residir justamente no impacto entre a explicitação da violência, por meio dos signos verbais, e do conforto, por meio das imagens.

Parece haver uma relação entre a rudeza do mundo do trabalho policial, evidenciado no texto do folder, e a sensibilidade verificada nas cenas de atividades grupais nas fotos, com mãos que se encontram, olhares que se cruzam, mãos e pés descalços que se tocam, muitas mãos que, coletivamente, desenham figuras abstratas e coloridas em uma única e grande folha de papel. As belas e harmoniosas cenas das fotos contrastam de certa forma com as atividades policiais conhecidas: mãos que pegam em armas, olhos sempre atentos e vigilantes. As imagens das fotos remetendo diretamente ao trabalho terapêutico grupal, harmonioso, integrador, de interação e sincronismo não estariam aludindo, indiretamente, à própria condição de coletividade do trabalho policial? Pois é sabido que não existem resultados positivos nas operações policiais sem que haja planejamento coletivo das ações. O policiamento é quase sempre feito em pares ou em grupo, com raríssimas exceções é feito solitariamente, portanto, trata-se de uma atividade de natureza coletiva.

É interessante atentar para uma expressão vaga que aparece no texto do folder: **(5) outras formas de violência**. Ao mesmo tempo em que não se nomeiam as formas de violência, a própria escolha pela palavra violência é, no mínimo, curiosa, uma vez que seu uso, no contexto da segurança pública, alude à violência policial e não à violência sofrida pelo policial. A que formas de violência estaria o policial submetido? Fica incerto seu emprego no texto. Estariam estas formas de violências relacionadas ao sofrimento psíquico do policial?

No mesmo folder, há uma referência ao trabalho na segurança pública apontando ao efeito de sentido de dificuldade, complexidade e de sofrimento:

*(6) Trabalhar na área da segurança pública caracteriza-se como algo **difícil e complexo**, o que muitas vezes desencadeia **enorme sofrimento mental**. Ansiedade, depressão e agressividade, bem como o uso abusivo de álcool e outras drogas, são situações relativamente comuns quando se está sob **intensa pressão e constantes riscos**, prejudicando as relações interpessoais no âmbito familiar, social e de trabalho.*¹⁸¹

Neste enunciado, o trabalho policial é adjetivado como *difícil e complexo*, podendo, segundo o texto, *muitas vezes desencadear enorme sofrimento mental*; o adjetivo *enorme* funciona como um intensificador do substantivo *sofrimento*, e *muitas vezes* denota a frequência com que isso ocorreria. Até que ponto não estaria o texto reforçando a idéia de que o trabalho nesta área é severo, apontando a uma certa visão fatalista? Há menção explícita de que *quando se está sob intensa pressão e constantes riscos* o pior pode acontecer, sugerindo que o policial não estaria preparado para lidar bem nestas situações, estaria com sua saúde mental em risco. A argumentação, no folder, se orienta para a necessidade de um programa de saúde mental para os trabalhadores de uma profissão na qual são submetidos a pressões e riscos. A política de governo, que enfatiza voltar-se às populações que estão submetidas a situações de risco, passa a estender-se também aos policiais.

Antes mesmo do funcionamento do Programa, já ocorre sua menção em outro folder da Secretaria da Segurança, intitulado *Segurança para o cidadão*, onde são explanados os principais projetos para a área da segurança pública, tais como as operações integradas entre as polícias ostensiva e judiciária, o serviço pericial e o sistema prisional, formação integrada, qualificação profissional, saúde, comando único, novo regulamento disciplinar da Brigada Militar (RDBM), dentre outros (ver

¹⁸¹ Folder de divulgação, contra-capa. Consta no anexo a reprodução integral.

anexos). Percebemos, neste folder, uma posição diferenciada com relação ao folder específico do Programa até aqui analisado, já que pelo menos parece indicar um posicionamento mais cauteloso quanto às possíveis causas de adoecimento dos agentes de segurança. Apresentamos na figura a seguir uma das páginas internas do referido folder. Sem pretender focar o folder exaustivamente para análise, pois o mesmo trata de toda a política da SJS, nos detemos no item *saúde*:

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A reciclagem dos profissionais da segurança pública também é prioritária. Parte significativa das equipes não teve oportunidade de aperfeiçoamento e qualificação depois de formada. O Curso de Atualização sobre Ações Básicas de Segurança Pública traz mais segurança para os servidores e para os cidadãos.

A partir de um treinamento humanizador, os procedimentos antigos são revisados, melhorando o conhecimento profissional e diminuindo a violência. Os cursos baseiam-se em princípios de respeito à dignidade da pessoa humana, para solucionar conflitos por meios não-violentos, sem deixar de cumprir com eficácia as suas funções.

As áreas de reciclagem priorizadas são:

- Uso da Arma de Fogo - com utilização de equipamento de tiro e linha de tiro em ambientes diversificados;
- Laboratório de simulação de ocorrências;
- Uso da força, defesa pessoal policial e capacitação física aplicada;
- Laboratório de informática - com geoprocessamento e análise criminal, internet e ensino à distância.

A meta é reciclar todos os profissionais até o fim do Governo.



SAÚDE

Para reduzir o grau, as conseqüências e o risco de doenças mentais, estresse e dependência química que podem ser causados pela atividade policial, em breve estará em execução o Projeto de Atenção Integral à Saúde Mental, que orienta o tratamento da saúde dos servidores de segurança pública. Inicialmente, serão instalados cinco Centros de Referência nos municípios de Caxias do Sul, Pelotas, Porto Alegre, Santa Maria e Passo Fundo, abrangendo 70% do efetivo. A médio prazo, esse benefício será estendido para as regiões de Santa Rosa e Uruguaiana.

COMANDO ÚNICO

A Secretaria da Justiça e da Segurança Pública, a Brigada Militar, a Polícia Civil, o Instituto-Geral de Perícias, o Detran e a Susepe assinaram protocolo para a criação de um único centro administrativo e operacional, cumprindo a política de integração dos órgãos da segurança pública do Estado. O comando integrado funcionará na rua Voluntários da Pátria nº 1358, em Porto Alegre, onde hoje já funciona o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP), responsável pelo atendimento emergencial de ocorrências policiais, de bombeiros e de perícias.

O CIOSP recebe os chamados da comunidade de Porto Alegre, envia as patrulhas e centraliza as ações policiais integradas. O objetivo do comando único é tornar mais ágil e eficiente o trabalho da polícia gaúcha, através de ações conjuntas e da elaboração de estratégias comuns. Isso facilita a cooperação entre os órgãos, superando interesses corporativos.

Figura 2: Folder da Secretaria da Justiça e da Segurança, parte interna, 2001.

No item *saúde*, na formulação (7) *podem ser causados pela atividade policial*, notamos a ocorrência de um sentido de possibilidade e não de certeza quanto às possíveis causas de adoecimento do agente de segurança, confirmado pelo uso do

modalizador representado pelo verbo poder. Está dito que a atividade policial pode ser a causa de doenças mentais, estresse e dependência química, mas não afirma que ela de fato o seja.

Outra curiosidade observada neste mesmo folder é a ocorrência de três diferentes palavras para nomear o agente de segurança: *servidor*, *profissional* e *policial*. Diferente do folder do Programa, no qual constatamos somente um modo de designação: *trabalhador*. Apesar de se tratar de um folder de formato maior e mais detalhado do que o folder do Programa de Saúde (oito páginas), não há nenhuma ocorrência do termo *trabalhador*. Por outro lado, percebe-se na capa a ocorrência do termo *cidadão* no enunciado-título *Segurança para o cidadão*, seguindo-se, portanto, a tendência de vincular o termo à formação discursiva do Partido dos Trabalhadores, ou seja, o partido como porta-voz do discurso em defesa da cidadania.

Atualmente, pode-se dizer que há praticamente um consenso quanto à necessidade de um serviço de saúde mental destinado aos policiais, conforme salienta Roberto Aguiar:

“[...] um ponto que deve ser levantado que é essencial para o investimento e que atende a reclamos justificados dos quadros da segurança pública: não é possível concebermos uma segurança pública sem um programa de saúde mental que atenda a problemas como o alto número de suicídios dos quadros operacionais das corporações, como a incidência de alcoolismo e drogadição justamente naqueles policiais que têm um trabalho na ponta das atividades-fim”.¹⁸²

O Programa viria para suprir esta deficiência que responde pelos altos índices de dependência química, suicídios e tentativas, estresse e distúrbios mentais nas organizações policiais? Por que se pretende criar um Programa de saúde com características tão distintas, tanto em seu conteúdo programático como

¹⁸² Roberto Aguiar. *Trinta afirmações para uma segurança pública democrática e efetiva*, 2002, p. 9.

em seu funcionamento, do próprio modo como funcionam estas instituições? Estaríamos diante de um Programa que pretende fazer uma diferença na tradição instituída dos aparelhos repressivos do Estado, buscando práticas de cuidado diferentes para constituir os seus agentes? Parece-nos que sim! O Programa vem somar-se ao conjunto de outras medidas de mudanças na área da segurança pública estadual, que pretende transformar e atribuir novos sentidos às atividades policiais.

Retomando o folder do Programa, parece-nos estar claro um sentido de cura, de tratamento, pois é dito que o Programa desponta como uma resposta, uma reação ao sofrimento mental decorrente do difícil exercício profissional. Nesta etapa, é este sentido que emerge em todo o material impresso da Secretaria da Segurança e também o sentido verificado nas conversas informais com comandantes da Brigada Militar, delegados de Polícia Civil, agentes penitenciários e demais pessoas ligadas à atividade policial. Somente depois de implementados os Centros de Saúde e constituídas as equipes é que veremos gradativamente surgir uma atenção às questões institucionais, ampliando-se o escopo da experiência do Programa com atenção aos estratos institucionais das organizações policiais.

A atividade policial é descrita no folder com uma linguagem que reforça uma imagem fatalista da profissão, talvez até mesmo uma posição paranóica. Certamente que esta imagem é re-atualizada, ressignificada a partir do discurso do partido governante, contudo buscando sempre preservar algumas características identitárias, que fazem parte da formação discursiva que lhe é inerente. A nova designação de *trabalhadores* proposta (ou imposta), qual seja a de *trabalhadores da segurança pública*, não era bem-vinda, como pudemos constatar nas interlocuções diversas das quais participamos porque vinha de fora da polícia, porque pretendia mudar a identidade da polícia, colonizá-la com as linhas duras da ideologia do discurso político partidário. Tanto isto é verdade que muito na época se ouvia falar, especialmente de parte dos representantes políticos dos partidos de oposição ao

governo e de oposição à política de segurança pública em andamento, que o PT estaria partidarizando as polícias, a educação, os conflitos pela posse da terra, os movimentos sociais etc. Sabe-se que a migração de um vocabulário característico de uma formação discursiva à outra formação discursiva provoca alterações de sentidos. As palavras *trabalhador* e *cidadania*, durante muito tempo, e mesmo ainda hoje, porém em menor intensidade, carregam a marca de um discurso que é imediatamente associado ao Partido dos Trabalhadores, como se fosse uma marca-registrada. Esse fato, entretanto, costuma ser mais presente àqueles que exercem suas profissões nas instituições públicas, diretamente afetadas pelas mudanças de governo; não se poderia estender a toda a sociedade. São mais do que palavras com sentidos dicionarizados. São mais do que palavras com sentidos bem demarcados. E são mais do que palavras-identidade. São palavras-enunciado que se vinculam diretamente ao discurso político partidário, apesar de seu emprego em outros contextos e por outros grupos.

Em resumo, tem-se no folder do Programa um jogo entre dois diferentes tipos de signos, conforme já foi dito antes. O signo verbal, referente ao uso de palavras do tipo *cidadania* e *trabalhadores*, ambas associadas ao discurso político do PT. E as imagens (fotos), remetendo às práticas de cuidado do Programa de Saúde. É como se estivéssemos diante de duas diferentes perspectivas sobrepostas, as quais se unem para reforçar a persuasão, representada no folder, à participação no Programa. Em certo sentido, podemos dizer que a perspectiva representada pelo Estado dá o seu sentido segmentarizado às linhas de fuga do Programa. Ao que tudo indica, parece que esses efeitos de sentidos *duros* e *segmentarizados* não chegaram a implicar resistências dos policiais ao Programa.

Vozes dos usuários

Do registro da experiência, sob o ponto de vista dos usuários, reunimos muitos depoimentos escritos, a maioria decorrente de avaliações da sua participação em oficinas lúdico-corporais, algumas delas realizadas no próprio

local de trabalho dos participantes. Há também, no relatório-livro¹⁸³ do Programa, um número expressivo de relatos escritos sobre a experiência dos policiais com o Programa, selecionados a partir do critério de registrar a diversidade de posicionamentos e considerados expressivos por si só. São vozes que assinalam o cotidiano das atividades policiais, o contexto institucional, a vida familiar e privada. Neste mesmo relatório também constam fotos dos espaços físicos dos Centros onde ocorriam as atividades, gravuras e desenhos produzidos nas oficinas de arte, assim como fotos de forte expressão artística de autoria dos próprios agentes de segurança, versando sobre os mais diversos temas. As fotos foram reunidas e fizeram parte de uma exposição itinerante pelos oito Centros de Saúde.

Podemos constatar, de imediato, com base nos registros da experiência do Programa, que se buscou dar visibilidade às vozes dos policiais, à medida que lhes foram solicitados depoimentos, avaliações, expressões artísticas as quais foram também divulgadas em exposições. Esse fato parece mostrar que ao policial foi dado ocupar um lugar diferenciado, em sua inserção no Programa.

Em nosso estudo, além de retomar alguns depoimentos do referido relatório, selecionamos um conjunto de depoimentos escritos de usuários e profissionais do Programa, alguns inéditos, outros de alunos-policiais do *Curso de Atualização*¹⁸⁴. Para a equipe que coordenamos, os depoimentos cumpriam fundamentalmente duas funções: avaliar a receptividade dos usuários às tecnologias de cuidado disponibilizadas e detectar o surgimento de alguns indicadores que apontassem para aspectos da dinâmica institucional, ou seja, tópicos relacionados à vida laboral em seu contexto institucional. Essas duas funções, por sua vez, poderiam indicar direções ao trabalho da equipe, mesmo que fossem tateantes. Ainda que questões de caráter individual se colocassem

¹⁸³ Rio Grande do Sul, *Sujeitos e instituições: modos de cuidar e tratar*, 2003.

¹⁸⁴ Utilizo neste estudo o depoimento escrito de um aluno-policial analisado em nossa pesquisa de mestrado. Trata-se de um depoimento acerca da experiência pedagógica no Curso de Atualização em Ações Básicas de Segurança Pública: O Uso da Força e da Arma de Fogo, ocorrido entre 2000 e 2002.

constantemente, o trabalho da equipe procurava pautar sua prática levando em consideração as linhas transversais que compõem o ambiente no qual a loucura e o sofrimento do policial se engendra. Um exemplo disso eram os planos terapêuticos, elaborados sempre de modo a sofrer alterações, pois com bastante frequência percebiam-se as ressonâncias dos vetores molares da instituição policial nas falas, nos gestos, na expressão corporal dos usuários do Programa. Os depoimentos escritos, somados às avaliações orais ao final das atividades grupais, indicavam possíveis direções às atividades futuras da equipe, assim como possibilitavam problematizar o enfoque conferido e a adequação ou não das técnicas empregadas.

Nesta dimensão analítica da pesquisa da tese, buscamos explorar outros efeitos de sentidos nos depoimentos escritos além da funcionalidade que à primeira vista evidenciam. Muitos destes depoimentos expressam sensações experienciadas as mais diversas: liberdade, alegria, tristeza, motivação, desassossego, descontração, desabafo, harmonia, surpresa, conforto, reflexão, tranquilidade, reconhecimento, pertencimento, união, amizade, bem-estar, alívio.

Se considerarmos que os enunciados e acontecimentos vinculados são sempre e ao mesmo tempo transparentes e opacos, o movimento interpretativo poderia vislumbrar a direção das linhas duras e das linhas de fuga, que se cruzam, que se transversalizam. A opacidade, entendida como o não-explicito, se define pelos efeitos de transversalidade que fazem parte, discretamente, do enunciado. Já o efeito de transparência poderia ser considerado como uma pretensão ao universal.

Alguns efeitos de sentidos

1. Farda e uniforme

Os dois enunciados escolhidos para esta análise foram produzidos por dois policiais militares após participarem de uma oficina de expressão corporal, com mais quinze outros colegas de trabalho, em um dos oito Centros de Saúde:

(8) *Sendo a primeira vez foi bom, proveitoso, mas nas próximas sessões sugiro que não fosse fardado e se possível dividir o grupo em dois. O fardamento às vezes nos limita de relaxar melhor.*

(9) *Acho que o uniforme deveria ser mais leve.*

Quando se tratava de trabalho grupal, as equipes adotavam a estratégia de realização das oficinas tanto nos locais de trabalho dos policiais quanto nas próprias dependências dos Centros. Este grupo de policiais era de alunos de um curso de formação de sargentos. O policial que pleiteia subir de posto na hierarquia da Brigada Militar deve, necessariamente, se inscrever nos cursos de formação que, dependendo da região e do posto pretendido, costumam ocorrer a cada ano, em cidades onde há quartéis considerados de referência regional, ou seja, locais onde há infra-estrutura para tal. Uma vez alunos do curso, os policiais são dispensados das suas atividades laborais costumeiras e se dedicam integralmente às atividades discentes. No caso desta cidade e turma de curso havia policiais de outras cidades vizinhas, muitos deles alojados nas dependências físicas do quartel durante a semana por questões de ordem econômica e de distância geográfica de suas cidades de origem. Com frequência, ouviam-se queixas com relação às dificuldades decorrentes deste aquartelamento voluntário: saudades da família, ausência de privacidade, mudança nos hábitos alimentares, sobrecarga de atividades relacionadas ao curso, tensão causada pelo medo de reprovação em alguma das etapas do curso etc. Este clima tenso fazia com que os comandantes dos quartéis requisitassem aos Centros de Saúde algum tipo de atividade terapêutica.

Nas duas formulações apresentadas é possível encontrarmos marcas que apontam à dificuldade de ver-se distanciado da militaridade. A farda é um sinal dessa militaridade. O policial designa como boa e proveitosa a experiência grupal proporcionada pela Oficina, todavia sugere que nas próximas vezes seja realizada

sem fardamento, com a justificativa de que este *às vezes limita*. O que limitaria a farda? Teria a Oficina deslocado o policial para outro lugar, por isso não poderia vir identificado pela farda?

A indumentária militar (a farda) torna a visibilidade do policial constante. Nesse sentido, as polícias militares, diferentemente das polícias civis, incorporaram de forma mais concreta e visível o modelo de uma sociedade disciplinar. A polícia civil, talvez por uma questão estratégica, tem se distinguido da polícia militar em sua aparência justamente por suas atribuições mais investigativas, até mesmo por se tratar de uma polícia com atribuições judiciárias. A camuflagem servindo como um eficaz dispositivo de penetração no universo do crime e do criminoso, permitindo trabalhar sem ser visto, ver sem ser visto. Sua invisibilidade, ou melhor, sua aparente semelhança às pessoas comuns possibilita tornar a investigação mais ágil. De modo diverso, incumbida historicamente do policiamento ostensivo e preventivo, a polícia militar está o tempo todo visível. Sua visibilidade funciona como dispositivo de intimidação, seu próprio corpo é escudo, sua identificação é transparente. Assim, usar a farda relaciona-se ao compromisso com uma posição de vigilância constante; as atividades do Programa, diferenciadas, significam de algum modo tirar a farda, deixar de lado por um momento os compromissos de sua posição de policial militar.

2. Definições de si mesmo

(10) *Não consigo me sentir feliz. Preciso de mais liberdade. Sinto-me derrotado.*

(11) *Sou muito vingativo, quando alguém me faz alguma coisa ruim quero me vingar. Gostaria de ser diferente.*

Essas formulações indicam tensão, crise. Os motivos pelos quais escolhe-se ser policial são divergentes. Entretanto, estar dentro do aparelho repressor presentifica fortemente o justo/injusto, pode/não pode, o crime/castigo; um em confronto com o outro. O ter que ser o agente da aplicação daquilo que deve fazer um policial não se dá sem conflitos. O policial transfere para si mesmo a rudeza do seu papel; ele se julga com o olhar do seu outro, severamente, ao achar-se desumano.

3. Relaxamento

(12) *A Oficina de Grafismo foi muito gratificante e **relaxante**. Lembrei que podemos **relaxar** e nos sentirmos melhores com coisas simples.*

(13) *Gostei do trabalho, pois me levou a um **relaxamento** profundo. Consegui por alguns momentos esquecer dos problemas e pensar no que mais desejo e anseio.*

(14) *Só a questão de nos colocar a vontade, fazer com que a gente **relaxe** e saia de dentro daquele quartel nos deixam mais leve.*

A alusão ao **relaxamento** aparece com muita freqüência e indica também a tensão sofrida na profissão. A profissão demanda que seguidamente os policiais se lembrem de que são humanos também!

Apesar de existirem diferenças nas atividades policiais entre policiais militares, civis e agentes penitenciários, situações de horror são vivenciadas por todos, em maior ou menor grau. Enforcamentos (podendo ser o de um próprio colega de trabalho), corpos carbonizados por incêndio, espancamentos ou estupros de crianças, atropelamentos, são alguns exemplos de situações cotidianas que o policial não somente é obrigado a presenciar, mas sobretudo a prestar os devidos encaminhamentos. São situações as mais variadas e difíceis com as quais o policial

tem que lidar, situações vivenciadas que têm ressonâncias no ambiente institucional de trabalho, no âmbito familiar, no exercício da profissão. Nesse sentido, parece que o Programa e sua dinâmica de funcionamento foi tomado em certa medida como um espaço compensatório, um espaço de diferença com relação à realidade profissional, verificado mais diretamente no depoimento 14.

4. Sofrimento e trabalho

Nos seis relatos a seguir temos uma evidente ilustração da relação entre sofrimento e trabalho que corrobora o que vínhamos frisando anteriormente:

(15) “Alguém” finalmente observou o quanto funcionários da Segurança Pública sofrem com o cotidiano desta função. Pois, além de termos que tratar dos problemas das outras pessoas, temos que resolver os nossos.

(16) Achei muito interessante este trabalho desenvolvido por vocês, pois vem quebrar a rotina estressante do nosso trabalho, e até mesmo do nosso dia a dia.

(17) Na nossa profissão a gente vê muita violência e com o tempo essa violência vai ficando dentro de nós e esse programa é como um exaustor, aos poucos vai retirando de dentro de nós.

(18) Hoje tivemos uma experiência diferente e ao mesmo tempo especial, porque conseguimos conviver dentro de uma harmonia.

(19) Hoje fui surpreendido com este momento maravilhoso.

A profissão se dá na desarmonia, na infração, no conflito com a lei. O Programa é um espaço em que é suspensa essa realidade de conflito, permitindo se

situar numa posição na qual a ordem não é reprimir o erro, fazer valer a lei, mas *conviver dentro de uma harmonia, no momento maravilhoso que causa surpresa, porque difere da realidade do dia-a-dia do policial.*

5. Falta de liberdade

Muitos depoimentos parecem designar o Programa como um espaço compensatório, um espaço de diferença com relação ao seu espaço institucional de trabalho. Aparece muita menção à liberdade, ou melhor, à falta desta sentida com relação ao exercício da profissão, ao relacionamento com os superiores hierárquicos, e os espaços institucionais como cerceadores da liberdade individual:

(20) Gostamos muito da Oficina, porque em 22 anos de trabalho nunca tivemos liberdades de poder libertar os nossos problemas.

(21) Gostaria que tivesse acontecido antes, pois eu já estou com 30 anos de Brigada e é a primeira vez que acontece.

Assim como cabe ao policial prender aqueles que infringem as leis, eles também se sentem sem liberdade diante dos problemas. Observe-se que no depoimento 20 o policial se sente representando os demais colegas pelo emprego de nós: *gostamos muito e nunca tivemos liberdades.*

(22) Serviu para proporcionar momentos de alegria, descontração e, conseqüentemente, momento felizes, em que deixamos de lado problemas que nos anseiam, que nos afligem.

Outros depoimentos se referem aos efeitos causados pelas oficinas, efeitos que dizem respeito ao modo como ocorrem as relações entre os pares no ambiente

de trabalho. Efeito de ver o outro, ou seja, efeito de ver o colega de trabalho como ser humano e não somente como outro policial. Verifica-se o deslocamento do lugar de policial para o de pessoa, ser humano, como se o policial de fato não o fosse. Nessa mesma direção, há depoimentos que fazem menção à família, e de como o universo do trabalho invade a dimensão familiar.

6. O profissional e a família

(23) Que minha família permaneça unida, sempre acreditando no meu potencial e na minha capacidade como acredita hoje.

(24) Impressionou-me positivamente a atendimento a familiares de pessoas tratadas no Centro quando atingidas pela fatalidade dessa pessoa não superar uma crise.

O policial diz querer que sua família permaneça unida, que acredite nele, no seu potencial e capacidade, pois na verdade receia que possa perdê-la de alguma forma. Ilustra bem a condição de que os familiares também são atingidos pelos efeitos da vivência profissional, toda a família participa da profissão, de alguma forma. Isso é de certo modo reconhecido institucionalmente, pois os profissionais militares contam com uma estrutura de apoio a sua família em serviços de áreas diversas, mais que várias outras profissões; exemplo disso são os hospitais da Brigada Militar.

A *fatalidade* de que fala o policial é um modo indireto de referir-se ao suicídio cometido por um colega de trabalho cuja família foi atendida pela equipe do Centro. Interessante observar também que ele se refere ao colega como *essa pessoa*.

Muitos têm uma imagem do policial violenta, truculenta, insensível, bárbara, transgressora, corrupta, contudo ele se sente vítima dessa mesma violência que lhe é atribuída. Culpado da violência ou dela vitimado, ele não se vê como co-responsável por essa imagem negativa, denegrida, ou ambivalente. Uma intensa demanda de reconhecimento se coloca sempre que ele tem o espaço para falar de si e da profissão. Assim, o contexto de sala de aula, nos cursos de formação e atualização de agentes de segurança, estudado em nossa pesquisa de mestrado, foi um espaço por excelência onde o policial reclamava muito da dificuldade de trabalhar porque os defensores dos direitos humanos estariam mais preocupados com a garantia dos direitos dos criminosos do que com as condições de trabalho do policial, posicionando-se no lugar daquele que não pode evitar o aumento da violência e da criminalidade porque estaria de mãos atadas, de um lado pelos direitos humanos, de outro lado pela flexibilidade excessiva da justiça para com os infratores, libertando-o sem levar muito em consideração o trabalho da polícia ostensiva e investigativa. Segundo ele, foi-lhe negada a missão de proteger a sociedade da desordem, da *bandidagem*, do crime, dos *maus-elementos*. O aumento da violência e da criminalidade é tomado como uma missão da qual ele deveria se incumbir, dessa forma, desconsiderando os fatores multicausais. Para o policial, se não ocorre diminuição nos índices é justamente porque muitos outros, pessoas e instituições, passaram a interferir negativamente nos assuntos da polícia.

7. Identidade policial e mudanças

Observemos o depoimento escrito a seguir para melhor compreendermos como o policial militar encarou as mudanças na polícia:

(25) Realmente eu acho que a preocupação, hoje, com os rumos da segurança faz sentido. É de vital importância que as autoridades tentem hoje fortalecer e abastecer os homens encarregados da segurança da comunidade de conhecimentos para que

nos enquadremos com as normas mundiais. Mas há de se ter um cuidado para não tirarmos a essência que cada policial traz, a herança histórica que mantém estes homens firmes e leais. Sob pena de haver uma desmotivação geral e em consequência disso um total crescimento da criminalidade.

Este depoimento foi produzido ao final de uma aula de um curso de atualização em segurança pública, portanto, num contexto pedagógico, dentro de contexto mais amplo de mudanças curriculares. Eram feitas discussões sobre direitos humanos, novas formas e técnicas de uso da força e da arma de fogo à luz dos direitos humanos, incluindo-se também temáticas de saúde mental e física no contexto laboral. O que chama atenção neste depoimento é a associação que se estabelece entre mudanças e cuidado (no sentido de riscos): *cuidado para não tirarmos a essência que cada policial traz, a herança histórica que mantém estes homens firmes e leais*. O que os manteria *firmes e leais* é atribuído à herança histórica da profissão, que asseguraria a *essência que cada policial traz*. Há o medo de que mudanças na profissão transformem negativamente a essência do trabalho e da identidade policial. Também não podemos deixar de ver neste depoimento um outro importante elemento, que diz respeito à tensão estabelecida entre as fortes prerrogativas da tradição da ditadura militar, que desconsiderava os acordos internacionais sobre os limites da ação policial, até mesmo porque não havia uma preocupação com a preservação dos direitos humanos.

As instituições policiais, em especial as militares, foram – e ainda são em grande parte – as que mais resistiram às mudanças ocorridas na sociedade brasileira pós-ditadura-militar. O controle externo das atividades policiais ainda continua sendo motivo de resistência por parte dos policiais. Mas o movimento de resistência com que elas se posicionam em relação a tudo que diz respeito ao caráter civil e às ameaças que a *civilidade* poderia acarretar a sua condição de exceção institucional, não pode ser visto tão-somente como um efeito da ditadura militar. Foucault compreende que a organização do aparelho policial sempre esteve

ligada “a tudo o que, no poder real, excedia o exercício da justiça regulamentada”, daí, também, por que sofreram tão poucas transformações ao longo do tempo:

“A organização do aparelho policial no século XVIII sanciona uma generalização das disciplinas que alcança as dimensões do Estado. Se bem que a polícia tenha estado ligada da maneira mais explícita a tudo o que, no poder real, excedia o exercício da justiça regulamentada, compreende-se por que a polícia pôde resistir com um mínimo de modificações à reorganização do poder judiciário; e por que ela não parou de lhe impor cada vez mais pesadamente, até hoje, sua prerrogativas; é sem dúvida por que ela é seu braço secular; mas é também por que bem melhor que a instituição judiciária, ela se identifica, por sua extensão e seus mecanismos, com a sociedade de tipo disciplinar”.¹⁸⁵

Poder-se-ia supor que a atividade policial é uma atividade profissional como outra qualquer. Mas precisamos admitir certas especificidades inerentes ao mundo do trabalho policial e dos riscos a que, com freqüência, estão expostos aqueles que têm um trabalho na ponta das atividades-fim, ou seja, aqueles que fazem o designado policiamento ostensivo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a atividade policial é uma das mais estressantes, juntamente com os operadores da bolsa de valores. O elevado nível de institucionalização das atividades policiais coloca uma pergunta: como isso ressoa na subjetividade dos policiais? Se aceitarmos, genericamente, que a medicina, por exemplo, tem por objetivo a saúde dos enfermos e a educação a instrução, que objetivo tem então a polícia? Esta parece ser uma pergunta comum e facilmente respondida. Sim, mas somente numa primeira visada. Se perguntarmos a uma parte do conjunto de cidadãos que nada tem a ver com a atividade policial, teremos um tipo de resposta que irá corresponder a um objetivo, mas se perguntarmos aos próprios policiais teremos outro tipo de resposta bastante diferente. Monet elabora instigantes observações a este respeito:

¹⁸⁵ Michel Foucault, *Vigiar e punir*, 1988, p. 189.

“Interrogados, os policiais explicam que o objetivo final da ação policial não é tanto realizar uma prestação de serviço em benefício de cidadãos individualizados, como preservar, em benefício do conjunto da coletividade, a ordem social existente contra um certo número de predadores que conduzem consigo a anarquia, como a nuvem traz a tempestade. Segundo uma expressão usual na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, a polícia se define a si mesma como essa ‘delgada linha azul’ – *the thin blue line* – que separa a civilização da barbárie. No limite, os policiais se vêem como missionários, encarregados de reconduzir ao bom caminho os pecadores transviados e evitar às pessoas ‘honestas e respeitáveis’ entrar no caminho fácil que conduz ao vício e à perdição.”¹⁸⁶

Esta autodesignação missionária pode ser notada em praticamente todas as polícias do mundo, assegura o autor. A despeito dos estudos contemporâneos do campo da sociologia corroborando a multicausalidade (ou multifatorialidade) envolvida no problema da violência e da criminalidade, ainda hoje persiste com certa freqüência esse caráter missionário. Segundo Monet:

“(…) a manutenção da tranqüilidade e da paz públicas, a prevenção ou a dissuasão das atividades criminosas dependem de múltiplos fatores sobre os quais a polícia não tem muito domínio. A prova disso é que muitas sociedades humanas funcionaram, no passado, sem polícia organizada”.¹⁸⁷

Esse distintivo missionário pode se traduzir, não raras vezes, também em um comportamento missionário, condicionando o sentido e a direção nas decisões da ação policial, uma vez que o policial costuma estar em posição de domínio frente aos denunciadores ou frente aos suspeitos de cometer a infração, o que faz desta categoria profissional uma das mais suscetíveis a erros, distorções e abusos de poder.

¹⁸⁶ Jean-Claude Monet, *Polícias e sociedades na Europa*, 2001, p. 129.

¹⁸⁷ Idem, p. 130.

Essa particularidade missionária não poderia esclarecer em parte o modo com que policiais costumam justificar os excessos de poder, uma vez que valeria qualquer meio para se evitar o caos da anarquia? O cumprimento de tão grandiosa missão que é a de preservar a ordem social contra a anarquia parece-nos estar no cerne da problemática do comportamento e da identidade corporativistas, da tendência ao fechamento institucional que se verifica de forma bastante acentuada nas organizações policiais brasileiras. O missionário seja religioso, cientista, político, defende seus ideais como se fossem não somente idéias suscetíveis de serem revistas, dialogadas, negociadas, mas as toma como verdades absolutas, valendo-se das prerrogativas da pregação. Esse estrato identitário missionário não pode ser entendido somente como uma característica individual, mas como uma linha dura que se transversaliza com outras instâncias organizacionais policiais, e que vai se projetar, em maior ou menor intensidade, no plano dos processos de subjetivação. As identidades profissionais costumam ser arraigadas, e no caso do agente de segurança a identidade está profundamente enraizada nesse terreno missionário, justamente em decorrência de serem instituições que assumiram historicamente a tarefa do disciplinamento social.

O missionário, sobretudo o religioso, tem sua subjetividade fortemente marcada pelo pensamento dualista: o bom e o mal, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, e assim por diante. A polícia, ao se posicionar do lado das prerrogativas missionárias, tende a adotar este tipo de pensamento.

Segundo Foucault, a polícia europeia do século XVIII exercia um poder além daquele de auxiliar da justiça na caça aos criminosos e do poder de “controle político dos complôs, dos movimentos de oposição ou das revoltas”. Havia um poder a ela delegado que se traduzia em uma importante e complexa tarefa: a sua função disciplinar. Agindo onde as chamadas instituições fechadas de disciplina não podem intervir, tais como o exército e a escola, a polícia, com sua força armada, acaba “disciplinando os espaços não disciplinares”, os espaços que escapam do

controle das outras instituições, numa escalada panóptica sem precedentes em toda a história da humanidade. É por esta razão que a polícia “se identifica, por sua extensão e seus mecanismos, com a sociedade de tipo disciplinar”.¹⁸⁸

Há poucos estudos sobre o impacto das atividades policiais no conjunto da sociedade, mas alguns destes mostram a existência de correlação entre falta de segurança e violência policial. Ao estudarem a morbimortalidade vinculada ao trabalho policial no Rio de Janeiro, as pesquisadoras Minayo e Souza elaboraram uma interessante perspectiva a respeito da imagem dos policiais civis e militares construída pela população carioca:

“Até hoje, o serviço de segurança pública no Rio de Janeiro é malvisto e malquisto pela população em geral e por motivos diversos: os cidadãos das classes média e abastada reclamam da insegurança e da ineficiência, uma vez que esperariam mais rigor e vigilância dos policiais em função da ordem burguesa; a população pobre e moradora dos bairros periféricos sente-se discriminada e maltratada por eles; e os delinquentes os tratam como inimigo número um, buscando evadir-se de seu olhar ou mesmo confrontá-los, escudados exatamente na ‘má fama’ que os acompanha”.¹⁸⁹

Ainda que nossa tese não enfoque a imagem social do policial, qualquer que seja o estudo dedicado aos processos de subjetivação não deveria desconsiderar as relações entre indivíduo, sociedade e Estado, uma vez que estas relações foram historicamente constituídas na idéia de segurança pública como um serviço prestado pelo Estado para garantir os direitos e o assentamento da liberdade. Todavia ocorre que as polícias também

“[...] foram criadas para controlar uma sociedade escravocrata, extremamente hierárquica e elitista. Desta forma, ao lado de seu papel modernizador que tirava o monopólio da violência da mão dos soberanos portugueses, sua existência efetivou a força repressora do Estado contra os escravos, os pobres livres e a população em

¹⁸⁸ Michel Foucault, *Vigiar e punir*, 1988, p. 189.

geral. Sua atuação histórica acabou por instituir uma ética discriminatória na prática dos deveres estabelecidos pela autoridade das leis”.¹⁹⁰

Ora, esta prática policial alicerçada na discriminação é semelhante à prática policial descrita e analisada por Foucault em *Surveiller et punir*, com sua raiz-pivô sustentada na necessidade de uma polícia forte e disciplinadora para conter as revoltas dos pobres, miseráveis, dos desempregados, no controle das epidemias para manter os limites dos espaços geográficos destinados aos doentes evitando assim a dispersão dos corpos e, em conseqüência, evitando o contágio. Na sua gênese, as polícias carregam essa vocação ora tendendo ao disciplinar, ora se voltando à proteção missionária, e dessa linha, muitas vezes confundida e tomada na sua versão híbrida entre vigiar e punir, talvez se possa encontrar, em parte, a explicação para uma certa tendência à violência policial.

Conforme foi notado antes, no Brasil, a situação não foi muito diferente, de tal modo que é possível explicar, se não uma aversão generalizada e cada vez mais crescente ao trabalho exercido pelas polícias pelo menos uma certa ambivalência por parte da população.

A despeito de todas as polêmicas que o tema segurança pública versus violência/criminalidade pode suscitar, um fato é incontestável: a principal e mais imediata função da atividade policial continua sendo a coibição ao crime, uma reação à infração. Ainda que se discuta atualmente a demanda de voltar-se à prevenção, especialmente no que diz respeito ao trabalho de inteligência desenvolvido pelas polícias federais e o também chamado policiamento comunitário (que não se constitui em nenhuma novidade, pois existe há mais cem anos na Inglaterra), por outro lado, o grau da atividade policial tende a

¹⁸⁹ Edinilsa Ramos de Souza e Maria Cecília de Souza Minayo, *Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho*, 2005.

¹⁹⁰ Idem.

continuar como repressão ao crime, daí a inflação da visibilidade da presença física do policial como um importante suplemento nessa repressão/prevenção. A visibilidade do policial atesta, também, uma certa função preventiva, inibindo a ação criminosa, mesmo indiretamente. É por esta razão que muitos governos apostam na redução ou inibição da criminalidade com medidas voltadas ao acréscimo de seus efetivos policiais, tornando-os mais visíveis à população, portanto, intimidando a ação delituosa. Aliás, cabe ressaltar que a população brasileira constantemente requisita do Estado mais policiais nas ruas, em especial nos momentos em que ocorre um progressivo aumento da violência. Mas este elo é relativamente complexo para ser tão modestamente justificado. É o que sublinha Monet:

“(…) a queda do nível de criminalidade registrada não é forçosamente imputável ao aumento dos efetivos policiais. Com efeito, quanto mais policiais há na rua, mais eles são visíveis. E se essa visibilidade contribui talvez para dissuadir certos delinqüentes, ela também encoraja as vítimas a prestar queixa. O que faz subir as estatísticas criminais oficiais”.¹⁹¹

Além disso, a polícia ocupa um espaço de comando no sistema repressivo, tanto no aspecto relacionado à detenção como no *tratamento* da delinqüência, justamente porque, conforme ressalta Chamboredon:

“(…) c’est elle qui intervient la première après le délit (soit qu’elle arrête sur le fait, soi que, ayant enregistré une plainte, elle recherche l’auteur du délit) et parce que c’est elle qui commence à qualifier les cas en fournissant au juge les premiers renseignements sur les délits et sur la personnalité et le milieu de son auteur. Elle exerce une influence sur le destin juridique de l’affaire: selon que celle-ci est jugée bénigne ou grave, elle peut l’enregistrer simplement sur le registre de main courante por la classer ensuite s’il n’y a pas de récidive ou, au contraire, la

¹⁹¹ Jean-Claude Monet, *Polícias e sociedades na Europa*, São Paulo, Edusp, 2001, p. 133.

transmettre au Parquet et, dans ce cas, ses avis contribuent à caractériser la gravité de l'affaire".¹⁹²

Existem alguns estudos acerca dos processos de subjetivação que afirmam uma suposta resistência dos policiais para lidarem (ou admitirem) com sentimentos/afetos como fraqueza, medo, insegurança, pânico. Em nossa experiência em sala-de-aula e em outras do Programa de Saúde, não obstante, verificamos uma surpreendente receptividade dos agentes de segurança às atividades propostas pelos Centros de Saúde, desde atividades grupais, lúdicas, corporais, artísticas, até o atendimento psicológico ou psiquiátrico. Se existe de fato esta tradição, ela não atinge a ampla maioria e não impede a busca por ajuda. Existe a figura do policial Rambo¹⁹³, sendo relatada e confirmada pelos próprios colegas de trabalho e superiores hierárquicos, mas não pode ser vista como marca registrada da instituição policial militar. Essa marca carrega o peso de uma identidade profissional que esteve associada à vigilância e ao controle da ordem pública no período da ditadura militar brasileira, podendo ainda estar presente no comportamento de alguns policiais. Não obstante representar um número quase insignificante, este comportamento do policial justiceiro adquire visibilidade na mídia e na literatura sociológica justamente pelo fato da atividade policial ser uma atividade de alta repercussão pública.

¹⁹²Jean-Claude Chamboredon, *La délinquance juvénile: essai de construction d'objet*, 1971, p. 360. Tradução nossa: "(...) é ela que primeiro intervém após o delito (seja porque ela prende em flagrante, seja porque, tendo registrado a ocorrência, procura pelo autor do delito) e porque é ela que primeiro qualifica o caso fornecendo ao juiz os primeiros indícios sobre o delito e sobre a personalidade e o meio de seu autor. Ela exerce uma influência sobre o destino jurídico do processo: segundo o que ela julga benigno ou grave, ela pode registrar simplesmente no rascunho para o classificar em seguida se se trata de recidiva ou, ao contrário, transmiti-la ao *Parquet* [é o espaço (físico) do tribunal reservado aos advogados e aos juízes] e, neste caso, seus pareceres contribuem para caracterizar a gravidade do caso".

¹⁹³ *Policial Rambo* é um termo empregado por policiais militares da Brigada Militar do RS para designar o policial que age por impulso, assumindo o papel de justiceiro através da força física em excesso, raramente seguindo as normas de segurança de praxe e colocando em risco a vida de seus colegas, de outras pessoas e a sua própria vida. O termo é retirado dos filmes de ação (luta livre e boxe) protagonizados pelo ator norte-americano Sylvester Stalone.

CAPÍTULO VI

AS TECNOLOGIAS DE CUIDADO NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS DO PROGRAMA

“Non seulement il y a des bandes humaines, mais il y en a qui sont particulièrement raffinées: la ‘mondanité’ se distingue de la ‘socialité’ parce qu’elle est plus proche d’une meute, et l’homme social se fait du mondain une certaine image envieuse et erronée, parce qu’il en méconnaît les positions et hiérarchies propres, les rapports de force, les ambitions et les projets très spéciaux. Les relations mondaines ne recouvrent jamais les relations sociales, elles ne coïncident pas avec elles. Même les ‘maniérismes’ (il y en a dans toutes les bandes) appartiennent aux micro-multiplicités et se distinguent des manières ou coutumes sociales”.¹⁹⁴

Na sua formulação inicial, o Programa inseriu-se dentro das diretrizes e normas do atendimento à saúde em Unidades Básicas, Centros de Saúde e Ambulatórios, com base na Portaria 224, de 29 de janeiro de 1992, da Secretaria Nacional de Assistência à saúde e do Ministério da Saúde. Assim, as atividades desenvolvidas pelos Centros de Saúde do Programa deveriam ocorrer através de:

- atendimento individual (acolhimento, consulta, medicamentoso, psicoterapia de orientação etc.);

¹⁹⁴ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p. 47. Tradução nossa: “Não somente existem bandos humanos, como também existem entre eles alguns particularmente refinados: a ‘mundanidade’ distingue-se da ‘socialidade’ porque ela está mais próxima de uma matilha, e o homem social constrói do mundano uma certa imagem invejosa e errônea, porque ele desconhece as posições e as hierarquias próprias, as relações de força, as ambições e os projetos bastante especiais. As correlações mundanas jamais recobrem as correlações sociais, não coincidem com estas. Inclusive os ‘maneirismos’ (existem em todos os bandos) pertencem às micromultiplicidades e distinguem-se das maneiras ou costumes sociais”.

- atendimentos grupais, ocorridos tanto nos Centros de Saúde quanto nos órgãos de lotação dos agentes de segurança (grupo operativo, terapêutico, atividades socioterápicas, atividades educativas em saúde, oficinas terapêuticas, grupos de orientação etc.);
- abordagem à família (com visitas domiciliares, quando necessárias, visitas à orientação sobre diagnóstico, encaminhamento para assistência na rede de serviços existente);
- atividades institucionais (especialmente no local de lotação do trabalhador, através de ações preventivas e promotoras da saúde, tais como palestras, grupos, reuniões, atividades informativas, culturais e esportivas, intervenção de campo etc.);
- atividades comunitárias, especialmente na área de referência do serviço de saúde, visando à melhor integração do agente de segurança à sua comunidade.

Ao observarmos mais atentamente as diretrizes e normas que orientam os programas e serviços de saúde no setor público brasileiro, constatamos uma forte tendência à diversificação das práticas de cuidado, com a inclusão de dispositivos grupais. Essa orientação procura estabelecer alguma convergência com os princípios da *integralidade*, *descentralização*, *intersetorialidade* e participação ativa do usuário neste processo. Cada vez mais, os modelos de saúde pública sofrem influências dos ideais da reforma psiquiátrica e das atuais tendências de desinstitucionalização, desmanicomialização, demarcando a instauração de um território relativamente novo, o qual provoca importantes efeitos tanto nos campos conceituais como nas práticas em saúde. Assim, o modelo asilar, também denominado de assistencialista-hospitalocêntrico, é abandonado e territorializado pelos ideais humanistas de respeito à dignidade e liberdade do usuário.

Para elaboração do relatório final do Programa, reiteramos, foram colhidas impressões de usuários e de profissionais. O livro-relatório priorizou os sentidos

evidenciados pelos usuários, uma vez que o foco era averiguar a receptividade do Programa nos usuários. Na tese enfatizamos o ponto de vista de ambos, usuários e profissionais, contudo, nesta etapa do nosso estudo, priorizamos analisar o ponto de vista dos profissionais, uma vez que a partir de então trataremos da movimentação das equipes: o modo de se fazer o acolhimento, as práticas grupais de cuidado, os atendimentos emergenciais dentro e fora dos Centros, as reuniões de equipe. Por entendermos que os profissionais foram os principais protagonistas das tecnologias de cuidado, ninguém mais indicado do que eles próprios para nos mostrar como se deu a prática efetiva da experiência. Os depoimentos resultaram da seguinte pergunta, lançada aos profissionais do Programa na época da elaboração do relatório: *o que a experiência do Programa produziu em você?* Talvez hoje formulássemos a pergunta de maneira um tanto diferente, menos preocupados em querer saber *o que* e mais concentrados no *como*. Mesmo assim, os relatos produzidos são expressivos na medida, já que abordam preferencialmente as práticas grupais como aquelas que mais movimentaram as equipes e também que causaram mais desconforto. Lançaremos mão destes relatos na medida em que formos desenvolvendo nossas análises das práticas de cuidado potencializadas pelas equipes.

No capítulo sobre o cuidado de si trabalhamos a partir de uma perspectiva foucaultiana, sinalizando os deslocamentos de sentidos no decurso da história entre o cuidado de si e o conhecimento de si. Retomamos neste momento esta linha de pensamento, confrontando-a com a experiência do Programa para melhor analisar as práticas de trabalho adotadas pelas equipes, especialmente aquelas que promoveram e potencializaram as práticas grupais. Esta forma de procedimento também nos permite uma certa aproximação com alguns dos aspectos mais característicos nas atuais tendências de condução dos programas de saúde.

Como já dissemos, um conjunto de tecnologias de cuidado foi criado. E não obstante as diferenças entre as oito equipes e os estilos singulares de cada

coordenação, pelo menos dois objetivos em comum foram almejados: a promoção de dispositivos grupais de trabalho e a produção de *intercessores*, com equipes constituídas de três diferentes áreas: a psicologia, a medicina e a arte, como atesta o próprio texto do livro-relatório:

“[...] a consolidação da proposta do Programa tem como eixo central os princípios da transdisciplinaridade, os quais colocam em análise as demarcações de territórios disciplinares, como, por exemplo, da área da medicina, psicologia e artes. Trata-se, pois, de tomarmos a transdisciplinaridade como um *conceito-ferramenta* que se pretende desestabilizador tanto da dicotomia sujeito/objeto quanto da unidade das disciplinas e dos especialismos”.¹⁹⁵

Dessa maneira, a composição das equipes levou em consideração a *junção* destas três diferentes áreas. Justamente aí residiu o diferencial da proposta do Programa, rompendo-se com o modo convencional, no qual a área da psicologia e medicina costuma monopolizar o campo da saúde mental. Uma área foi intercessora da outra, e a transdisciplinaridade tomada como *conceito-ferramenta*. É o que veremos a seguir.

Intercessores: um diferencial do Programa

É preciso que se diga que as experiências com novas tecnologias de cuidado em saúde têm se valido cada vez mais de outras áreas do conhecimento, tais como a música, a literatura, a dança, as artes plásticas, a antropologia, a pedagogia, e mesmo as terapias corporais, dentre outras. Por outro lado, também é preciso reconhecer que, a despeito de todas as experiências já realizadas, esta aproximação com o campo da arte não chega, na maior parte dos casos, a causar uma ruptura epistemológica produtiva, nem nomadização entre os campos disciplinares, por conseguinte, dificilmente provocaria qualquer desterritorialização. No campo da

saúde, a relação entre as disciplinas-régias – ou as disciplinas de tradição científica – e as artes não deveria ser conduzida no sentido de uma comunicação meramente auxiliar, complementar, como se a arte fosse só um atrativo a mais a serviço das disciplinas tutoras da saúde. Essa perspectiva ocorre ainda hoje, persistindo com bastante vigor o pressuposto de que a medicina e a psicologia seriam as verdadeiras produtoras e depositárias do saber sobre o corpo e o psiquismo humano, naturalizando a sua aceitação como ciências mais habilitadas e legítimas a coordenar as práticas de cuidado no campo da saúde.

Pensar a arte como produtora de saúde é algo ainda relativamente recente, não estando no horizonte das políticas públicas e mesmo na perspectiva da maioria dos profissionais. Quando muito, a arte é utilizada como um instrumento facilitador do trabalho da psicologia e da medicina, tomada numa relação instrumental, de capitalização de ações através de uma comunicação entre elas em que são praticamente nulas as chances de interferências recíprocas.

Desde o início da elaboração do Programa se considerava a necessidade de haver entre as três áreas uma relação assentada na confiança, liberdade e interferência mútua. Não havia um modelo pronto a ser seguido. Para isso foi preciso a criação de espaços de experimentação, de construção coletiva de tecnologias de cuidado *minoritárias* conjugando as três diferentes áreas, com a participação efetiva da mesmas. Isso não implicou um trabalho coletivo absolutamente pacífico, harmonioso e sem disputas. Por outro lado, poder-se-ia supor que se tratava de uma experiência amadora, uma vez que não havia previsão de planejamento sistemático antes do surgimento da demanda. Esta imprecisão foi proposital na medida em que o objetivo era o de construir uma relação de trabalho onde não houvesse uma área ou disciplina coordenando as demais ou centralizando as decisões.

¹⁹⁵ Rio Grande do Sul, 2003, p. 27.

No depoimento a seguir temos o ponto de vista de um membro do Programa sobre as práticas de cuidado dos artistas no conjunto das demais práticas:

(27) No CSM¹⁹⁶ estou podendo ganhar experiência e aprender sobre a intervenção feita por profissionais de outras especificidades. A oportunidade de trabalhar com técnicos em artes plásticas tem sido especialmente rica e vem alimentando minha vontade e interesse em continuar estudando e buscando novas maneiras de produzir saúde.

A primeira vista, observamos neste relato uma disposição para aprender novos modos de se produzir saúde através da arte. Essas *novas maneiras de produzir saúde* não são explicitadas pelo enunciador, mas antecipam que há outras *entradas* possíveis além dos modos instituídos. Por outro lado, não podemos deixar de notar neste relato uma posição que indica já existir uma maneira de se produzir saúde; a arte, por sua vez, seria este lugar de diferença, com *novas maneiras de produzir saúde*. Teríamos então duas maneiras diferentes: a maneira com que os *profissionais* da arte intervêm na saúde e a maneira já instituída pela psicologia e psiquiatria, uma vez que o objeto aqui em questão é a saúde. A *intervenção feita por profissionais de outras especificidades* é o que nos parece marcar esta diferença, como se tratassem de *estranhos no ninho*. Mesmo que o relato mostre disposição para aprender novas maneiras, parece indicar uma abertura polida ao novo. Ao colocar a existência de um tipo de intervenção praticada por *profissionais de outras especificidades* há uma tentativa de manter um território já constituído, não necessariamente implicando um caminho novo de entrecruzamento de áreas.

Salta aos olhos nesta formulação o uso de palavras-jargão do campo da saúde para designar determinadas funções: *intervenção, profissionais de outras especificidades, técnicos em artes plásticas*. Procura-se com isso aproximar as

¹⁹⁶ Sigla que significa Centro de Saúde Mental.

intervenções feitas pelos artistas a um discurso mais técnico, ao nomeá-los de *técnicos em artes plásticas*; aliás, o emprego do termo *técnica*, neste contexto, sugere que a tecnologia está para ser aprendida, conseqüentemente, algo pode ser transmitido. Quanto ao suposto *ganho de experiência* e à aprendizagem adquirida sabemos pouco ou quase nada, uma vez que não são descritas.

Em outro depoimento temos um sentido de arte como relaxamento, bem-estar, terapia:

(28) Servidores que chegam ao Centro mal e após saíam aliviados, e como isso é gratificante. Alguns melhoraram o desenho, traços; outros que no passado tiveram algum trauma, hoje se dedicam inteiramente ao fazer artístico e percebo isto no corpo mais leve, na mão mais solta, na fala, no canto, no sorriso... É um cantinho de fazer onde tudo é válido e de grande importância, onde não tem repressão, só brincadeira de fazer o outro feliz e mais descontraído, tentando mostrar-lhes um caminho colorido.

Este relato de teor talvez até mesmo ingênuo é particularmente interessante na medida em que mostra que a arte é vista como uma prática de cuidado em uma equipe de saúde. Para o usuário do Programa, a arte assumiu a função de conectar pessoas e grupos a um espaço de livre-criação, um *cantinho de fazer onde tudo é válido e de grande importância*, o que de certo modo implica lançar mão de procedimentos diferentes daqueles legitimados pelas ciências de Estado e pelas tecnologias tradicionais de cuidado. Também precisamos considerar que o público-usuário do Programa é uma categoria profissional inserida numa realidade institucional altamente hierarquizada, assumindo o peso das funções mais duras do Estado, com pesada tradição corporativista, historicamente tendendo ao fechamento e lidando com atividades laborais complexas e de alto risco de vida. As práticas de cuidado orientadas ao fazer artístico e ao lúdico contrastam com esta realidade dura, permitindo a existência de espaços de diferença. A arte aplicada ao campo da

saúde potencializou uma relação com o lúdico que as tecnologias tradicionais de cuidado não conseguem ou ainda não querem ou mesmo ainda não estão preparadas. A relação com o lúdico não costuma integrar os protocolos terapêuticos nos programas de saúde, sendo raríssimos os casos em que é tomado e valorizado como uma prática de cuidado. O que costuma contar como potencialmente terapêutico são as práticas alinhadas à dimensão racional. No entanto, no livro-relatório do Programa encontramos uma menção às oficinas de arte definindo sua função:

“As oficinas de arte criam um espaço onde se redescobre a capacidade de criação, de realização estético-cultural, desmistificando-se conceitos cristalizados do ‘desenhar bem’ e do ‘não saber desenhar’. É o ato em si e o prazer da criação, da descoberta inusitada da forma, da cor, que importam”.¹⁹⁷

Diferentemente das áreas médica e psi, a arte não está imbuída da tarefa de encontrar as causas do sofrimento psíquico, nem tem a finalidade de seguir protocolos técnicos, nem tampouco se preocupa em estabelecer quaisquer procedimentos que visem à explicitação ou conscientização dos motivos da demanda por ajuda. Se aceitarmos que a arte-terapia trabalha com o método introspectivo não é com o mesmo sentido e direção empregados pela psicologia. Buscar nos confins do inconsciente os sentidos para os traumas, o sofrimento, os bloqueios não é sua vocação.

Não tendo como foco somente o ensino das técnicas de pintura, desenho e gravura, as oficinas de arte do Programa se afastam consideravelmente de sua identidade acadêmica, passando a não ter qualquer preocupação com a transmissão da técnica e da história da arte, embora possam estar presentes como pano-de-fundo. A nomeação arte-terapia por si só já marca uma diferença de natureza, já é um uso deslocado da arte acadêmica.

¹⁹⁷ Rio Grande do Sul, 2002, p.141.

No texto sobre os intercessores, Deleuze refuta a posição do filósofo reflexivo, apostando na via da criação de conceito. Para a filosofia da diferença, pensar é experimentar, fabular, dar passagem aos fluxos e devires, e experimentar e fabular não são ações que têm o mesmo sentido de refletir. Daí decorre, em grande parte, o interesse de Deleuze pelas relações entre ciência, arte e filosofia, sem que nenhuma delas esteja colocada em situação de privilégio em relação à outra:

“O verdadeiro objeto da ciência é criar funções, o verdadeiro objeto da arte é criar agregados sensíveis e o objeto da filosofia, criar conceitos. A partir daí, se nos damos essas grandes rubricas, por mais sumárias que sejam – função, agregado, conceito –, podemos formular a questão dos ecos e das ressonâncias entre elas. Como é possível, sobre linhas completamente diferentes, com ritmos e movimentos de produção inteiramente diversos – como é possível que um conceito, um agregado e uma função se encontrem?”¹⁹⁸

Os *intercessores* são extremamente importantes porque dizem respeito aos movimentos de interferências entre as linhas. Não interferências como meras trocas cognitivas entre disciplinas, entre as áreas, entre pessoas ou grupos, mas um encontro que acontece por *dom ou captura*: “[...] é preciso considerar a filosofia, a arte e a ciência como espécies de linhas melódicas estrangeiras umas às outras e que não cessam de interferir entre si”.¹⁹⁹ Os intercessores detiveram papel fundamental, constituíram-se na grande inovação no Programa, uma vez que possibilitaram que fosse rompida a tradição monopolista da medicina e da psicologia.

Os *intercessores* cumprem com outra importante função: “às ficções pré-estabelecidas que remetem sempre ao discurso do colonizador, trata-se de opor o discurso de minoria, que se faz com intercessores”.²⁰⁰ O discurso colonizador é

¹⁹⁸ Gilles Deleuze, *Conversações*, 2000, p. 154.

¹⁹⁹ Idem, p. 156.

²⁰⁰ Idem, p. 157.

aquele que se impõe e estabelece seu domínio como sendo universal, como sendo o mais verdadeiro, irrefutável, como modelo.

As Áreas implicadas

Reiteramos que três diferentes áreas compuseram o Programa: a medicina, a psicologia e as artes. A princípio, pareceria exagero dizer que algo de novo realmente tenha acontecido. De fato, nenhuma novidade deveria ser atribuída a uma experiência no campo da saúde por ter agregado três diferentes áreas. Afinal, temos uma vasta gama de episódios, passados e atuais, de experiências italianas, francesas, americanas, inglesas e mesmo brasileiras que apostaram em trilhar caminhos diferentes, em fazer diferente, em romper com a tradição desumana do confinamento, do enclausuramento, da medicalização, acrescentando novo fôlego ao trabalho em saúde mental. Mas este *fazer diferente* não deve ser concebido tão simploriamente como um conjunto de experiências homogêneas. Ao contrário, trata-se de um conjunto de práticas bastante heterogêneo que expressa perspectivas conceituais, políticas, filosóficas, éticas e morais as mais diversas. Cada experiência é sempre única. É muito pouco provável de que cada nova experiência surgida seja o resultado de uma duplicação ou réplica da anterior; poder-se-ia designá-la, no máximo, como o efeito de uma inspiração originária de *sua* antecedente.

A composição de uma equipe de saúde por um conjunto heterogêneo de saberes e de profissionais não garante efeitos de transversalidade nas práticas de cuidado. O que vai marcar efetivamente a diferença entre um conjunto e outro de práticas é a movimentação das áreas e disciplinas, o modo como se estabelece o diálogo entre elas, o modo como se permitem ou não afetar e serem afetadas, como interagem. Uma equipe de saúde constituída de profissionais das mais diversas áreas já é algo em si promissor. Em não potencializando o diálogo efetivo entre os

pares ocorrerá o fortalecimento das fronteiras entre áreas e disciplinas, dividindo o trabalho entre aqueles que supõem saber mais e aqueles que ficariam na posição auxiliar, dependentes de uma disciplina/área-régia. Cada vez mais a multidisciplinaridade é uma realidade em hospitais, em clínicas de reabilitação de dependentes químicos, em asilos, em instituições públicas para menores infratores, em hospitais psiquiátricos, escolas e empresas. As artes plásticas, a música, a educação física, a fisioterapia, a assistência social, a pedagogia progressivamente passaram a compor o quadro de novas profissões em uma infinidade de instituições e grupos, em programas públicos e privados de saúde. Em algumas situações, uma disciplina ou área assume a coordenação do grupo, instituindo-se como referência às demais, ou porque se considera mais preparada, competente e evoluída, ou porque acredita ter maior potencial integrador do que suas *sócias*. Em última instância, a disciplina-chefe posiciona-se com superioridade frente as suas irmãs menores. Essa forma de movimentação em equipe se convencionou chamar de interdisciplinaridade.

Consideramos a nossa experiência como rizomática e como um acontecimento porque mais do que fazer trabalharem juntas as áreas e disciplinas implicadas, cada uma delas foi convocada a ser intercessora da outra, a assumir uma posição de protagonista, criando práticas de cuidado conectoras das áreas que consideravam as especificidades profissionais e o contexto institucional de nosso público-alvo.

As análises do folder de divulgação do Programa indicaram o Programa como sendo um serviço criado para dar encaminhamento aos casos nevrálgicos de sofrimento. Assim, o objetivo principal mencionado na versão governamental mantém um sentido conservador, uma vez que alude somente à terapêutica de casos de *suicídio, situações traumáticas, pós-traumáticas e outras formas de violência e sofrimento*. Salienta-se portanto a posição de atendimento emergencial. De outro

modo, no *Regimento Interno do Programa*²⁰¹, Portaria SJS nº 220, de 22 de dezembro de 2002, estão previstas ações que vão além das tradicionais práticas de cuidado denominadas curativas. Estas podem ser constatadas através de prescrições de ações voltadas à promoção da saúde, tornando os policiais *menos vulneráveis ao sofrimento psíquico que advém da exposição excessiva às pressões e riscos constantes inerentes às suas funções laborais*. Porém, na experiência concretizada, o Programa superou as expectativas de sua versão inicial.

Posto isto, resta esmiuçar mais detalhadamente os coeficientes de transversalidade de que falamos no início deste capítulo. Eles *medem* o grau de mobilidade dos intercessores, a potência com a qual uma área/disciplina intercedeu nas demais, os movimentos de resistência da equipe à forma-Estado para se evitar a constituição de um modelo de funcionamento engessado e os pactos entre os profissionais que costumam formar as popularmente chamadas *panelinhas*. Consideramos que foi instaurada uma prática pedagógica, constituída na própria dinâmica da equipe, no Centro que enfocamos nesta tese.

Não nos deteremos na movimentação de todas as disciplinas implicadas, por meio dos profissionais que as representavam. Escolhemos aquelas que nos permitiram um acesso mais direto às fontes documentais e que exigiram da equipe mais dedicação, negociação, tempo e também dificuldade.

Começamos pela fisioterapia. De longe, foi a especialidade mais solicitada da equipe, mais do que a soma de atendimentos da psicologia e psiquiatria, o que é um tanto incomum em se tratando de um Programa que em sua origem decorre de uma forte influência das práticas psi. Como explicar, então, tão acentuada procura por este serviço? O relato de nossa fisioterapeuta indica algo bastante expressivo que talvez se aproxime de uma possível justificativa por esta procura:

²⁰¹ Este documento consta no anexo.

(29) A fisioterapia é vista de forma a aproximar o servidor do Centro, pois ainda se percebe grande resistência do servidor em ver seus problemas como algo voltado para o mental, haja vista a procura pelo serviço especificamente de fisioterapia. Observa-se a necessidade em demonstrar-se “doente”, porém que essa doença seja física.

Ora, se a fisioterapia é vista de modo a aproximar o policial do Centro, então se pode concebê-la como uma disciplina sedutora, uma disciplina-ponte, uma disciplina-gancho. Parte-se do pressuposto de que existiria uma dificuldade, uma *resistência do usuário em ver seus problemas como algo voltado para o mental*. Esta posição representa uma visão psicologizante do sofrimento, pois nesta perspectiva problemas fisioterápicos seriam causados por problemas emocionais, conforme notamos neste mesmo relato:

(30) A comprovação de que essas disfunções (cervicalgia, cervicobraquialgia, lombalgia, lombociatalgia) estão intimamente relacionadas ao sistema emocional apresentam-se de forma evidente quando junto ao trabalho fisioterápico realiza-se relaxamento, ocasião em que o paciente fala muito de sua vida.

Este depoimento mostra claramente uma natureza emocional atribuída às disfunções físicas. Assim, a tônica do trabalho fisioterápico concentrar-se-ia nas disfunções corporais decorrentes de fatores emocionais. Os problemas ocorridos no corpo, ou seja, o sofrimento físico é visto como efeito de *disfunções* emocionais. Por que motivo um problema como a tendinite, por exemplo, tem que ser interpretado como uma conseqüência de algum problema emocional e não simplesmente como um problema de educação postural, como um problema relacionado às condições do espaço físico laboral, ao desconhecimento de que o posicionamento de braços e mão no uso do *mouse* é determinante para o bom funcionamento de boa parte do corpo? Por que temos que atribuir fatores psíquicos, emocionais, mentais a problemas que se relacionam a ergometria? A psicossomática é uma ciência ainda

muito recente e surge para reforçar a crença na existência de laços entre os aspectos corporais e os aspectos psíquicos, tentando provar o que desde sempre foi óbvio.

Outra curiosidade neste depoimento nos mostra a acentuada necessidade da fisioterapia trabalhar em parceria com a psicologia. O profissional significa sua profissão numa estreita relação com a psicologia, conforme se verifica a seguir:

(31) A fisio trabalha todo o tempo o toque, a sensibilidade e, principalmente, o auto-conhecimento, e quando é possível realizar um trabalho associado à área “psi”, por exemplo, o resultado é sempre mais efetivo, pois é diferente falar de um paciente “x” e acompanhá-lo, sempre haverá algum fato que passará despercebido para o profissional e identificado por outro, assim um completa o outro.

Como notamos, este profissional significa sua atividade profissional associado ao trabalho psicológico, uma atividade identificada à busca das causas das disfunções físicas encontrada no saber psicológico. Não estamos em total desacordo com esta perspectiva, nem tampouco em acordo. Não vemos vantagens em creditar causas emocionais a qualquer problema de ordem corporal, mas igualmente não vemos vantagens em acreditar na irrelevância das influências psíquicas às questões relacionadas ao corpo.

Uma determinada disciplina não deveria preocupar-se com o que acontece no interior de outra disciplina, não deveria voltar-se para o que acontece ou como funciona, para que serve, o que pode ou não pode a sua vizinha, mas sim se exercitar *entre* elas, movimentar-se *entre* elas. O que Deleuze chama de *experimentação* e *fabulação* acontece *entre* as disciplinas e as áreas.

No papel da fisioterapia no conjunto das demais práticas, ressalta-se a elaboração e execução de oficinas de expressão corporal, ginástica laboral, exercícios de relaxamento e massoterapia. Muitas das oficinas, em parceria com a

educação física, música e artes plásticas, com freqüência ocorriam em horário e local de trabalho do policial; investigavam-se as condições do ambiente laboral, com avaliação criteriosa de todos os fatores do ambiente de trabalho e individual no sentido de diagnosticar inadequações do espaço físico e disfunções corporais. Agendava-se previamente com os superiores hierárquicos uma visita; dependendo da receptividade dos policiais já se iniciava alguma atividade de curta duração de tempo, uma ou duas vezes por semana, com exercícios de reeducação postural, alongamento, relaxamento, verificação dos sinais vitais. A continuidade destas oficinas com um mesmo grupo de policiais promoveu um vínculo de confiança com a equipe e o Programa, fazendo com que muitos deles se aproximassem do Centro para desenvolver outras atividades.

Havia um grande número de policiais dependentes químicos. Como se sabe, o uso abusivo de substâncias químicas geralmente acarreta em queda na produtividade laboral e reflexos no âmbito familiar. Violência doméstica e abuso de poder policial respondem por grande parte das queixas de colegas de trabalho, de familiares e da população atingida, que por via de regra são endereçadas ao superior hierárquico do policial. Aqui entra em cena o profissional da assistência social, com sua investigação de campo através do *acolhimento* e da *visita-intervenção*, que são por excelência as duas modalidades grupais de cuidado mais exercidas por ele. O *acolhimento* e a *visita-intervenção* permitem-lhe entender com maior amplitude e ao mesmo tempo com mais precisão o contexto, conseqüentemente possibilitando uma intervenção mais qualificada, convocando o psicólogo, psiquiatra e mesmo o artista a atuar conjuntamente.

Em casos mais graves que culminaram em internação hospital para iniciar-se o tratamento de desintoxicação, o serviço social cumpriu com a função fundamental de manter ou de tentar restabelecer os laços afetivos entre o dependente e seus familiares, assim como preparar o futuro retorno ao trabalho, fatores estes imprescindíveis no processo de cuidado. O tratamento também incluía

o tratamento medicamentoso, que era prescrito e acompanhado pelo psiquiatra. Por este motivo o trabalho conjugado do assistente social e do psiquiatra era quase sempre determinante no sucesso das ações.

São também expressivos os indicadores de suicídio e suas tentativas na população policial, conforme comprovam dados estatísticos. Suas causas ainda são pouco esclarecidas, embora alguns pesquisadores arrisquem atribuí-las a alguns fatores agravantes, relacionados à própria peculiaridade das atividades policiais e seu contexto institucional. Nestas situações, o serviço social da equipe ia a campo, no sentido de reforçar a necessidade de a família ser atendida por outros profissionais do Centro de Saúde, especialmente pelos profissionais da área psi. Em se tratando de filhos de policiais ainda muito jovens, com expressão verbal pouco desenvolvida, eram propostas práticas de cuidado lúdicas ou artísticas, ou seja, atividades que não exigiam desempenho e habilidades orais, mas não-verbais.

A educação física foi uma das disciplinas mais solicitadas pelos demais integrantes da equipe. Destacaram-se as *caminhadas terapêuticas*, constituídas por pequenos grupos de policiais que eram acompanhados pelo psiquiatra e pelo profissional de educação física. Esta atividade física geralmente era proposta aos policiais fisicamente mais sedentários, obesos e dependentes químicos, os quais eram cuidados também pelo psiquiatra. Fundamenta-se no senso de que pessoas que regularmente se exercitam sentem-se melhor, física e psicologicamente, além de potencializarem uma maior disposição ao trabalho e ao lazer. Vejamos o relato do professor de educação física do Programa:

(32) A prescrição da atividade é feita geralmente através de testes em laboratórios de fisiologia e testes de campo, neste caso a prescrição é feita sob outro prisma, levando em consideração a escuta investigativa, colhendo informações, trabalhando de maneira mediativa com as demais áreas da psi.

Este *outro prisma* a que se refere o educador físico foi o modo como na equipe se desenvolveram as atividades da educação física, ou seja, a perspectiva adotada: investigação por intermédio da escuta e o trabalho em associação com as demais áreas. Nesta área houve poucos atendimentos individuais. Procurou-se sempre desenvolver atividades na modalidade de oficina de expressão corporal e relaxamento, em pequenos grupos, ou então as já mencionadas *caminhadas terapêuticas*.

Habituaamo-nos a ver esta área e seu profissional no sentido de um estar voltado às questões estéticas (obesidade, flacidez, desempenho muscular), mas ressurge aqui também o sentido de que a atividade física inclui, fundamentalmente, a busca pelo estado de equilíbrio entre corpo e mente, uma vez que formas esculturais podem ser atingidas ou não e equilíbrio mental é imprescindível para a saúde como um todo. As ações do educador físico voltaram-se à prevenção do sedentarismo e das doenças características da atividade laboral. Nesse sentido, um projeto-piloto, em conjunto com a fisioterapia, foi implantado, no *Batalhão de Operações Especiais da Brigada Militar*, outro na *Delegacia da Mulher* e no *Centro de Operações*, ambos voltados ao condicionamento físico e à ginástica laboral. Nas próprias palavras do educador físico:

(33) Trabalhamos o corpo nas diversas variáveis físicas como alongamento e flexibilidade, resistência aeróbica e resistência localizada. Não procuramos performance, mas sim a auto-estima e o conhecimento corporal.

A escolha para desenvolver este projeto na *Delegacia da Mulher* e no *Centro de Operações* foi devida às peculiaridades das atividades laborais desenvolvidas nestes locais. Como sabemos, o processo de informatização tornou-se uma das principais ferramentas no trabalho de inteligência das polícias. Hoje em dia, por exemplo, é possível inclusive fazer denúncias via *on-line*, o que exige dos órgãos de segurança pública um investimento cada vez maior de pessoal neste setor. O processo de

informatização leva estes profissionais a permanecerem por longos períodos de tempo em posições estáticas em seus postos de trabalho, desempenhando tarefas mecânicas e repetitivas. Isto pode acarretar em desconfortos físicos, disfunções, fadiga física e mental, e muitas vezes evoluindo para quadros mais graves de lesões ocupacionais que respondem por um grande número de afastamentos médicos, tendo influência direta na capacidade laboral.

Neste sentido, a ginástica laboral se constituiu na principal ferramenta do educador físico e do fisioterapeuta na prevenção ou tratamento terapêuticos de casos de distúrbios osteomusculares relacionados às funções laborais. A ginástica constituiu combinação de algumas atividades físicas relativamente simples, de fácil execução, com o propósito de melhorar a condição de desempenho físico no ambiente de trabalho.

Artes plásticas, música e dança foram outros componentes da experiência da equipe. A iniciativa de se incluir artistas nas equipes constituiu-se em diferencial do Programa, trazendo dimensões estéticas que provocaram importantes variações na rotina do trabalho com saúde e mesmo na organização e utilização do espaço físico dos Centros. A experiência estética no campo da saúde não é inédita, mas sempre costuma injetar novo fôlego, provocando reações as mais diversas, modificando a rotina assisada com que costumam mover-se a psiquiatria e a psicologia. Talvez possamos considerá-la a experiência do *entre* por excelência, pois contribui para acrescentar mais ousadia e inovação às práticas de cuidado, potencializando o diálogo entre as disciplinas. Não é à toa que Nietzsche propõe substituir a figura do cientista pelo artista justamente por considerar a arte mais apropriada à vida. Para o filósofo, somente a experiência estética conseguiria de fato romper com os dualismos e restituir a natureza ambivalente do humano que o homem tenta negar. A expressão estética desloca a discussão polarizada que procura fixar uma imagem, instaurando a dimensão do *estranho*; é o que Nietzsche, em outras palavras, chamou de *desmedido*, o afundamento no auto-esquecimento do

estado dionisíaco que esquece os preceitos apolíneos. Hermann resume bem esta problemática:

“A experiência estética traz o estranho, a inovação e a pluralidade que não podem ser desconsideradas no plano da interpretação e problematização do agir moral. A necessidade de salvar o não-idêntico e o contraditório, as dificuldades de lidar com oposições razão-imaginação, espírito-corpo, contingência-necessidade, unidade-pluralidade, decorrentes das interpretações metafísicas do mundo, assim como a presença do domínio e do poder da razão, que submetem as diferenças, têm gestado uma tendência que, na esteira de Nietzsche, produz um deslocamento do apolíneo para o dionisíaco, da razão para a arte e a estética. Ou seja, trata-se do reconhecimento do estético, como um modo de conhecer pela sensibilidade, no qual se refugiam a pluralidade e a diferença. Essa tendência à estetização da estética surge quando as éticas tradicionais, fundamentadas na razão, entram em declínio”.²⁰²

Como ícone de resistência, temos a experiência pioneira de Nise da Silveira, primeira psiquiatra brasileira que lutou, já na década de 1940, pela humanização dos tratamentos agressivos e invasivos a que eram submetidos os internos dos hospitais psiquiátricos. Desconhece-se outra experiência anterior que tenha provocado tanta inquietação na sisuda classe dos psiquiatras. Apesar das várias tentativas políticas de fazer calar seus métodos, nos anos de chumbo de duas ditaduras, a de Vargas e a dos militares, seu trabalho sobreviveu e se transformou em símbolo de resistência e em fonte de inspiração para alavancar o processo que culminou no questionamento das práticas terapêuticas tradicionais e promoveu a experiência estética nos espaços de reclusão.

A equipe que coordenamos contou com uma artista plástica e um músico. A edícula localizada nos fundos do terreno do Centro serviu como espécie de atelier de arte; era uma peça bem iluminada, com duas paredes de vidro, uma mesa grande, algumas cadeiras, muitos recipientes de tinta, corantes, pincéis, papéis e

²⁰² Nadja Hermann, *Razão e sensibilidade: notas sobre a contribuição do estético para a ética*, 2002.

outros materiais de arte. Também havia uma churrasqueira que foi palco de encontros de confraternização da equipe. Embora funcionasse mais como espaço de expressão criativa livre dos usuários do Programa e dos próprios integrantes da equipe, às vezes também servia a outras funções, como reuniões em pequenos grupos. A equipe organizou os espaços físicos do Centro de modo que as salas de atendimento oferecessem múltiplas funções, evitando que fossem de uso de uma só pessoa ou de um grupo. À exceção da sala de massoterapia que exigia a utilização de um móvel específico para tal, o atelier para as atividades de artes plásticas e, por último, o escritório, onde estavam os arquivos, computador, telefones, material de escritório e onde também trabalhava a secretária, todos os demais cômodos funcionavam alternadamente para as demais atividades, individuais e grupais.

Funções diversas estavam representadas no Programa e nas equipes, tais como consultores, colaboradores e uma supervisora de relatório. O desdobramento de funções é um marcador de diferenças na tradição do trabalho em equipe no campo da saúde pública. Aprender a conviver com as diferentes áreas representadas por estas figuras era um desafio constante. Significa ser olhado sob várias perspectivas. Aprender a comunicar, a compartilhar o seu trabalho, a identificar questões, ajudar e cuidar.

MODALIDADES GRUPAIS DE CUIDADO

A maneira esquemática com que trabalhamos as perspectivas de funcionamento dos grupos no Capítulo II foi proposital. Queríamos com isso evidenciar que, apesar de hoje haver um diálogo mais profícuo entre as áreas, ainda existem algumas características marcantes no funcionamento em cada diferente forma de agrupamento. Consideramos, porém, que não existem formas puras desprovidas de conflitos, misturas e hibridismos. Contudo, por outro lado,

os grupos tendem a adotar um modo de funcionamento baseado na verticalidade das relações de hierarquia, qualificando mais ou menos determinados saberes, buscando com frequência afirmar uma identidade de grupo. O que mais evidencia as semelhanças entre os modos de funcionamentos é a centralidade com que uma teoria, um grupo de profissionais, um chefe busca afirmar o seu domínio sobre os demais. No mesmo capítulo também afirmamos nossa aposta na transdisciplinaridade como sendo o modo de trabalhar que mais contaminaria e romperia com este modelo centralizador dos efeitos das relações de poder e de saber.

Segundo o ponto de vista de um consultor do Programa, figura prevista na nas equipes, a experiência deveria questionar toda a tradição acadêmica da área psi sustentada na perspectiva do atendimento individual para desconstruir os velhos rituais e modelos sobre a demanda e o espaço. Desse modo, a experiência do Programa deveria apostar em um

(32) desarranjo dos modelos, ideologias e rituais que suas figuras identificatórias imprimiram nas universidades e na rede de divãs que constituem o que Robert Castel chamou de psicanalismo.

Desarranjo dos modelos implica de certo modo desaprender as formas instituídas, especialmente as práticas de caráter psychologizante e individualizante, no sentido de aprender outros modos de cuidado. Basicamente, são dois os desarranjos: o *mito do espaço* e o *mito da demanda*. O *mito do espaço* é aquele pensado idealmente desde a perspectiva do atendimento individualizado, a portas fechadas, num ambiente com privacidade, onde um escutador se finge de morto para permitir que o inconsciente do falante se faça linguagem. O Programa não se pautou por esta prática centrada no atendimento individual, muito embora tenham ocorrido atendimentos individuais. Desta modalidade de prática clínica as instituições policiais já dispõem e se mostra refratária, pois está pautada por uma

escuta individualizada, visando à definição de um diagnóstico no sentido de se estabelecer o tratamento, geralmente medicamentoso. Ao limitar-se a um foco individual ignoram-se os vetores molares e moleculares que constituem os espaços institucionais, que, por sua vez, se conectam aos processos de subjetivação. Já o mito da demanda é sustentado pela idéia de que quem demanda o tratamento é o paciente e não o profissional, portanto, dever-se-ia ficar à espera de que o paciente procurasse tratamento.

Veremos mais adiante como a *visita-intervenção* constituiu-se em uma prática de intervenção das equipes que subverteu a perspectiva tradicional tanto do mito da demanda quanto do mito do espaço, uma vez que as equipes não ficaram à espera da formulação do pedido de ajuda. Elas deslocavam-se ao ambiente institucional do policial para divulgarem o Programa, e quando possível já iniciavam alguma atividade de oficina, em pequenos grupos, em horário e local de trabalho do policial.

Nesse sentido, não seria exagero dizer que o Programa surge exatamente na contra-mão das atuais práticas de cuidado, centradas no atendimento individual, uma vez que potencializaram modos grupais de organização e funcionamento das equipes de saúde. O grupal de um modo geral tem sido, no decurso das últimas décadas, relegado em segundo plano, sucessivamente desvalorizado, desqualificado, tido até mesmo como um trabalho de segunda classe. Mesmo com toda uma forte história de trabalho com grupos animados por psicanalistas nas décadas de 1960 e 1970, atualmente a psicanálise rendeu-se totalmente à prática de consultório particular e raramente ouvimos erguerem-se vozes em defesa de um trabalho grupal.

Mas dizer isso não é o suficiente ao afirmá-la como uma experiência inovadora, criativa, potencializadora dos fluxos de devires. É necessário precisar o que entendemos por grupal e como seu funcionamento deve estar atento para não

repetir as velhas fórmulas do grupo reproduzindo o modo-indivíduo. Para Deleuze e Guattari, “les groupes et les individus contiennent des micro-fascismes qui ne demandent qu’à cristalliser”.²⁰³ Significa dizer que em qualquer grupo, a qualquer momento, pode irromper microfascismos cristalizadores de bloqueio dos devires. Acompanhemos Regina Benevides de Barros sobre esta questão:

“O entendimento de que tudo é fluxo, de que estes se agenciam e de que os agenciamentos são sempre coletivos permite-nos intervir por remetimento a esta ordem coletiva/múltipla, e não aos próprios sujeitos, seus fantasmas e histórias privadas. Isto vai criando possibilidades de ouvir os outros-de-si, pré-individualidades ainda informes. A experiência da diferença que assim se dá não é somente aquela concebida a nível molar, mas a que se vai construindo quando ‘alguém’ se percebe diferente de si, quando se percebe diferindo em seus processos de singularização”.²⁰⁴

Na perspectiva tradicional, o grupo tende sempre a reproduzir a forma-Estado que por hábito tomamos por modelo, ou então decalcar o modo-indivíduo. É preciso fazer esforço no sentido de se efetuar uma passagem do atual ao virtual, do decalque ao mapa, da árvore ao rizoma, do aparelho de Estado à máquina de guerra, portanto, trata-se de uma proposição política.

O Programa criou este dispositivo grupal de trabalho que se estendeu as demais atividades. Foi o norte de todo o trabalho e da experiência. Trabalhamos com instituições policiais seculares que carregam o peso da disciplina, da ordem, da hierarquia altamente estratificada, da obediência, da vigilância, marcando a normalização e a regularidade do sujeito. Dada esta realidade, o modelo clássico de clínica não apresentaria os resultados pretendidos, pois esta prática deixa a ver navios as linhas institucionais que se cruzam às linhas que se agenciam aos processos de subjetivação.

²⁰³ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p. 16. Tradução nossa: “(...) os grupos e os indivíduos contêm microfascismos não querendo outra coisa senão cristalizar-se”.

²⁰⁴ Regina Duarte Benevides de Barros, *Grupo: a afirmação de um simulacro*, 1994, p. 224.

Esta questão do grupo e do grupal remonta à velha problemática da divisão do trabalho apontada por Deleuze e Guattari. Segundo eles, a ciência nômade estabelece com o trabalho uma relação bem diferente da relação da ciência régia ou de Estado. Há divisão de trabalho nas duas, mas ele é de natureza bem diferente. Uma das funções do Estado, senão a mais importante, foi sempre a de domesticar *un vagabondage de bande* e disciplinar *un nomadisme de corps*²⁰⁵. A forma-Estado nos é habitualmente dada como modelo de referência a todas as dimensões da vida. Mas como explicar que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo? É exatamente o que encontramos no início de *Mille plateaux*. Introjetamos a forma-Estado tomando-a como modelo para depois a projetarmos às demais coisas do nosso entorno: “l’appareil d’Etat constitue la forme d’intériorité que nous préons habituellement pour modèle”.²⁰⁶

No *Mille plateaux* há uma clara distinção entre o que Deleuze e Guattari designam por grupo ou massa e o que designam por matilha ou bando:

“Sans doute n’y a-t-il pas plus d’égalité, pas moins de hiérarchie dans les meutes que dans les masses, mais ce ne sont pas les mêmes. Le chef de meute ou de bande joue coup par coup, il doit tout remettre en jeu à chaque coup, tandis que le chef de groupe ou de masse consolide et capitalise des acquis. La meute, même dans ses lieux, se constitue sur une ligne de fuite ou de déterritorialisation qui fait partie d’elle-même, à laquelle elle donne une haute valeur positive, tandis que les masses n’intègrent de telles lignes que pour les segmentariser, les boucher, les affecter d’un signe négatif”.²⁰⁷

²⁰⁵ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mille plateaux*, 2004, p. 456. Tradução nossa: “uma vagabundagem de bando e um nomadismo de corpo”.

²⁰⁶ Idem, p. 438-9. Tradução nossa: “o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo”.

²⁰⁷ Idem, p. 46-7. Tradução nossa: “Sem dúvida, não há mais igualdade e nem menos hierarquia nas matilhas do que nas massas, mas elas não são as mesmas. O chefe de matilha ou de bando joga a cada vez, ele deve colocar tudo em jogo a cada vez, enquanto que o chefe de grupo ou de massa consolida e capitaliza aquisições. A matilha, mesmo em seus lugares, se constitui em uma linha de fuga ou de desterritorialização que faz parte dela mesma, a qual ela dá um alto valor positivo, enquanto que as massas só integram tais linhas para segmentarizá-las, bloqueá-las, afetá-las com um signo negativo”.

O verbo francês *jouer*, empregado por Deleuze e Guattari na citação supracitada, presta um tom irônico à frase, porém bastante preciso. Como sabemos, *jouer* tem basicamente dois significados, ambos semelhantes: jogar e brincar. Os tradutores brasileiros preferiram traduzi-lo por *arriscar*, talvez numa tentativa de já imprimir ao verbo jogar um sentido de risco. Se por um lado, existe uma aproximação de sentido entre jogar e arriscar, este último, por outro lado, não implica obrigatoriamente uma relação de jogo. Jogar não deixa de ser uma ação de risco, de se lançar, mas arriscar-se não implica que estejamos numa posição de jogo. Ora, ao se referirem aos bandos e matilhas, Deleuze e Guattari admitem a existência de hierarquia, assim como existe hierarquia nos grupos ou nas massas. Mas são divisões de naturezas distintas: “o chefe de matilha ou de bando joga a cada vez, ele deve colocar tudo em jogo a cada vez”, e o “chefe de grupo ou de massa consolida e capitaliza aquisições”. Há um ditado popular que traduz muito bem o tipo de hierarquia existente nos grupos: “Não se mexe em time que está ganhando”. O vocabulário de Deleuze e Guattari é recheado de termos e palavras para traduzir o pensamento como jogo, risco, aventura; *experimentação* e *fabulação* são dois exemplos bastante empregados.

Como podemos notar, há tanto hierarquia e igualdade nas massas como nos bandos, porém elas são de outra natureza. Isso não significa que haja oposição total entre grupo e bando. Como já dissemos antes, mesmo numa situação de grupo há possibilidade de desorganização dos estratos, nomadização das fronteiras e das divisões hierárquicas. Um exemplo do que ocorre na situação de grupo ou de massa é a formação de linhas sedentárias das identidades profissionais, que podem ser desterritorializadas mediante interferências de movimentos nômades. Deleuze e Guattari recorrem ao reino animal para exemplificar situações típicas de convivência em bando, e os estudos de Elias Canetti sobre as massas e as matilhas lhe serão bastante úteis, particularmente em *Mille plateaux*: “[...] dans la meute,

chacun reste seul en étant pourtant avec les autres (ainsi les loups-chasseurs); chacun mène sa propre affaire en même temps qu'il participe à la bande".²⁰⁸

Acompanhar esta lógica de pensamento implica entrarmos em outra sintonia muito diferente daquela que nos habituamos a tomar por modelo: a forma-Estado, a forma-grupo, operando a partir da lógica da identidade, dos papéis bem definidos, dos territórios bem demarcados, das fronteiras bem constituídas. As diferentes características entre uma situação de grupo/massa e uma situação de matilha/bando podem ser ilustradas a partir da posição esquizo e da posição paranóica:

"On reconnaît la position schizo, être à la périphérie, tenir par une main ou un pied... On y opposera la position paranoïaque du sujet de masse, avec toutes les identifications de l'individu au groupe, du groupe au chef, du chef au groupe; être bien pris dans la masse, se rapprocher du centre, ne jamais rester en bordure sauf en service commandé".²⁰⁹

No contexto da mídia televisiva, o termo bando tem com frequência sido empregado num sentido bastante negativo: *um bando de assaltantes, um bando de vândalos, um bando de ladrões, um bando de marginais, um bando de pichadores*. E não raras vezes, teremos o termo gangue utilizado como sinônimo de bando de malfeitores. É igualmente usado para designar um grupo de animais, um agrupamento de pássaros e animais em geral: um bando de gaivotas, por exemplo. Existem pelo menos três diferentes sentidos dicionarizados, mas prevalece o sentido de quadrilha de malfeitores. Com este emprego procura-se distinguir o bando do grupo reservando ao primeiro um sentido de fora-da-lei, com um valor

²⁰⁸ Idem, p. 47. Tradução nossa: "na matilha, cada um permanece só, estando, no entanto com os outros (por exemplo, os lobos-caçadores); cada um efetua sua própria ação ao mesmo tempo em que participa do bando".

²⁰⁹ Idem. Tradução nossa: "Reconhece-se a posição esquizo, estar na periferia, manter-se ligado por uma mão ou um pé... Opor-se-á a isto a posição paranóica do sujeito de massa, com todas as identificações do indivíduo ao grupo, do grupo ao chefe, do chefe ao grupo; estar totalmente tomado na massa, aproximar-se do centro, nunca ficar na periferia, salvo em serviço sob comando".

negativo. Associa-se ao bando àquilo que fugiria ao padrão socialmente esperado ou desejado, diferente do grupo que portaria as características dos valores socialmente desejáveis e permitidos.

O *Mille plateaux* é abundante em alusões à problemática em torno dos grupos e bandos, mais densamente no capítulo consagrado ao célebre caso clínico de Freud, o *Homem dos lobos*. Lá vamos encontrar as críticas de Deleuze e Guattari às tentativas de Freud manter o garoto sob domínio da situação edípica, não deixando fugir as linhas de lobo. Posteriormente, em seu projeto de construção de uma ecologia social e mental, Guattari retoma o mesmo tema para descrever duas diferentes modalidades de grupos:

“Duas opções se apresentam aqui: seja a triangulação personológica da subjetividade, segundo o modelo Eu-Tu-Ele, pai-mãe-filho... seja a constituição de *grupos-sujeito* auto-referentes se abrindo amplamente ao *socius* e ao cosmos”.²¹⁰

O modelo da *triangulação personológica* é aquele calcado na construção do eu e do outro a partir do jogo de identificações e imitações, tendo sua matriz na relação primária pai-mãe-filho, eu-tu-ele. Os grupos originados desta matriz edípica procuram sempre se estruturar e se sustentar na figura de um chefe-pai, que organiza e distribui os poderes no sentido de manter seu domínio e influência, evitando que seus membros se aproximem das margens ou fiquem na periferia. O que se observa neste caso é a existência de “um circuito identificatório fechado, constituindo subjetividades serializadas e grupos remetidos a outros hierarquicamente dominantes, que se elegem como porta-vozes”.²¹¹ Já os *grupos-sujeito* auto-referentes de que fala Guattari são aqueles que procuram situar-se periféricamente, com capacidade de se conectarem aos processos de desterritorialização, estando sempre dispostos à experimentação e fabulação justamente por sua natureza nômade.

²¹⁰ Félix Guattari, *As três ecologias*, 2002, p. 45.

²¹¹ Regina Duarte Benevides de Barros, *Grupo: a afirmação de um simulacro*, 1994, p. 215.

Há um radicalismo no *Mille plateaux* complexo de ser levado às suas últimas conseqüências, particularmente esta distinção entre bandos e grupos de que estávamos tratando. Se o tipo de organização e hierarquia existente no bando não é bem-vindo nos grupos é porque ameaça todas as suas crenças e, portanto, ameaça a sua existência mesma como grupo, a sua identidade como grupo. Como Nietzsche disse, estamos infelizmente habituados a pensar e agir como ovelhas de um rebanho, como obedientes seguidores de igrejas ou discípulos da forma-Estado:

“Na medida em que sempre, desde que existem homens, houve também rebanhos de homens (clãs, comunidades, tribos, povos, Estados, Igrejas), e sempre muitos que obedeceram, em relação ao pequeno número dos que mandaram – considerando, portanto, que a obediência foi até agora a coisa mais longamente exercida e cultivada entre os homens, é justo supor que a via de regra é agora inata em cada um a necessidade de obedecer, como uma espécie de consciência formal que diz: ‘você deve absolutamente fazer isso, e absolutamente se abster daquilo’, em suma, ‘você deve’ (...) A singular estreiteza da evolução humana, seu caráter hesitante, lento, com freqüência regressivo e tortuoso, deve-se a que o instinto gregário da obediência é transmitido mais facilmente como herança, em detrimento da arte de mandar”.²¹²

Explica-se, portanto, a disposição das ciências de Estado de se apropriarem da natureza nômade dos bandos e matilhas para domá-los, domesticá-los e mantê-los dentro dos limites do território existencial e político da forma-Estado. O perigo dos bandos e das matilhas não está somente em não terem um território fixo, uma morada certa, mas as conseqüências disso: territórios existenciais movediços, nômades, que dispensam a hierarquia personológica calcada na triangulação pai-mãe-filho, eu-tu-ele.

Destacamos a seguir um fato ocorrido em uma das equipes que se traduziu num importante dispositivo de trabalho grupal e que pode ser considerado um acontecimento inaugural de integração de uma das equipes.

Grafitagem no muro: um sentido outro para o espaço

Uma casa grande e de construção sólida, vários cômodos, uma ampla lareira, um pátio externo de fundos e uma pequena edícula que passou a abrigar o atelier de arte foi transformada em um dos Centros de Saúde do Programa. Situada ao centro do RS, em uma cidade de porte médio. Estava em processo de implantação, com uma equipe recém constituída, ainda com pouca mobília e uma abundante disposição ao trabalho. Um muro lateral alto delimitava toda a extensão do terreno, de cor ocre, pintura velha, já descascada, maltratada pelo efeito do tempo e pela ausência de manutenção, coroado de cacos de vidro encravados em cimento como medida de segurança. Na mesma direção lateral, uma porta de acesso secundário, transformada em entrada principal devida à disposição dos cômodos do imóvel, permitindo assim a criação de uma pequena e aconchegante sala de espera para os usuários, mobiliada posteriormente com sofás novos e confortáveis. Da janela e porta da sala de espera a única paisagem possível era o muro, intermediado por um estreito corredor de acesso a esta lateral.

Logo no início, a presença do muro passou a incomodar a todos, não só o seu exagero grandioso que encobria qualquer possibilidade de alcance da visão que não fosse ele, mas o seu aspecto sujo, de abandono, os cacos de vidros no topo, a sua altura que não deixava o sol entrar para aquecer e clarear o ambiente.

Uma atividade lúdica e coletiva da equipe tentou amenizar os efeitos provocados pela presença indesejada do muro. Como ele não poderia ser removido, decidiu-se por pintá-lo. Não chegou a ser uma ação de ímpeto que tenha sido imediatamente executada, nem tampouco uma idéia amadurecida pelo efeito do tempo. Dois ou três dias passados, tempo suficiente para aquisição das tintas,

²¹² Friedrich Nietzsche, *Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro*, 1978, p.97.

corantes e pincéis, a equipe inteira reuniu-se para dar início à grafitação. Material à mão, disposição alerta, eis que surgem os primeiros impasses: como fazê-lo? Quais cores utilizar? Que formas dar? Como coordenar as ações de todos? No calor da conversa coletiva, alguns sugerem simplesmente cobrir de tinta o velho muro, talvez até mesmo com alguma cor forte, quente; outros mais arrojados arriscam propor uma pintura multicolorida.



Figura 3: Sala de espera com vista da grafitação do muro.
Foto de Glacir Pissolato de Freitas.

Este acontecimento durou alguns dias, em torno de duas semanas, até que toda a extensão do muro estivesse coberta de tinta, até que todos olhassem e concordassem em dar por encerrada a grafitação. Durante este período, pincéis e tintas permaneceram disponíveis, à espera do desejo dos integrantes da equipe em

fazerem a sua interferência, agindo às vezes solitariamente, às vezes em duplas, ou então em trios ou mais. O efeito foi o de um gigantesco quadro multicolorido ao ar livre, dando a impressão visual de estar integrado à sala de espera.

Esta atividade grupal de grafiteagem do muro é ilustrativa de como um momento de descontração em equipe pode se transformar em uma experiência de trabalho coletivo, lançando desafios aos seus participantes, uma vez que as ações individuais se conectam, se encaixam, se integram ao espírito coletivo e vice-versa. São relações de intercessão. Antes havia um muro que incomodava alguns mais e outros menos, em seguida vem o desafio de transformá-lo, depois os impasses na condução de um trabalho que se quer livre de qualquer tutela individualista. Se não tivesse havido implicação, se não tivesse havido espaço para os intercessores produzirem o grupal do trabalho, se o Programa já tivesse começado referenciado por um modelo pronto, talvez esta atividade não fosse possível ou teria seguido uma direção e um sentido bem diferente.

A prevalência de uma vontade pessoal, a imposição de um micro-fascismo de grupo e a provisoriedade de uma ação coletiva negociada e concatenada traduzem os modos de funcionamento de um grupo, mostrando os movimentos multi, inter, ou transdisciplinares. Habitamo-nos a valorizar e ficar alertas aos grandes desafios, às decisões de vulto, contudo são justamente as pequenas coisas que nos reservam as surpresas mais potencialmente transformadoras. Estão nos detalhes do dia-a-dia em equipe as potências para a mudança.

O espaço, o contexto novo inaugura a promessa de colaboração no trabalho também novo. Grafitar um muro assim é símbolo associado à ousadia e irreverência. Hoje em dia, a grafiteagem é algo que anuncia algo irreverente e ao mesmo tempo comportado, pois se faz isso também nos muros das escolas, em túneis e em muros das grandes cidades, com algum tipo de patrocínio. Igualmente pode se constituir em uma prática clandestina, mal-vista, ilícita e perseguida, uma

vez que é feita por bandos de adolescentes que acorrem, na calada da noite, aos espaços públicos e privados, ligando tal prática ao ganho de uma espécie de troféu de ousadia e irreverência.

A *grafitagem marginal* pode ser vista desde a perspectiva do bando, das suas linhas de fuga, pois *faz fugir*, organiza-se de modo a estabelecer um regramento que lhe é próprio e distinto do socialmente correto e esperado; ela resiste à ordem instituída, desafiando o espaço público e privado de uma maneira diferente. Por outro lado, relembremos que para Deleuze e Guattari as ciências nômade são sempre sujeitas a processos de domesticação de seus elementos pelas ciências de Estado. Hoje vemos surgir um movimento de reconhecimento desta *atividade marginal* como *arte pop*, desde que ela passe a aceitar as novas regras estabelecidas, praticando-a somente nos espaços permitidos. O Brasil, nesse sentido, caminha a passos largos, reconhecendo e exportando para várias partes do mundo essa nova arte das ruas e seus melhores *grafiteiros*.

O posterior evento da *grafitagem* do muro suscitou uma negociação em grupo sobre a utilização dos espaços físicos do Centro de Saúde, uma vez que as atividades ainda não haviam se iniciado. Esse modo de proceder foi particularmente interessante, pois colocou em questionamento as supostas necessidades de cada área e os mitos em torno do espaço. Como a perspectiva era de fazer funcionar modalidades grupais de práticas de cuidado, a discussão pautou-se pela utilização do espaço no sentido da movimentação entre as áreas e não no sentido das necessidades particulares de cada área ou disciplina.

A seguir, enfocamos algumas das principais modalidades grupais de trabalho na equipe do Programa.

As reuniões coletivas de equipe

Se fizermos hoje uma pesquisa de opinião pública sobre o tema reunião, perguntando o que pensa o brasileiro a esse respeito, que sentido ou valor ele atribui ao assunto em seu ambiente laboral, é bem provável que tenhamos respostas bastante depreciativas, talvez mesmo chistosas, tais como: *pra quê?, nunca servem pra nada, se conversa muito e pouco se decide e nada se realiza*, ou então outras respostas acompanhando essa mesma linha de reserva. Basta lançarmos a pergunta à classe de professores do ensino médio ou fundamental para constatarmos o baixo apreço que lhe é conferida. No outro extremo, especialmente entre os grandes executivos, toparemos com o oposto: a reunião será concebida como um espaço por excelência onde os assuntos de vulto são discutidos e decididos, onde as direções dos trabalhos são delineadas, onde estratégias são elaboradas, onde velhos esquemas são confirmados ou novos rumos são planejados.

Trata-se de um ponto de vista especulativo, uma vez que desconhecemos a existência de qualquer pesquisa atual sobre o assunto. Mas um teste bastante simples e eficiente é o suficiente para uma pequena amostra confirmativa de nossa especulação: perguntarmos às pessoas que conhecemos o quanto seus trabalhos dependem do fator reunião. Parece haver um sentido de repetição nestas designações depreciativas sobre as reuniões. Poder-se-ia atribuir tal despreço a uma burocratização dos espaços coletivos de discussões? Não temos a pretensão de responder a esta pergunta, mas situar a importância que os espaços de discussões coletivas assumiram para as equipes.

Os espaços coletivos de discussões ocorriam semanalmente e era o único momento em que todos os integrantes da equipe se encontravam. Podia-se discutir de tudo, desde que os assuntos fossem agendados previamente, logo no início da reunião, seguindo-se a ordem de inscrição.

Observemos como o integrante de uma das equipes do Programa sentiu e descreveu a sua participação nas reuniões de equipe:

(33) *O début se deu na reunião de equipe. Eu fazia muitas perguntas, questionava os procedimentos, enxergava algumas dificuldades. Aqui se deu a primeira produção em mim: 'a língua é o chicote da bunda' (sic). Saí com a sensação de muita exposição e um aprendizado: 'devagar com andor que o santo é de barro' (sic). Na tentativa de me defender desses desassossegos, me tornei um tanto agressiva nos meus movimentos com a equipe e nas minhas colocações. Notei quase imediatamente um efeito disso: eu me sentia incomodando. Daí saiu um novo aprendizado: "nem tanto ao céu, nem tanto ao mar." A partir daí me envolvi com pessoas as quais eu poderia compartilhar conhecimento, afeto e trabalho. Eis o grupo SUSEPE se compondo.*

Não vamos analisar exaustivamente este relato, pois ele nos interessa mais especificamente quanto às menções que remetem diretamente às reuniões de equipe. Entendemos haver um efeito de divisão na reunião: alguns parecendo ser mais conservadores e outros os *autores* das propostas, aqueles que têm voz ativa. Nem todos *pegariam juntos*, pois alguns são considerados ou se colocam como os mentores, os *cabeças*, os pensantes. A solução encontrada neste caso foi ratificar a suposta divisão e constituir separadamente um grupo de trabalho por afinidades, formar uma *panelinha* dos que *sabem mais*, diferente dos demais. Dificilmente isso não acontece nos grupos. Contudo, tal não significa que devemos encarar esta situação como negativa de todo. Conforme vimos antes, Guattari tematiza sobre duas diferentes formas de organização e funcionamento grupal, os grupos constituídos pela *triangulação personológica da subjetividade*, centrados na divisão hierárquica de papéis, em que se legitima o chefe-pai como orientador ou coordenador do funcionamento do grupo, distribuindo funções, tarefas, benefícios; e temos os *grupos-sujeito auto-referentes*, abertos e conectados a territórios adjacentes, potencialmente constituídos para mudarem de posição, estratégia e método conforme a situação.

Nas reuniões de equipe também era programada e avaliada a realização das oficinas. A programação era o momento em que se discutiam as modalidades grupais mais apropriadas, decidindo-se ou pelas oficinas de expressão corporal ou expressão artística. Além disso, estimulava-se a pesquisa de novas técnicas, procedimentos, métodos e materiais à realização das mesmas. Após a sua execução, a equipe reunia-se para avaliar o seu desempenho, as dificuldades enfrentadas e a receptividade dos policiais, constituindo-se num espaço importante de aprendizagem da equipe.

O acolhimento em dupla

Atualmente, o acolhimento tem sido considerado (ou deveria sê-lo) como uma das mais importantes tecnologias de cuidado em saúde porque costuma ser a primeira relação presencial entre usuários e acolhedores. Sua importância também tem sido potencializada pelo fato de se diferenciar de uma simples recepção, de caráter informativo ou com fins de triagem, justamente porque vai bem além de um processo informativo, compreendendo toda a complexidade que o encontro entre pessoas pode suscitar. Neste processo entra em cena toda uma maneira peculiar da equipe conceber a demanda, o tempo, o espaço e algo mais, que com muito pouca freqüência tem sido considerado: a própria noção de encontro.

Essas características preliminares apontadas e que são a seguir trabalhadas já são suficientes para percebermos que existem diferentes maneiras de se conceber o acolhimento, variando conforme a perspectiva teórico-filosófica adotada.

No Programa, o acolhimento foi tomado como uma tecnologia de suma importância, uma vez que costumava ser, como já dissemos, a porta de entrada, o primeiro encontro entre usuários, acolhedores e o Programa. Sendo a porta de

entrada, ele foi encaminhado desde o início da formação das equipes como uma tecnologia de permanente problematização, uma vez que se tinha a visão de que o modo de *fazer a acolhida* influenciava ou mesmo determinava a aderência ou não do usuário ao Programa.

Tomado em sua complexidade, o acolhimento, de um lado, foi motivo de muitas controvérsias, equívocos, precipitações e toda a sorte de atropelos, de outro lado, constituiu-se como um tipo especial de celebração coletiva de experimentações de modos diferentes, novos, ampliados de se cuidar, de se trabalhar em saúde. Serviu como linha de partida para que se explicitassem, nas reuniões coletivas, todas as demais formas e procedimentos cristalizados, frutos das máquinas binárias, que entravavam o fluxo das forças moleculares. Todo o percurso de construção de fazeres e saberes na equipe do Programa aqui analisada envolveu um processo de desaprendizagem dos modelos classicamente instituídos que, para muitos, foi perturbador e difícil, para outros, instigante à criação.

Como uma maneira de evitar o trabalho individualizado centrado no modelo psicológico e ao mesmo tempo como uma estratégia de aproximação das diferentes áreas implicadas no Programa, optou-se pelo *acolhimento em dupla*. Desde o início do processo de implantação do Programa, havia alguma ambivalência por parte dos profissionais com relação ao título que lhe fora oficialmente dado (Programa de Saúde Mental), perceptível no modo como as equipes o divulgavam, muitas vezes evitando-se a palavra mental e chamando as unidades de trabalho simplesmente de Centros de Saúde. Esse apagamento da palavra mental era em parte justificável porque os objetivos do Programa iam além de uma abordagem predominantemente psicológica. Havia profissionais das artes plásticas, da música, dança, sociologia e antropologia, da fisioterapia, da educação física, ioga, dentre outras. Esta configuração diversificada das equipes sinalizava um fluxo de forças potencializadoras da vida em todas as suas expressões, passando a saúde a ser concebida e trabalhada em sua dimensão física, mental, afetiva, profissional,

estética. Havia a compreensão de que o acolhimento feito em dupla enriquecia a escuta e a posterior discussão, a elaboração coletiva do plano terapêutico, o acompanhamento.

Mas se por um lado considerou-se o acolhimento em dupla um fator de enriquecimento nas discussões do *caso* em questão, uma vez ser realizado por profissionais de áreas diferentes, portanto com visões diferenciadas sobre o mesmo *problema*, por outro a sua prática foi motivo de toda sorte de entendimentos. Observemos no depoimento a seguir a riqueza do conflito gerado pelo acolhimento em dupla explicitado por um dos profissionais do Programa:

(34) Dizem que os atendimentos são em duplas porque um dia um grupo de pessoas se perguntou como seriam e um coordenador falou “a dois” e aí tá... Vão ser em dupla. E a partir de então ninguém mais poderia atender sozinho. Comecei a procurar aos poucos pessoas mais contextualizadas (que pelo menos soubessem ou tivessem interesse em explorar a idéia de acolhimento), até porque as críticas pessoais às formas de agir tornaram, por muitas vezes, o ambiente de trabalho insuportável. Era como se houvesse um patrão esperando que fizéssemos algo que ninguém sabia o que era, e todo mundo se olhava para apontar o que não tinha sido feito.

Em poucas e duras palavras, este depoimento sintetiza o modo conflituoso com que a prática do acolhimento em dupla foi recebida por alguns integrantes das equipes. O que e como se faz acolhida passa a não ficar mais reservado a um único profissional, passa a ser uma prática coletiva, de escuta e intervenção negociada, sujeita muitas vezes a modos distintos de leitura, portanto, rompendo-se o tradicional silêncio da escuta individualizada. Neste depoimento volta o sentido de que alguns são os *iluminados*.

Vejamos outro relato sobre o acolhimento em dupla:

(35) *Realizar acolhimento em dupla, outro desafio, escrever relatório a dois com visões tão diferentes: como seria?*

Já nesse depoimento supracitado, além de abordar a prática do acolhimento em dupla temos a presença de outra prática que o sucedia: a escrita do relatório, que também se dava em dupla e fornecia subsídios ao *plano terapêutico*.

(36) *A escuta é essencial e a acolhida em dupla com profissionais de áreas diferentes me proporcionou uma experiência inovadora, pois conviver e atender com pessoas de humores, visões e autores diferentes foi um tanto complicado, difícil de lidar com certas situações, mas acho que compreensão, um pouco da minha experiência, paciência, e muitas vezes ignorar comentários fez com que eu procurasse ajuda em leituras.*

Esse relato é bastante curioso, à medida que sugere uma posição ambivalente entre desqualificação e reconhecimento da novidade do acolhimento em dupla. De um lado, mostra que a acolhida em dupla realizada por profissionais de áreas diferentes proporciona uma experiência inovadora. De outro lado, revela ser *complicado* em alguns momentos a convivência com *humores, visões e autores diferentes*. *Ignorar comentários* parece ter sido a solução encontrada para este profissional.

As tecnologias de cuidado têm concebido o acolhimento como um espaço-tempo especial que deveria assumir um compromisso ético com a afirmação da vida, pois se trata de um encontro entre pessoas, portanto, deve ser concebido em sua complexidade.

Segundo Naffah Neto, o acolhimento tem uma função que:

“[...] deve mobilizar, no psicoterapeuta, o além-do-homem, essa nova maneira de sentir, pensar, avaliar... O além-do-homem designa, pois, um circuito-de-forças que opera numa dimensão supramoral, tanto no nível das sensibilidades, quanto no do pensamento; conseqüentemente, no nível da interpretação, avaliação”.²¹³

Não há qualquer apelo romântico ou utópico nesta visão de Naffah Neto, ao contrário, o acolhimento teria a função de mobilizar forças no sentido de superação de preconceitos por parte daquele que escuta. A dimensão supramoral de que fala o autor proporcionaria um posicionamento diferente do profissional, possibilitando que sua escuta e avaliação não sejam contaminadas pelo pensamento dualista, mágico, moralista, muitas vezes preconceituoso.

Segundo relato de uma fisioterapeuta, a fisioterapia foi tomada como uma maneira de aproximar o agente de segurança do Centro de Saúde, pois se percebia ainda grande resistência em se admitirem problemas que não fossem de ordem física. Alguém que chega ao acolhimento queixando-se, por exemplo, de cervicalgia ou lombalgia pode ser encaminhado diretamente ao trabalho fisioterápico para avaliação. A comprovação de que estas disfunções estariam intimamente relacionadas ao sistema emocional apresentam-se de forma evidente quando, associado ao trabalho fisioterápico, realiza-se o chamado relaxamento, ocasião em que a pessoa fala muito de sua vida, de seus problemas familiares e laborais.

A visita-intervenção

O caminho percorrido até se chegar a uma proposta de *visita-intervenção* não foi curto e demandaria das equipes aquilo que René Lourau chamou de *implicação*. De fato, a visita-intervenção foi o dispositivo grupal que mais mobilizou esforços das equipes, uma vez que acarretava em uma nova concepção de trabalho desconhecida da maioria dos integrantes, exigindo avaliação permanente da

²¹³ Alfredo Naffah Neto, *A psicoterapia em busca de Dionísio*, 1994, p. 26.

demanda institucional, deslocamento físico dos profissionais da equipe às cidades vizinhas, planejamento das ações, posterior discussão do trabalho executado, dentre outras coisas.

É preciso lembrar que a perspectiva da visita-intervenção provém de um importante deslocamento conceitual da idéia de pesquisa. Para Passos e Benevides:

“(…) na pesquisa-intervenção o que interessa são os ‘movimentos’, as ‘metamorfoses’, não definidas a partir de um ponto de origem e um alvo a ser atingido, mas como processos de diferenciação. O que estamos marcando como contraste entre as perspectivas é o aspecto global inerente à proposta de mudança, já que, quando se priorizam os movimentos, os processos, é a expressão singular que entra em jogo, através, especialmente, da análise das implicações. Não há mais aqui sujeito e objeto, mas processos de subjetivação e de objetivação, criação de planos que ao mesmo tempo criam sujeitos/objetos que se revezam”.²¹⁴

As visitas ao ambiente institucional de trabalho do policial começam com a finalidade de divulgar o Programa, preferencialmente com a presença de pelo menos dois profissionais de diferentes áreas da equipe. Havendo a possibilidade de já na primeira visita se desenvolver alguma atividade, optava-se pela modalidade oficina. Caso contrário, era feita uma explanação dialogada sobre a proposta do Programa e em seguida procurava-se agendar a realização de uma oficina nas dependências do Centro ou então no próprio local de trabalho visitado. Em algumas ocasiões, os comandos superiores, já sabendo da existência do Programa e do seu funcionamento, por iniciativa própria procuravam os Centros para marcar alguma atividade ou uma entrevista com o coordenador do Centro.

Destacamos que o contato entre a equipe e os locais de trabalho do policial procuravam sempre respeitar o critério hierárquico e organizativo, ou seja, os comandos, chefias e direções. Como as atividades de oficinas eram grupais e

executadas preferencialmente no horário de trabalho do policial, a negociação de horários com os superiores hierárquicos à execução das atividades era fator indispensável, uma vez que envolvia a liberação dos policiais de suas atividades laborais, a disponibilidade de local, e o deslocamento físico quando a atividade era desenvolvida no Centro de Saúde. Em geral, os superiores hierárquicos não ofereciam obstáculos à realização das oficinas, desde que não interferissem no funcionamento institucional.

Além do que já foi referido, cabe ainda sublinhar que as visitas iniciais da equipe aos locais de trabalho do policial funcionaram também como uma maneira de aproximar o Programa do público alvo, produzindo demanda as mais diversas nos policiais. As visitas igualmente produziam outro importante efeito: a interrupção no curso contínuo de trabalho, ou seja, acarretavam numa parada da agitação que caracteriza as atividades policiais e seu contexto institucional, por esta razão se fazia necessário que estes encontros fossem realizados nos próprios locais e horário de trabalho do policial. Desso modo, se abria espaço para que se pudesse falar sobre questões do universo do trabalho. De um lado, a parada para escutar o outro, o colega, o profissional do Centro, provocava uma variedade de sensações, emoções: bem-estar, alívio, prazer, liberdade, relaxamento, harmonia, desabafo; e também a manifestação da raiva, medo, ressentimento, opressão. De outro lado, a equipe sentia-se afetada, implicada e, de certo modo, responsável, comprometendo-se com as demandas dos policiais.

Aos poucos, no movimento do próprio grupo de policiais, começavam a se delinear algumas propostas de atividades continuadas. Assim, muitas oficinas eram planejadas levando-se em consideração a origem de sua demanda, a quantidade de integrantes, o espaço físico e outros dados.

²¹⁴ Eduardo Passos e Regina Benevides, *A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade*, 2000, p. 4.

A presença de profissionais de diferentes áreas da equipe na realização das oficinas e das demais modalidades de cuidado era consonante ao propósito duplo de “alargar a visão sobre a realidade institucional a ser trabalhada, ofertar esta diversidade aos agentes da segurança visitados, apresentando, *in locus*, a face transdisciplinar do Programa”.²¹⁵

A escrita como exercício de cuidado

A escrita não tem posição de destaque no conjunto das práticas de cuidado contemporâneas, embora na educação, atualmente, mostre-se uma tendência à adoção dessa prática, manifestada na ênfase a diários e memoriais. Não se ignora que a prática dos registros escritos – fichas, prescrições de receitas, laudos de exames, prontuários, avaliações – é o modo de sustentação tradicional de todas as instituições. Por essa via vai a nossa discussão.

A escrita como um exercício de cuidado era já largamente exercida entre os gregos da antiguidade, conforme abordamos no Capítulo III (Cartografias do Cuidado). Para Foucault, a cultura greco-romana do cuidado de si compreendia a escrita como uma atividade importante:

“Escribir también era importante en la cultura del cuidado de sí. Una de las características más importantes de esto cuidado implicaba tomar notas sobre sí mismo que debían ser releídas, escribir tratados o cartas a los amigos para ayudarles, y llevar cuadernos con el fin de reactivar para sí mismo las verdades que uno necesitaba. Las cartas de Séneca son un ejemplo de esto ejercicio de sí”.²¹⁶

Como se sabe, Foucault vislumbrava na literatura a possibilidade de o homem se vincular ao *pensamento do fora*. O exercício grego da escrita de que trata

²¹⁵ Rio Grande do Sul, 2002, p. 115.

²¹⁶ Michel Foucault, *Tecnologías del yo y otros textos afines*, 1991, p. 61-2.

Foucault consistia, por exemplo, em cartas que se escreviam aos amigos para ajudar-lhes, aconselhando-os, ou mesmo anotações sobre si feitas em um caderno, servindo como uma espécie de diário que podia ser retomado, relido, avaliado a qualquer momento. Funcionava, portanto, como um exercício de si para si, uma atividade, dentre outras, que contribuía para o aprimoramento de si, um momento do dia que cada um dedicava a si próprio, interrompendo-se o fluxo do tempo exterior, uma parada para pensar naquilo que foi ou não cumprido do que havia sido planejado.

Nosso Programa adotou o chamado *Caderno de comunicação* para funcionar como recurso de comunicação entre os profissionais da equipe do Programa, proporcionando uma maior eficácia na circulação de informações sobre a movimentação da equipe. No *Caderno* se registravam informações as mais diversas, desde avisos sobre usuários marcando ou desmarcando horário de atendimento, relatos de visitas efetuadas, comentários sobre novos atendimentos, atendimentos domiciliares, em locais de trabalho ou mesmo em hospitais.

Como havia turnos de trabalho diferenciados, com revezamento de pessoal, nem todos se encontravam diariamente, à exceção da reunião semanal de equipe em que todos participavam. A cada início de jornada de trabalho, efetuava-se a leitura do *Caderno*, afim de que se soubesse sobre o andamento do trabalho do turno ou dia anterior. Apesar dos turnos diferenciados, a equipe se conhecia bem, uma vez que a negociação para se definir os horários de cada um levou em consideração a necessidade de haver integração de todos. É comum no trabalho em equipe as pessoas não interagirem, às vezes por falta de planejamento dos horários, às vezes por escassez de pessoal, o que acaba empobrecendo os vínculos de confiança que somente ocorrem de forma satisfatória quando ocorre interação real no ambiente de trabalho, com a convivência diária ou regular. Interessava, pois, que também por meio dos registros escritos a equipe se integrasse mais, e isso ocorreu em alguma medida.

Outros meios de registro escrito foram largamente empregados, tais como: *fichas e relatórios de acolhimento, acompanhamento e de visita-intervenção*. Na verdade, toda atividade efetuada tinha o seu correspondente registro escrito. Estas ferramentas foram fundamentais, por exemplo, na elaboração do relatório final do Programa, por si só também um gênero de escrita, pautado nos documentos, caracterizados como registros de informações detalhadas sobre o modo de execução da atividade, a sua receptividade no usuário e suas motivações pela procura do serviço, as dificuldades em sua execução e outras impressões, da parte do autor do registro.

É comum que estes registros escritos sejam tomados apenas como uma tarefa a mais a ser cumprida, como uma burocracia institucional a mais, demandando tempo e esforço. Dever-se-ia entender estes dispositivos não somente como signos burocráticos, como tarefas administrativas a serem cumpridas, mas como um exercício importante de cuidado, de sensibilidade, pois se trata de uma etapa diferente no trabalho, em que o pensamento se volta à experiência vivida, podendo re-significá-la a partir de outro lugar, de outra posição, pois o momento e o tempo já são outros.

O ato de registrar pela escrita é o instante de transformação da matéria-feita (o já-dado) em algo virtual, do mesmo modo ocorre com a sua posterior leitura, instante em que se retoma a matéria registrada a partir de outro lugar. Isso permite que se façam novas leituras, que outros sentidos além daqueles já explicitados advenham, aumentando suas conexões.

Se a *matéria da escrita*, ou seja, o produto do ato de escrever, não estiver restrito a uma mera descrição sintomatológica, ao tratamento medicamentoso ou às hipóteses diagnósticas, enfim, restrito à *anamnese* do paciente, ela será uma ferramenta de alargamento interpretativo, dela podemos fazer uma cartografia,

processar uma reinvenção de suas coordenadas; nela podemos traçar um mapa, o percurso percorrido e seu devir. Afinal, “escrever nada tem a ver com significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões por vir”.²¹⁷

Tomemos o exemplo do prontuário médico. Ele é o lugar, por excelência, em que uma multiplicidade é reduzida a uma unidade, em que fica presa a uma estrutura. Ele é o próprio modelo da árvore, um marcador de poder. É também *prontuário-fronteira*, estabelecendo o poder soberano do médico, mantendo uma região de fronteira, de distanciamento ou mesmo de separação entre o território da vida normal do médico e o território existencial perturbado e perturbador do paciente. Entre esses dois universos não deve haver relação que não seja aquela estritamente prescrita em nome de uma estranha ética profissional. Marcador de fronteiras entre dois mundos.

Se tomarmos o exercício da escrita na perspectiva de uma prática de cuidado ocupada mais com o funcionamento das coisas e dos fenômenos do que dos porquês disso ou daquilo, estaremos mais atentos com o movimento das coisas, dos processos do que propriamente com os resultados:

“Segundo Deleuze, escrever é sempre um ato inacabado, algo em vias de se fazer, um *processo*, um *puro devir*. Isso vale, sobretudo, para a literatura, onde o escritor metamorfoseia-se de muitas maneiras, num constante e imperceptível movimento de alma. Mas vale também, num outro sentido, para a filosofia. Afinal, quem escreve termina por gerar um fluxo que não se completa naquele que lê, mas, ao contrário disso, está sempre à espera de uma nova conexão, de um novo olhar que lhe permita continuar em movimento. É assim que um escrito, seja ele de ficção ou de filosofia, é algo que não se fecha em si mesmo, mas precisa sempre de uma força externa para manter-se ‘vivo’”.²¹⁸

²¹⁷ Gilles Deleuze e Félix Guattari, *Mil Platôs 1*, 2000, p. 13.

²¹⁸ Regina Schöpke, *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*, 2004, p.21.

EPÍLOGO

O Brasil é um país de muitos contrastes. A área da segurança pública não foge a esta regra. De um lado, nossos telejornais e nossa mídia impressa espetacularizam as ações quase cinematográficas da *Polícia Federal*, apresentando-nos sua capacidade inteligente para gerenciar ações de alta complexidade, com tecnologia de ponta semelhante à dos países desenvolvidos, denotando sólida formação profissional e permanente atualização de conhecimentos, boa remuneração e condições de trabalho invejáveis a muitas outras classes profissionais.

Na outra ponta, assistimos a falta de recursos das polícias estaduais, com baixos salários na base da pirâmide organizacional, formação e atualização deficientes, corrupção, violência. Representa-se assim uma cultura institucional rígida, com baixo potencial de mudança; somando-se a isso, destaca-se o sofrimento que este quadro desolador gera: suicídio, dependência química, depressão e outras manifestações de sofrimento.

As atividades policiais são caracterizadas como atividades de risco, perigo, tensão, minuciosidade de prescrições, atividades demasiadamente repetitivas ou constantemente variadas e de alta responsabilidade, rígida hierarquia institucional entre quem pensa e quem executa a ação, controle da organização do trabalho atingindo a esfera familiar, ambivalência com relação à necessidade de mudanças (evidenciadas em nosso estudo de mestrado), vigilância e controle da violência e criminalidade.

Ainda destaca-se a pouca tolerância das instituições policiais para aumentar os seus baixos coeficientes de transversalidade, que poderiam contribuir significativamente para torná-la mais eficiente, melhor vista, mais humana e integrada. Prova disto é que as políticas públicas nesta área ainda são elaboradas a portas fechadas, sem a participação do conjunto da sociedade ou de setores a ela ligados. As decisões de maior envergadura que suscitam mudanças estruturais representadas em metas de ação e programas costumam ser abandonadas a cada novo governo, desfavorecendo uma cultura política de continuidade; este fator traduz-se no surgimento de personalismos encarnados na figura de seu gestor maior, podendo ser identificados, por exemplo, através de ditos como *a linha dura do fulano*, *a linha mole do beltrano*. Parece-nos que estes baixos coeficientes de transversalidade na condução das políticas de segurança pública respondem, em parte, por certo entendimento de que a segurança é um problema exclusivo da polícia e não da sociedade, empobrecendo o diálogo entre polícia, gestores, pesquisadores, Governo e movimentos sociais em geral; exemplo disso são as acusações que com frequência são dirigidas à polícia, tornando a relação tensa, muitas vezes em tom acusativo. Afinal, não se trata de um serviço público prestado à população e, portanto, deveria ser tomado como um problema de todos?

Esta tese não teve por objetivo enfocar este conjunto de problemas supracitado. Mas, por outro lado, é preciso considerar que nosso Programa de Saúde foi criado para responder, de certo modo, às ressonâncias desta realidade na subjetividade do policial e nas instituições policiais.

Na última semana dos Jogos Panamericanos do Rio de Janeiro, realizados no mês de julho deste ano de 2007, uma notícia veiculada na mídia televisiva chamou a atenção. Um delegado de polícia, ao se referir à prisão de policiais militares cariocas, denunciados por terem extorquido turistas policiais norte-americanos, proferiu enfaticamente a seguinte fala ao repórter que o entrevistava: - *Que isso sirva de exemplo a todos os policiais!* Ora, o que se pode entender desta frase se não que todos os policiais são tomados como tábula rasa?! Ressalta-se que seu

enunciador é um policial, e ele próprio, na condição de policial do policial, acredita piamente que a prisão serviria de exemplo a todos os demais policiais. Parte-se do princípio de que todo o policial estaria sujeito a infringir a lei, portanto, ele precisaria de uma força externa que se oferecesse de guia, de exemplo, de parâmetro. Parece-nos demasiadamente maniqueísta que tal perspectiva pudesse servir de exemplo no sentido de combater os desvios de conduta, as irregularidades profissionais, a corrupção, a extorsão, a violência e todos os demais atos ilícitos. Se esta lógica de fato funcionasse talvez não tivéssemos, por exemplo, maus médicos, psicólogos, professores, engenheiros, uma vez que os códigos de conduta ética e as punições decorrentes de sua infração serviriam como inibidores de tais desvios.

Muitos outros exemplos em consonância a esta perspectiva fazem parte do cotidiano institucional das polícias. Nesse sentido, podemos dizer que o Programa de Saúde foi palco de encenação deste teatro da loucura do mundo do trabalho, das forças que compõem o ambiente no qual a loucura do policial se engendra. O adoecimento, o sofrimento em suas diversas formas de manifestação, também são provocados pelo modo como a instituição policial interpela o sujeito-policial, o modo como ele é convocado a se filiar.

Historicamente, a ciência conferiu à psicologia e à psiquiatria o estatuto de disciplinas guardiãs e produtoras de saberes específicos sobre saúde e doença. A elas foi atribuída a tarefa e o poder de produção de novos saberes sobre saúde e doença, a competência para estabelecer o diagnóstico e a responsabilidade na direção do tratamento. Pode-se dizer que a abertura de espaços a outras disciplinas e profissionais no campo da saúde mental de certo modo inaugura um diálogo ainda recente, no qual se questiona o papel dessas novas disciplinas e de seus profissionais, sua contribuição efetiva no campo da saúde mental.

Há um caráter cientificista da psicologia acadêmica que precisa ser discutido. Basta que observemos os currículos dos cursos de psicologia, seus

conteúdos programáticos, os estágios, as disciplinas optativas; a sua ampla maioria não abdica dos discursos científicos de outras disciplinas, oriundas das ciências médicas e biológicas. São cursos voltados a uma formação declaradamente generalista, em que o aluno é submetido a uma diversidade de disciplinas absurdamente desconexas umas das outras. A psicologia conquistou sua independência com relação à psiquiatria, porém ainda permanece colonizada pelo discurso da psiquiatria tradicional (a psicometria e seu arsenal de técnicas de exames psicológicos, as técnicas psicométricas, a psiconeurologia, os métodos e técnicas de exploração diagnóstica, as técnicas projetivas, as teorias e técnicas psicoterápicas, as disciplinas de anatomia e fisiologia, genética humana, histologia do sistema nervoso, fisiologia psicológica). Em síntese, ela foi perdendo gradativamente a dimensão do cuidado, sendo substituída pelo conhecimento técnico.

Em *Surveiller et punir*, Foucault afirma que as ciências das quais tanto nos orgulhamos e nos servimos há mais de um século “ont leur matrice technique dans la minutie tatillonne et méchante des disciplines et de leurs investigations”.²¹⁹ As matrizes técnicas da psicologia, da pedagogia, da psiquiatria, da criminologia e de outras áreas não surgiram propriamente de um desejo humanitário, de uma vontade bondosa para melhor cuidar e tratar daqueles que não se enquadravam bem à paisagem dos novos tempos que surgiam. Todas as técnicas e os processos do exame descritos por Foucault ainda hoje persistem, de uma forma ou de outra, presos às tecnologias de tipo disciplinar, às técnicas do inquérito, ou então às tecnologias de controle. Para Foucault:

“(…) s’il est vrai que l’enquête , en devenant une technique pour les sciences empiriques, s’est détachée de la procédure inquisitoriale où historiquement elle

²¹⁹ Michel Foucault, *Surveiller et punir*, 2006, p. 262. Tradução nossa: “têm sua matriz técnica na minúcia tateante e maldosa das disciplinas e de suas investigações”.

s'enracinait, l'examen, quand à lui, est resté au plus près du pouvoir disciplinaire qui l'a formé. Il est encore et toujours une pièce intrinsèque des disciplines. Bien sûr il semble avoir subi une épuration spéculative en s'intégrant à des sciences comme la psychiatrie, la psychologie. Et en effet, on le voit, sous la forme de tests, d'entretiens, d'interrogatoires, de consultations, rectifier en apparence les mécanismes de la discipline".²²⁰

No anseio por um lugar ao sol no reino soberano das ciências reconhecidas e *bem constituídas*, as ciências humanas e sociais provocaram um empobrecimento na capacidade de produção de novas subjetividades, um enfraquecimento de sua capacidade inata de resistência, uma impotência para cuidarem de si próprias. A psicologia e a psiquiatria não desejaram fugir a essa regra. Ambas expropriaram a potência que poderiam usufruir da sensibilidade estética, criativa e inventiva imanentes aos processos de subjetivação com o objetivo de lhes conferir um estatuto científico, em troca do suposto lugar ao sol.

A reivindicação de uma certa estetização das práticas de cuidados não é nenhuma novidade nem é tampouco uma empreitada recente. Temos uma gama variada de experiências de desterritorialização e reterritorialização: as comunidades terapêuticas inglesas em Dingleton de Maxwell Jones, a antipsiquiatria política de Laing e Cooper, a análise institucional em *La Borde*, a tentativa de derrubada dos muros – reais e subjetivos – das grandes instituições manicomiais italianas inspirada nas idéias e no ativismo político do grupo de Basaglia na década de 1960; e temos também a experiência brasileira, ainda

²²⁰ Idem, p. 263. Tradução nossa: "se é verdade que o inquirido, ao se tornar uma técnica para as ciências empíricas, se destacou do processo inquisitorial em que historicamente se enraizava, o exame, por sua vez, permaneceu o mais próximo do poder disciplinar que o formou. Ele é ainda e sempre uma peça intrínseca das disciplinas. Com certeza ele parece ter sofrido uma depuração especulativa, ao se integrar em ciências como a psiquiatria, a psicologia. E efetivamente, sob a forma de testes, de entrevistas, de interrogatórios, de consultas, o vemos retificar aparentemente os mecanismos da disciplina".

relativamente recente e inacabada, de desinstitucionalização. Todas estas experiências, cada uma a seu estilo próprio e utilizando-se de dispositivos singulares de inventividade, protagonizaram uma certa radicalidade no pensamento, um desvio importante na construção de políticas públicas mais humanitárias e menos comprometidas com os modos instituídos. Poder-se-ia mesmo dizer que tais experiências inventaram biopolíticas *menores* de resistência que se contrapuseram às biopolíticas maiores gestadas pelas ciências de Estado. Pelo fato de nenhuma experiência de ruptura poder ser completamente transposta sem que se mude sua natureza, estamos fadados a ter sempre de *recomeçar*. Nosso Programa, nesse sentido, traduziu-se como uma dessas tentativas de *recomeço*.

Nosso estudo parece sugerir como se abrem brechas de resistência nas estruturas endurecidas. A mobilização dos paradigmas se dá por meio das práticas que os sujeitos concretizam, de sua ousadia de avançar, rejeitar, retomar perspectivas. O fato de as ciências humanas e sociais transitarem de paradigmas cientificistas para paradigmas ético-estéticos, acaba-se produzindo outros tipos de subjetividade e novos territórios existenciais, mais condizentes com o humano que habita em nós e reclama. Tomemos, por exemplo, o interesse de Foucault pela literatura; ele não expressava apenas seu gosto pessoal pela escrita literária e pintura, ele nos apontou a importância do *pensamento do fora* como forma de resistência, sua potência de nos conectar com o *fora*, como um modo de resistir à normalização.

Desse modo, a clínica nômade deve pressupor sempre a inclusão da *experiência ético-estética*, possibilitando que as ciências menores se infiltrem nas estruturas duras das ciências de Estado, no núcleo de sua cientificidade.

O Programa de Saúde, pois, foi avaliado em dois aspectos: a dimensão governamental, ou seja, como uma política de saúde pública, uma matéria-feita, implicando linhas de segmentaridade, eixos molares, processos de reterritorialização; e a dimensão processual propriamente dita, a dinâmica de resistência, em sua micropolítica, como um agenciamento na constituição de uma biopolítica *menor* que compreendeu linhas de fuga, eixos moleculares, com uma força capaz de fazer operar uma máquina de guerra nômade. Duas dimensões, com dois vetores, duas linhas, dois modos de funcionamentos, duas expressões.

Na perspectiva da Análise de Discurso, pode-se compreender que a escrita da tese é um modo legitimado socialmente de registro de um acontecimento, favorecendo que a experiência, ao ser evocada e formulada, possa alçar-se à memória discursiva, tal como a concebe Pêcheux: um espaço móvel e heterogêneo, sempre em construção. Registro sujeito à deriva dos sentidos.

Tal perspectiva não nos parece afastada do ponto de vista de Deleuze sobre a escrita. Pois, para ele, segundo Schöpke, “escrever é sempre um ato inacabado, algo em vias de se fazer, um *processo*, um *puro devir*”²²¹ que gera um fluxo que não se encerra naquele que escreve, que não se fecha em si mesmo, mas faz conexões sempre novas.

Gostaríamos de finalizar esta escrita, então, reafirmando a importância que o trabalho grupal desempenhou na experiência da equipe do Programa de Saúde, especialmente as práticas de cuidado que potencializaram o aumento dos coeficientes de transversalidade, as práticas que se permitiram correr o risco de jogar, brincar com o *pensamento do fora*. E se reiteradamente

defendemos a inutilidade de qualquer experiência servir de modelo não foi porque inexistem belos exemplos, passados e presentes, de experiências inovadoras, mas foi porque acreditamos que sempre é possível inventar outro jeito de fazer, desfazendo velhos jeitos, de aprender novos modos desaprendendo os já-sabidos, cuidando para que os modos instituídos não se transformem em regra engessadora. Neste aspecto, posicionamo-nos inteiramente conforme Bergson, ressaltando a sua paixão pela criação, o *absolutamente novo*, tão bem ilustrados na sua obra-prima *A Evolução criadora*. A evolução precisa ser criadora, pois o *universo dura*, a vida muda, as pessoas nunca são as mesmas, as idades de hoje não correspondem às idades de ontem e as idades de amanhã não corresponderão às idades de hoje.

²²¹ Regina Schöpke, *Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade*, 2004, p.21

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACTES DE LA RECHERCHE EN SCIENCES SOCIALES. Santé et travail: déni, visibilité, mesure. Paris: Seuil n. 163, juin, 2006.

AGUIAR, Roberto A.R. Trinta afirmações para uma segurança pública democrática e efetiva. In: FREITAS, Isabel; MARIANO, Benedito. **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: Corag, 2002.

ALMEIDA FILHO, Naomar de. Transdisciplinaridade e saúde coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 5-20, 1997.

AMADOR, Fernanda. **Violência policial: verso e reverso do sofrimento**. 1999. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e da Personalidade) – Instituto de Psicologia, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

ARCOS-PALMA, Ricardo. Foucault e Deleuze: a existência como uma obra de arte. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter Omar (org.). **Michel Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BARCELOS, Jorge Miguel Gonçalves; BRUM, Sergio Antonio Berni de; ITRAQUI, Argemiro Machado; MARIANO, Ariovaldo dos Santos; VIEIRA, Dirnei Vieira de. **O acompanhamento psicológico do policial militar**. 1993. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais) – Academia de Polícia Militar, Porto Alegre, 1993.

BENEVIDES, Regina Duarte de Barros. 1994. **Grupo: a afirmação de um simulacro**. Tese (Doutorado em Psicologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

BASAGLIA, Franca Ongaro. **Mario Tommasini: vida e feitos de um democrata radical**. São Paulo: Hucitec, 1993.

BERGSON, Henri. **L'évolution créatrice**. Paris: Quadrige/PUF, 4ed., 1989.

BERNAUER, James; RASMUSSEN. **The Final Foucault**. London: The MIT Press, 1991.

BIBEAU, G. **Séminaire sur l'interdisciplinarité et l'application**: description. Département d'Anthropologie, Université de Montréal, mimeo.

CHAMBOREDON, Jean-Claude. La délinquance juvénile: essai de construction d'objet. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v.12, p. 335-377, 1971.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado**: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

CURSO DE AÇÕES BÁSICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA. Estado do Rio Grande do Sul. Secretaria da Justiça e da Segurança. Porto Alegre: Corag, 2001.

DAVIDSON, Arnold; Gros, Frédéric. **Michel Foucault**: anthologie. Paris: Gallimard, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mille plateaux**: capitalisme et schizophrénie. Paris: Minuit, 1980.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **L'anti-oedipe**: capitalisme et schizophrénie. Paris: Minuit, 2005.

DELEUZE, Gilles. **L'île deserte**: textes et entretiens 1953-1974. Paris: Minuit, 2002.

DELEUZE, Gilles. **Deux regimes de fous**: textes et entretiens 1975-1995. Paris: Minuit, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Différence et répétition**. Paris: PUF, 1968.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. Paris: Minuit, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**: 1972-1990. Rio de Janeiro: editora 34, 1992.

DERRIDA, Jacques; FOUCAULT, Michel. **Três tempos sobre a história da loucura**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FELIN, C. R.; MOREIRA BORTOWSKI, C.; PAIM GONÇALVES, A.; POLÔNIA LEMOS, A. C. **Acompanhamento psicológico preventivo para os servidores militares da Brigada Militar-RS**. 2000. Monografia (Curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública) – Academia de Polícia Militar, Porto Alegre, 2000.

FISS, Dóris Maria Luzzardi. 2003. **Territórios incertos**: os processos de subjetivação das professoras da rede pública estadual. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits IV**: 1980-1988. Paris: Gallimard, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Maladie mentale et psychologie**. 2.ed. Paris: PUF, 1962.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la folie à l'âge classique**. Paris: Gallimard, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura na idade clássica**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Surveiller et punir**. Paris: Gallimard, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Tecnologías del yo y otros textos afines**. 2. ed. Barcelona: Paidós Ibérica, 1991.

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la sexualité III**: le souci de soi. Paris: Gallimard, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. 8.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France**: 1970-1982. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. (vol. II). Rio de Janeiro: Forense, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Ditos & escritos**: ética, sexualidade, política. (vol. V). Rio de Janeiro: Forense, 2004.

FOUCAULT, Michel. **L'herméneutique du sujet**. Paris: Seuil/Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

GALLO, Sílvio. **Deleuze e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GALLO, Sílvio. Cuidar de si e cuidar do outro: implicações éticas para a educação dos últimos escritos de Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter Omar (orgs.). **Michel Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GRIZA, Aínda. **Polícia, técnica e ciência**: o processo de incorporação dos saberes técnico-científicos na legitimação do ofício de policial. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

GROS, Frédéric. O cuidado de si em Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GUATTARI, Félix. **Psicanálise e transversalidade**: ensaios de análise institucional. São Paulo: Idéias e Letras, 2004.

GUATTARI, Félix. **O Inconsciente maquínico**: ensaios de esquizo-análise. Campinas: Papyrus, 1988.

GUATTARI, Félix. **Caosmose**: um novo paradigma estético. São Paulo: editora 34, 1992.

HARDT, Michael. **Gilles Deleuze**: um aprendizado em filosofia. São Paulo: editora 34, 1996.

HERMANN, Nadja. Razão e sensibilidade: notas sobre a contribuição do estético para a ética. In: **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.27, nº 1, p. 11-26, jan. 2002.

LANCETTI, Antonio. **Do brain storming à tormenta da prática**: anotações a respeito do Programa de Saúde Mental. (texto não publicado) Porto Alegre, 2002.

LECERF, Eric. Eu não quero trabalhar! No limiar do trabalho que enoda as palavras e as coisas na obra de Michel Foucault. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter Omar (orgs.). **Michel Foucault 80 anos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LEITÃO, Maria Beatriz Sá. Clínica e processos de subjetivação. In: RODRIGUES, H.B.C; LEITÃO, M.B.S; BENEVIDES, R. D. (orgs.). **Grupos e instituições em análise**. 3.ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2002.

LEVY, Tatiana Salem. **A experiência do fora: Blanchot, Foucault e Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

MATURANA, Humberto R; VARELA, Francisco. **A árvore do conhecimento**. Coimbra: PSY, 1995.

MAZIÈRE, Francine. **L'analyse du discours: histoire et pratiques**. Paris: PUF, 2005.

MENGUE, Philippe. **Deleuze et la question de la démocratie**. Collection Overture philosophique. Paris: L'Harmattan, 2003.

MENGUE, Philippe. **Gilles Deleuze ou le système du multiple**. Paris: Kymé, 1994.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa**. São Paulo: Edusp, 2001.

MORAES, Fábio A. **Abrindo a porta da casa dos loucos: (ou: para ativar a potência dos fluxos)**. 2000. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

NAFFAH NETO, Alfredo. **A psicoterapia em busca de Dionísio**. São Paulo: EDUC/Escuta, 1994.

PASSOS, Eduardo; BENEVIDES DE BARROS, Regina. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.16, nº1, Brasília janeiro/abril, 2000.

PÊCHEAUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 2.ed. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PELBART, Peter Pál. **Vida nua, vida besta, uma vida**. Disponível em: <<http://rizomando.blogspot.com/index.html>> Acesso em: 22 março 2007, 2:30.

PENNA, João C. **Um resistente nos Estados Unidos**, Revista Cult, Filosofia da loucura, anoVI, nº 81, Junho, 2004, São Paulo, p. 55.

RAMOS DE SOUZA, Edinilsa; DE SOUZA MINAYO, Maria C. Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, 2005.

REVEL, Judith. **Le vocabulaire de Foucault**. Paris: Ellipses, 2002.

RIBEIRO, Renato J. **Foucault, político**, Revista Cult, Filosofia da loucura, anoVI, nº 81, Junho, 2004, São Paulo, p. 46.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e da Segurança. Programa de Saúde Mental para os Trabalhadores da Segurança Pública. **Sujeitos e instituições**: modos de cuidar e tratar. Supervisão relatório: Tania Mara Galli Fonseca. Coordenadores gerais: Isabel Freitas, Maria de Fátima Bueno Fischer. Relatores: Clenir Maria Moretto, Luciano Canto Loguercio, Leonidas Roberto Taschetto. Porto Alegre, [2003]. Título adicional: Programa de Saúde Mental para os Trabalhadores da Segurança Pública: uma visão cartográfica.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Justiça e da Segurança. **Regulamento disciplinar dos servidores militares do Estado do Rio Grande do Sul**: decreto nº 41.067. Porto Alegre, [2001].

SCHÉRER, René. **Regards sur Deleuze**. Paris: Kimé, 1998.

SCHÖPKE, Regina. **Por uma filosofia da diferença**: Gilles Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

SOUZA CAMPOS, Gastão Wagner de (orgs). **Tratado de saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SOUZA SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. Coimbra: Afrontamento, 1999.

TASCETTO, L. R. **Profissão policial**: efeitos de sentidos de ambivalência nos dizeres dos alunos-policiais (o que dizem, como dizem, por que dizem?). 2002. 107 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

VEIGA-NETO, Alfredo; RAGO, Margareth (orgs.) **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VILLANI, Arnaud. **La guêpe et l'orchidée**: essai sur Gilles Deleuze. Courtry: Belin, 1999.

VIRILIO, Paul. **O Espaço crítico**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

ZOURABICHVILI, François. **O vocabulário de Deleuze**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

WHEELER, Gladys Beatriz Morales. **A constituição da identidade social do professor de língua estrangeira no curso de formação**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.